

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
LAMEGO, REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2023**

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se no Salão Paroquial de Penude, de Freguesia de Penude, Município de Lamego, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja ordem de trabalhos foi previamente distribuída aos membros da Assembleia, através da convocatória datada de 23.09.2022-----

ABERTURA -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, Ricardo Jorge Morgado da Costa, presidiu à sessão que teve início às 10.00 horas, tendo Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes e Carlos Manuel Almeida Loureiro como primeira e segundo secretários, respetivamente. -----

PRESENCAS -----

Ricardo Jorge Morgado da Costa, Presidente da Assembleia, Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Isabel Marisa Duarte Rodrigues Nunes, Ana Branca da Silva Soeiro de Carvalho, José Manuel Lourenço Correia, Nuno Romeu Cardoso Sequeira, Alita Maria de Jesus Carvalho, Marta Luísa da Costa Rodrigues dos Santos, Domingos Manuel Pinto Nascimento, em substituição de Bruno Daniel Pereira de Oliveira, Pedro Miguel Vila Real Torres, Carlos Manuel Almeida Loureiro, Sofia Isabel Graça da Rocha Rodrigues, em substituição de Olga Maria Botelho Cardoso Ramos, Maria Liliana Santos Monteiro Ribeiro, António Manuel Ferreira Penela, Viriato Pina de Lemos, Constantino José da Costa Vaz, Dora Maria Rodrigues Fonseca Vicente, Milene Daniela da Fonseca Geada, Vítor Nuno Gomes dos Santos, Samuel José Moreira Martins, em substituição de Alexandre Costa e Sousa Hoffmann Castela, Rosa Maria Pires Monteiro Moutinho, e senhores Presidentes de Juntas de Freguesias de Avões Hugo Miguel Cardoso Rebelo, Britiande - Germano Correia Ribeiro, Cambres - Adelino Gomes Magalhães, Ferreirim - Wilson Miguel Lima Teixeira, Ferreiros de Avões - António Patrício Ribeiro Esteves, Figueira - Teresa Maria Fernandes Cardoso Fonseca, Lalim - Bruno Miguel de Morais Carneiro, Lamego (Almacave e Sé) - Nuno Miguel Lázaro Gonçalves), Lazarim - Paulo Henriques Almeida Loureiro, Penajóia - Cláudia Cristina Almeida Gomes Azevedo, Penude - Manuel Varanda Pinto Rodrigues, Samodães - Maria Alzira Ribeiro de Sousa Guedes Coelho, Sande - Maria do Sameiro Morais Rodrigue Gregórios, União das Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca - Sérgio Pedro da Rua Capela - União das Freguesias de Cepões, Meijinhos e Melções - António Manuel dos Santos Rodrigues, União das Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem - Bernardo Manuel Taveira Xavier, Várzea de Abrunhais - Maria Otilia da Silva Teixeira e Vila Nova de Souto D'Él Rei – Arcílio Jorge de Sousa Lamelas.-----

AUSÊNCIAS -----

O senhor **Presidente da Assembleia** justificou as ausências dos membros Bruno Daniel Pereira de Oliveira e Olga Maria Botelho Cardoso Santos.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dar as boas vindas a mais uma Assembleia descentralizada, continuar percurso pelas várias freguesias do Município, desta vez na freguesia de Penude. Quer agradecer à Paróquia a cedência deste espaço, para se poder realizar esta sessão da Assembleia e quer agradecer ao público em geral. Às pessoas de Penude que está presentes nesta sala, e àqueles que estão a acompanhar em casa através da transmissão por setriming.-----

Interveio o **Presidente da Junta de Freguesia de Penude** para desejar um bom dia para todos os presentes nesta sala, especialmente para as pessoas de Penude. Disse que óptimo estar-se aqui em Penude, uma ideia do Presidente da Assembleia, pois é muito bom, todas as freguesias terem uma Assembleia na sua freguesia. -----

Em nome da freguesia de Penude e em nome do seu executivo, que são o seus reforços, quer agradecer, de facto, a toda a gente que acompanha esta sessão.-----

Um agradecimento especial à Câmara Municipal pelo que tem feito na freguesia de Penude. Gostava que fosse mais, mas com o tempo vai-se conseguindo fazer mais, assim como para as restantes freguesias, não pede só para Penude. As freguesias têm que ser melhores lugares, crescerem mais, para que a cidade de Lamego possa crescer também.-----

Tem muita obra para fazer, já se fez alguma com a ajuda da Câmara, graças ao seu Presidente da Câmara e ao seu executivo, de facto, tem feito alguma coisa por Penude. Precisa de mais, claro, tem muitos projetos, felizmente, outros virão. Era isto que quer deixar aqui plasmado, para que esta freguesia tenha pernas para andar, nunca se consegue fazer tudo, é difícil fazer tudo. Existem alguns arruamentos que estão péssimos, tem-se saneamento por concluir, água, tem-se várias coisas que, de facto são necessárias para as pessoas que vivem na freguesia de Penude. -----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dar duas informações: A primeira prende-se com a organização do 25 de Abril, é ideia que se siga o mesmo procedimento que se fez no ano passado, que em sede de conferência de representantes da Assembleia, vai-se elaborar uma proposta de programação, que depois trará ao conhecimento da Assembleia. O orçamento para o 25 de Abril já está, devidamente, aprovado também no orçamento do Município, e portanto é algo que está perfeitamente enquadrado dentro da atividade do Município, e vai-se por em marcha a conferência de representantes para se começar a delinear a programação deste ano.

Uma segunda informação, quanto á Biblioteca dos Eleitos Locais, a Biblioteca dos Eleitos Locais é uma iniciativa do Centro de Valorização dos Eleitos Locais, que é uma parceria da Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM).É um repositório de informação, de alguma documentação, de alguma bibliografia importante para o exercício das funções dos eleitos locais, designadamente a revista das Assembleias Municipais e dos eleitos locais, convida os membros da Assembleia a visitarem esta página, é uma página que será partilhada e enviada pelos serviços da Assembleia para os membros da Assembleia, com o login de acesso, no fundo, deixa aqui este

convite, para que todos a possam visitar, encontrar mais informação que ajuda também a exercer melhor as nossas funções.-----

1.ASSUNTO: 1.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, tendo-se inscrito, a jovem Sara Rodrigues, para intervir sobre a criação do Conselho Municipal de Juventude e o senhor João Avelino Pereira Ribeiro, para uma intervenção sobre o Jardim do Campo.-----

Interveio a jovem **Sara Rodrigues**, começando por cumprimentar todos os presentes na sala e em especial o Presidente de Junta da Freguesia de Penude que hoje acolhe esta Assembleia, bem como a todos os que assistem e acompanham pelos diversos meios de comunicação social.-----

De seguida disse que *“valorizar a participação da população no desenvolvimento do concelho deve ser um dos princípios basilares da atuação de um Município. Pois entende-se que, a intensificação dessa mesma participação, onde se possibilita a intervenção direta dos cidadãos, constitui a forma mais correta e eficaz de se implementar um desenvolvimento global e integral que, vise satisfazer as necessidades, resolver problemas, melhorando assim a qualidade de vida de todos.---*

No campo das políticas públicas de juventude a participação dos jovens é crucial. No que concerne à participação juvenil, é papel dos poderes públicos e da sociedade estimular a criação de condições para envolver os jovens na esfera pública, os quais deverão aprender a importância desta vivência, tanto no seu processo de desenvolvimento e afirmação individual como coletiva.-----

Na Assembleia que hoje decorre, será apreciada e votada a proposta de Regulamento Municipal do Programa “Jovem Autarca”, que consiste num jogo de tabuleiro destinado a alunos do ensino básico e secundário e tem, como definido seu no artigo 3.º, objetivos dos quais destaca:-----

Motivar e desenvolver nas crianças e jovens o interesse pelos temas da Cidadania e do Poder Local;-----

Capacitar as crianças e jovens para a participação política na vida democrática; -----

Potenciar a capacidade interventiva das crianças e jovens no território onde vivem e estudam.-----

Enquanto jovem e representante de uma estrutura juvenil, revejo-me nestes princípios, é imperativo motivar e despertar consciências, de contribuir para a formação de melhores jovens, mais atentos e participativos na vida das freguesias, na vida do concelho e do país. No entanto, mais do que a criação de iniciativas, ainda que estas possam e devam ocorrer, são necessários mecanismos e fóruns de debate permanentes que tenham o papel de colaborar e promover a inclusão dos jovens e das suas estruturas nos meios de decisão, de forma a contribuírem ativamente nas políticas municipais, principalmente naquelas que à juventude se referem.-----

Mas a verdade é que este mesmo mecanismo está previsto na lei de 8/2009, que cria o regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude.-----

O ponto 2 do artigo 27º desta mesma Lei, refere que “Os municípios que à data de entrada em vigor da presente lei não se encontrem dotados de um conselho municipal de juventude devem proceder à sua instituição, no prazo máximo de seis meses”, isto é, embora se tenha definido a sua obrigatoriedade em 2009, ao dia de hoje, 27 de fevereiro de 2023, o concelho de Lamego ainda não procedeu à sua criação, decorreram 14 anos. -----

Os Conselhos Municipais da Juventude são um importante instrumento de fortalecimento da participação democrática juvenil na esfera da governança local enquanto estruturas consultivas do Município, contribuindo para que se estabeleça um diálogo de proximidade envolvendo as organizações juvenis na definição de estratégias municipais. Neste órgão, e como previsto no artigo 4º da referida Lei de 8/2009, deverão estar representadas todas as organizações juvenis do município, ao nível académico, social, cultural, desportivo e partidário, de forma a, e como exposto no artigo 3º da lei mencionada, “colaborar com os órgãos do município no exercício das competências destes relacionados com a juventude.-----

No nosso Município atuam diversas estruturas juvenis, nomeadamente associações de estudantes, associações juvenis, agrupamentos e grupo de escuteiros, clubes desportivos, juventudes partidárias. Diariamente, contribuem ativamente em prol da comunidade com as nossas capacidades geradoras de processos de desenvolvimento, mudança e modernização, e portanto, não me parece abusivo dizer que deve-nos este Município uma ação de reconhecimento pela nossa entrega constante, assegurando e proporcionando aos jovens um espaço de debate crítico e global sobre o desenvolvimento da Política Municipal da Juventude.-----

Somos a geração mais qualificada de sempre, mas continuam, sem nos ter em conta e incluir nas decisões tomadas. Os dados do INE, relativos aos últimos Censos, mostram um decréscimo da população jovem, é urgente contrariar este padrão, necessitamos de encontrar soluções de forma a fixar os jovens no nosso município, de construir oportunidades e de criar estratégias. E quem melhor do que nós para o fazer? Quem saberá mais sobre as nossas dificuldades e desafios? Incluir os jovens nas estratégias municipais é o caminho para obter as múltiplas respostas necessárias.

Apesar de ter responsabilidades representativas, enquanto Presidente da Juventude Socialista de Lamego, hoje, dirijo-me a esta Assembleia como jovem cidadã, e dou a voz por muitos outros jovens e entidades com as quais dialoguei, e que apesar de distintos no âmbito da nossa ação, estamos em sinergia pela vontade de ter uma voz e de contribuir ativamente na construção do futuro do nosso município.-----

Afinal, o futuro é dos jovens, quem o constitui e constrói. Não só porque seremos os portadores das consequências tomadas pelos decisores atuais, mas também porque seremos nós, um dia a decidir pelas gerações subseqüentes.-----

Posto isto, termino com um apelo: Apelo para que a Sra. Vereadora do Pelouro da Juventude, Dra. Catarina Ribeiro, coloque a criação do Conselho Municipal da Juventude na ordem do dia, apelo a esta Assembleia Municipal que não permita que este assunto fique ainda por mais anos sem resolução, e apelo sobretudo aos jovens nesta assembleia representados, lutem pela voz de uma geração.----- Esperamos há 14 anos por esta medida. Em prol da nossa geração, em prol das gerações futuras, no fundo em prol de todos nós, não podemos esperar mais.----- É tempo de dar voz à juventude lamecense!”-----

Interveio o senhor **João Avelino Pereira Ribeiro**, começando por cumprimentar todos os presentes na sala. -----

De seguida afirmou que esta intervenção tem um destinatário muito especial, destinase ao Presidente da Câmara, Eng.º Francisco Lopes. Vem aqui fazer-lhe um pedido emocionado, pois ontem aproveitando uma bonita tarde de domingo, soalheira, foi dar uma volta, um passeio com a sua mãe, pelo Jardim do Campo. Durante o tempo que por lá passaram, disse-lhe a sua mãe: “*os primeiros passos deste-os aqui, trouxe-te para aqui ao colo, ainda não andavas, aprendestes andar aqui agarrado aos bancos, a caíres*”. E depois toda a sua vida até aos dias de hoje, passa pelo Jardim do Campo, há nele uma ligação muito forte sentimental, a todo aquele espaço. Assim o seu pedido a este, que o Presidente da Câmara ressuscite aquele espaço, revigorando-o dê-lhe vida, é um espaço tão belo, quase que, inigualável em todo o país. Precisa, urgentemente, da ação do Presidente da Câmara. Sabe que este Presidente da Câmara é capaz de o fazer, crê que tem o mesmo sentimento que ele. Por isso, da mesma forma que ficou feliz, contente, pela reposição das imagens femininas da entrada do Teatro Ribeiro Conceição, acha que o Presidente da Câmara tem toda a capacidade para tornar os lamecenses felizes para aquele espaço ter, novamente, a vida que merece, o esplendor, que nunca deveria ter perdido. Mas que o poder inexorável do tempo assim o fez. Todas as pessoas, todos os humanos têm que envelhecer, é a Lei da vida, mas aquele espaço não tem que envelhecer.-----

Por isso, pede, encarecidamente, ao Presidente da Câmara, novamente, que o ressuscite, o Presidente da Câmara é capaz de o fazer.-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para cumprimentar todos os presentes na sala, de uma forma especial o Presidente da Junta de Freguesia de Penude que acolhe esta Assembleia Municipal. Uma referência para o Padre Adriano Cardoso e Centro Paroquial de Penude, que nos recebe neste espaço, tão digno, tão polivalente, tão útil para a toda a comunidade, Um especial cumprimento para todos os habitantes de Penude, quer a todos agradecer as suas presenças nesta Assembleia e a participação empenhada.-----

Respondendo às questões que aqui foram suscitadas, disse que sobre o Conselho Municipal da Juventude e na intervenção da Presidente da Juventude Socialista de

Lamego, quer-lhe dizer que este executivo irá constituir o Conselho Municipal da Juventude.-----

Se o Conselho Municipal da Juventude não existe ainda, é porque, efetivamente, a dinâmica juvenil do Concelho de Lamego, está aquém daquilo que seria desejável. E portanto, há aqui uma partilha de responsabilidade entre os executivos municipais e a própria sociedade civil, nomeadamente, as organizações juvenis. Porque o Conselho de Juventude só se faz com essa junção de vontades. -----

E por isso saúda, ainda que, tardiamente, a vontade da Juventude Socialista de Lamego, de ver constituído este Conselho, vai-se concluir a sua constituição, já está definido o regulamento, falta definir a lista de entidades representadas, para que o Conselho possa ter a sua primeira reunião e a começar a funcionar. -----

Mas deve dizer o que se espera do Conselho Municipal de Juventude, não é o reconhecimento do Município e dos cidadãos aos jovens que o vão integrar, é antes um pedido de contributo, de participação cívica empenhada, naquilo que são os objetivos do Conselho, e naquilo que são os contributos que devem ser dados para o desenvolvimento do Concelho de Lamego, de uma forma transversal, mas, logicamente, focado na juventude, nas suas aspirações, nos seus anseios, e nas dificuldades que se têm tido e tem que se reconhecer isso, em dar-lhe resposta, nomeadamente em criar as condições necessárias, para que os jovens continuem no seu Concelho, a viver, a trabalhar e a fazer o futuro deste Concelho de Lamego. -----

Em todo o caso, muito tem sido feito. Mas muito melhor e mais se pode fazer, se houver essa junção de vontades que espera que aconteça no Conselho Municipal de Juventude que se irá constituir, muito brevemente. -----

Relativamente à questão colocada pelo João Avelino, referente ao Jardim do Campo, afirmou que o Jardim do Campo é, efetivamente, um dos elementos marcantes da cidade de Lamego, ao qual, os lamecenses têm uma ligação efetiva muito forte. O Jardim do Campo é hoje um jardim muito diferente daquele que o João Avelino e muitos lamecenses conheceram em crianças. E porque? Porque hoje os jovens, e até os menos jovens, exigem outros espaços com outras características. Se se comparar a utilização do Jardim do Campo pelos jovens do Liceu ou a Alameda, eles preferem muito mais a Alameda ao Jardim do Campo. Interessa por isso pensar ou repensar o desenho do jardim. Aí tem-se um conflito óbvio, com aquilo que é a memória que os lamecenses têm daquele espaço, ao longo de algumas décadas, desde os anos sessenta, pelo menos, tem aquela configuração. -----

Disse que há um projeto a decorrer, está em processo de adjudicação, para a requalificação da parte alta da cidade, entre a Praça do Comércio e o Jardim do Campo. É óbvio que a intervenção que se quer apresentar, será uma intervenção de alguma rotura, relativamente àquilo que é o espaço que os lamecenses têm conhecido e vivenciado ao longo dos tempos. E porque? Porque entendem, até se pode auscultar o Conselho Municipal de Juventude, sobre o que deve ser um desses espaços para

ser adequado às vivências atuais. Entende que, sem uma reformulação profunda, o Jardim do Campo continuará a ser aquilo que é, um espaço procurado por pessoas já com alguma idade, que vão ali por motivos efetivos, onde não têm nem o conforto nem as condições, para usufruir adequadamente aquele espaço.-----

Só com uma situação de rotura, que irá mexer com muitas coisas, desde logo com a questão da mobilidade e do estacionamento, na envolvem ao Jardim, com a ligação à Igreja das Chagas, com a ligação ao edifício da Câmara Municipal, com a ligação à Fonte do Lamego, e depois na reconfiguração de todos os canteiros e espaços, que dirá monumentais, nomeadamente pérgulas, azulejos, fontes. Afirmou que tudo isto tem que ser muito bem discutido. E o que se tem testemunhado, pode-o dizer aqui com à vontade, porque basta pensar na intervenção que se fez na Avenida Alfredo Teixeira, quando se fechou a circulação na Rotunda do Soldado Desconhecido. Só à posteriori, é que os projetos são discutidos, não são discutidos em projeto, em ideia, é aí que devem ser discutidos, mas são discutidos quando vão para o terreno a obra. Deixa este desafio, devolve este desafio, ao João Avelino e a outras pessoas que gostariam de ver essa intervenção concretizada, materializada, é que se mantenham interessados e empenhados e que acompanhem o projeto nas suas diversas fases. Para não se chegar aquela situação de ir lançar uma obra e dizer que vão tirar a Fonte do Lamego do local onde está, para outro lado, tirar o Coreto daquele local para outro sitio, não deviam, vão fechar o trânsito e afinal é mais importante o estacionamento do que o espaço pedonal para as pessoas, todos estes conceitos, todos estas noções querem-se discutidas com os lamecenses, mas para isso é preciso que os lamecenses participem.-----

Saúda a intervenção do João Avelino e devolve o desafio a todos para que, em conjunto, todos possam envolver mais nos projetos que irão ver a luz do dia daqui a três, quatro, cinco anos, porque é esse o timing do desenvolvimento de uma obra pública, desde a ideia, desde a concessão, até ir para concurso e depois para obra, podem passar facilmente, dois, três, quatro, cinco anos, e que durante esse período haja discussão sobre os temas e que não haja o alheamento e depois a crítica, que infelizmente é tão frequente, no posicionamento dos cidadãos em relação à intervenção do Município. Saúda essa participação, e fica ao dispor para discutir o projeto que vai ser apresentado até ao final do ano.-----

2. PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que deu entrada na Mesa da Assembleia uma moção apresentada, proveniente do membro Paula Barradas.-----

Interveio o membro **Paulo Barradas**, para dizer que a moção que apresenta e que pedirá ao Presidente da Assembleia para ler, porque crê que na sua voz, enquanto Presidente desta Assembleia tem uma outra força, tem mesmo uma outra autoridade também, prende-se, obviamente, com o aniversário fatídico, do dia 24 de fevereiro. Afirmou que há um ano a esta parte, no dia 24 de fevereiro do ano de 2022, assistiu-

se a uma agressão irracional do Presidente da Rússia, Vladimir Putin, à liberdade e ao modo de viver de toda uma nação. Pois volvido um ano, assiste-se quotidianamente, a um massacre de um povo, que teve que fugir, que tem visto as suas casas desfeitas, os lugares onde vivem completamente aniquilados. Um povo que luta pela liberdade, um povo que luta pela sua pátria. Porque alguém com tiques neoczarista, julga que o direito internacional ainda se resolve na ponta da baioneta, para quem o Direito Internacional não existe e para quem também a comunidade internacional começa a ter alguma falta de paciência, de entender as razões, que sob a perfídia, da má propaganda, da má informação, inclusivamente martiriza o seu próprio povo, o povo russo.-----

Pensa que que não se pode deixar cair na normalidade uma guerra destas, que atenta contra o modo de viver do mundo civilizado, nomeadamente o nosso mundo, o mundo ocidental, que preza determinados valores e respeita os direitos humanos. E uma das maneiras de não deixar normalizar esta brutalidade, é, naturalmente, lembrar-nos dela, e também revoltarmo-nos contra ela. -----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para ler uma moção apresentada pelo membro Paulo Barradas, que se transcreve na íntegra: “MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE PARA COM O POVO UCRANIANO E CONDENAÇÃO DA GUERRA MOVIDA PELA RÚSSIA CONTRA A UCRÂNIA-----

Esta Moção poderia ser um texto sem palavras.-----

Assistimos durante um ano a uma guerra que atenta à compreensão e à maneira como vemos o Mundo Livre. Durante todos estes dias assistimos ao sofrimento de um Povo inteiro que foi obrigado a abandonar, um país, pais, mães; um povo que foi obrigado a assistir ao desmoronamento das suas casas e ao desaparecimento dos lugares onde vivia; um povo que enterrou os seus mortos civis, brutalmente assassinados, um povo que foi obrigado a conviver com um barulho das bombas que procuram esmagar o seu modo de vida; procuram destruir a sua LIBERDADE.-----

O agressor, o intruso, é Putin : um ditador com caprichos de pequeno czar , que pretende recuperar o império agressor de povos, que foi o império da União Soviética. É um homem que não pertence ao nosso tempo; é um homem do tempo da barbárie no qual o Direito Internacional estava na ponta das baionetas, e os Direitos Humanos enterrados na terra gélida da gulag. Putin não respeita o Direito dos Povos, não respeita o Direito e a Vida do seu próprio Povo, do Povo Russo, hoje mordaçado na ignorância e pela mentira da propaganda. «Quousque tandem, Putin, abutere, patientia nostra?» -----

Há lágrimas nos olhos das crianças ucranianas.-----

Há luz e esperança de vitória nos olhos dos heróis Ucranianos que defendem a LIBERDADE da sua Pátria. Glória à UCRÂNIA! Glória ao heróico POVO UCRANIANO!”-----

Interveio o membro **Viriato Lemos** para afirmar que na Europa há um regime tirânico, cujo líder exerce um poder despótico, discricionário e criminoso. Putin pratica crimes contra a humanidade. Por esse motivo, merece o seu repúdio. Como o PCP não se demarca daqueles comportamentos, identificando-se com eles, como se constata no seu comunicado. É uma exigência democrática que o seu representante nesta Assembleia se demarque, publicamente, do teor daquele comunicado. Vive-se em democracia e a democracia é liberdade, igualdade e soberania nacional. -----

Manifesta o seu apoio ao Senhor Presidente da República, que vai condecorar o legítimo representante do povo ucraniano. A Europa, sem tibieza, deve apoiar a Ucrânia e repudiar as mentiras “putinianas”. A derrota russa é a vitória da nossa liberdade.-----

Interveio o membro **Samuel Martins** para começar por cumprimentar todos, de uma maneira geral. Disse que subscreve integralmente o moção, há dois grandes envolvidos, dois grandes prejudicados nesta guerra, que são o povo russo e o povo ucraniano. Agora não pode demarcar-se da sua posição partidária, da CDU, de considerar que a guerra não começou há um ano, é um erro do ponto de vista analítico, pelo menos na sua opinião, a guerra terá começado há um ano, com a invasão da Rússia. Disse que condena, a CDU condena a invasão tomada a cabo por Putin, mas não se pegue na história, dizendo que a culpa é apenas da intervenção russa. Não. A guerra começa em 2014 e os próprios habitantes de Donbass e outras regiões da Ucrânia, concordam com esta opinião. Por conseguinte não vai poder, sem alterações subscrever a moção do Partido Socialista. -----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para perguntar ao membro Paulo Barradas se pretende introduzir alguma alteração à moção ou se a mantém nestes termos, ao qual respondeu que não pretendia fazer qualquer alteração à moção.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam presentes na sala trinta e oito membros.-----

Deliberação: A moção foi aprovada, por maioria, com trinta e sete votos a favor e uma abstenção.-----

Interveio o membro **José Manuel Correia** para começar por cumprimentar todos os presentes na sala, cumprimentar o público que segue esta sessão nas redes sociais, deixando para fim, eventualmente, neste caso, os mais importantes, um cumprimento muito especial aos habitantes de Penude, ao Presidente da Junta de Penude, Manuel Rodrigues e à Paroquia de Penude, na pessoa do Padre Adriano Cardoso, pelas condições disponibilizadas e pelo gosto que tem, fala enquanto representante da Coligação “Somos Lamego”, o gosto que têm em estar aqui, em Penude, nesta aldeia fantástica, que todos nos gostamos, e onde ele passa muitas vezes com a sua bicicleta.-----

De seguida afirmou que hoje queria começar por falar de coisas positivas e bonitas. Falar de cidadania, de celebração, de festa, de preocupação com os Lamecenses e de esperança.-----

Quer falar com as palavras de congratulação com as palavras da Sara Rodrigues, o que ela disse faz sentido. Nos sabemos e basta olhar para esta plateia, que os jovens nem sempre estão presentes, podia-se aqui discutir quem tem a maior parte da responsabilidade. Sabe-se que os jovens gostam de participar nas campanhas eleitorais, fazem festa, fazem falta, dão um contributo muito positivo. Mas depois, no dia seguinte, às vezes não aparecem, os jovens também têm essas responsabilidades, ser jovem é ter esse sentido de cidadania. Com certeza que há um trabalho importante para os jovens do Município de Lamego fazerem, falou-se no Conselho Municipal de Juventude, podia-se falar noutras iniciativas, mas os jovens também têm essa responsabilidade de atuar. Pois como são jovens não têm limites, não têm sonhos limitados, não têm teias que os agarram, são capazes de fazer tudo. - Portanto os jovens também têm que ser capazes de inquietar os mais velhos, às vezes não os inquietam, ficam na sua instalação, quieta, serena, nas suas conversas de Whatsapp, das suas conversas da escola, esquecendo-se da sua cidadania. Podia-se ensinar alguma coisa sobre isso. Deu os parabéns à Sara Rodrigues, disse-lhe que é por aí, mas tem que trazer os jovens com ela.-----

De seguida falou de cidadania e proximidade e facilidade de acesso.-----

Pois o Município de Lamego lançou recentemente a plataforma informática, chamada “Lamego resolve” que permite aos cidadãos comunicarem, de forma simples e rápida, intuitiva, situações anómalas no espaço público, através do telemóvel ou do computador.-----

É mais um passo na constante melhoria da interação com os munícipes (podíamos também referir neste âmbito a iniciativa do Presidente Câmara que às terças feiras recebe os munícipes para ouvir e procurar ajudar a resolver as suas questões) que denota elevada responsabilidade social, abertura e elevada disponibilidade para acolher todas as questões colocadas de cidadania. Diga-se que é um padrão elevado de cidadania. -----

Neste caso, a plataforma Lamego Resolve, é muito simples: Basta escrever no Google “lamego resolve” ou descarregar a aplicação para o seu smartphone e usar. Identificar o que entender que não está bem no espaço público, por texto ou fotos, que, depois, a proteção civil reencaminha para os departamentos da Câmara Municipal por exemplo. questões de fugas de água, problemas de trânsito, acessibilidade, passeios ruas, iluminação, jardins e mobiliário urbano deteriorado, animais errantes, obras na cidade, etc. Estas coisas remetidas por este processo ajudam. Perguntou porque é que está a falar aqui isto? Para já é uma medida que pode ser muito importante na organização da nossa vida social, mas também, porque há aqui uma necessidade de pedagogia sobre isto.-----

É por isso, também, importante divulgar e motivar a usar, a começar pelas escolas Não apenas comentar na rua ou nos encontros de amigos... Se não usar não vai ajudar.-----

Também afirmou que a Gala Douro Cidade Europeia do Vinho 2023, que a cidade de Lamego acolheu, no dia 4 de fevereiro, a gala de abertura "DOURO Cidade Europeia do Vinho 2023". Como sabemos, trata-se de um concurso anual lançado pela Rede Europeia das Cidades do Vinho (RECEVIN), com o objetivo de garantir a promoção turística e a divulgação das regiões europeias produtoras de vinho, tendo um carácter rotativo entre os diversos países que fazem parte da rede.-----

Com mais de 1000 convidados, este evento realizado no pavilhão Multiusos foi também transmitido por uma televisão Nacional e alvo das mais variadas notícias na imprensa. Trouxe a Lamego um conjunto vasto de personalidades da política nacional como por exemplo as ministras da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa e da Agricultura, Maria do Céu Antunes, vários autarcas e dirigentes de instituições regionais e nacionais e artistas de relevo nacional. Foi um evento revestido de muita qualidade, pensa que esta questão é facilmente reconhecida por todos.-----

Sendo uma iniciativa da CIM Douro, este evento teve a marca "Lamego" fortemente associada assim como a colaboração próxima e empenhada do Município.-----

Pensa que estão todos de acordo se disser, que foi um excelente evento de promoção do Município, que nos engrandece e ficará para memória futura.-----

Estão de parabéns a CIM Douro mas também a Câmara Municipal de Lamego que conseguiu reunir as melhores condições para a realização deste evento, nomeadamente um espaço com a capacidade do pavilhão multiusos.-----

Também uma nota para a feira de antiguidades O Município de Lamego vai começar a promover, no terceiro domingo de cada mês, entre março e outubro, uma Feira de Antiguidades e Velharias, na Av. Dr. Alfredo de Sousa. A primeira edição já está agendada para o dia 19 de março.-----

É certamente mais uma excelente iniciativa na promoção do desenvolvimento do comércio local e com utilidade e interesse para muitos Lamecenses e turistas.-----

Uma nota também, porque é mérito deste Município e das pessoas da Vila de Lazarim, para o Entrudo de Lazarim Mais uma vez milhares de pessoas das mais variadas proveniências quiseram participar nos festejos do entrudo de Lazarim. Assistir à saída à rua dos caretos de madeira, à leitura dos testamentos, à queima da comadre e do compadre, entre outros.-----

Esta é, realmente, uma manifestação popular genuína, que tem cada vez mais visitantes e que orgulha todos os lazarinenses, mas também todos os lamecenses.-----

O grupo municipal da coligação "Somos Lamego" congratula-se com o esforço e o empenho da Junta de Freguesia de Lazarim, que em parceria com a Câmara Municipal de Lamego vem repetindo a cada ano este evento de sucesso e de enorme significado para todos nós.-----

Salientou a redução tarifária nos transportes públicos, disse que, como ficou dito pelo Presidente da Câmara na última Assembleia Municipal, em vez de contrariar o aumento legal determinado pela autoridade da mobilidade e dos transportes, o executivo pretendia trabalhar na gratuidade dos transportes...caminhar nesse sentido. Em sequência, na reunião do executivo do dia seguinte (20 de dezembro) foi autorizada a redução tarifária (em média) de 45% na rede Municipal, de 15% na rede urbana para todos os bilhetes ocasionais e passes da rede de transportes públicos a partir de janeiro de 2023 e gratuidade para os passes de fim-de-semana a partir de fevereiro de 2023, no Concelho de Lamego.-----

Ora, esta é uma excelente política que vai de encontro às necessidades sociais e das pessoas, mas também de protecção ambiental, uma vez que é mais um contributo para a descarbonização... para a utilização dos transportes coletivos em detrimento dos veículos pessoais. Pensa que estão todos de acordo que o caminho é por aqui. --- Sobre as Estatuas do TRC falar de esperança e saudar o regresso das 2 estatuas do TRC, a aurore e o crepuscule, que deterioradas e vandalizadas, repousam, resplandecentes, distintas e elegantes, novamente nos seus pedestais.-----

"Aurore" e "Crépuscule" são duas tochas de ferro fundido muito importantes para a cidade, assinadas pelas Fundições Val d'Osne, Paris. Feitos na segunda metade do século XIX, representam duas mulheres com corpos cobertos por cortinas leves, cada uma sustentando uma chama e que datam de cerca de 1860.-----

A sua constituição, em ferro fundido, é uma dificuldade para a realização de trabalhos de restauro e as intervenções nesta área revestem-se, apesar de parecerem simples, de alguma complexidade, pelo que o conhecimento por parte dos intervenientes (das empresas) são um elemento crucial para o sucesso das mesmas, como é o caso.-----

Neste sentido, e pela responsabilidade e herança patrimonial que detemos, as intervenções que o Município esta a levar a cabo refletem esta preocupação como foi o caso das escultura do TRC . É por isso um sinal de esperança, um sinal que as pessoas, querendo, a cidade, o património construído, que tão caro e honroso nos é, conseguem resistir às intempéries do tempo, às agressões, às agressões ocasionais, às agressões despropositadas, às agressões vândalas, com as quais somos confrontados. Lamego é sempre capaz de se renovar, de renascer, os símbolos caídos. -----

Parabéns aos Lamecenses e ao Município de Lamego por este excelente e paradigmático trabalho de restauro e devolução do orgulho lamecense.-----

Em relação ao heliporto como se sabe o heliporto do Hospital de Lamego não tem recebido voos de emergência médica por falta de certificação, problema antigo e que tem vindo a ser questionado quer pelo partido socialista, quer pelo deputado Hugo Maravilha na Assembleia da República, mas também por esta Assembleia que em junho de 2022 tomou posição sobre esta matéria e aprovou uma moção que

recomenda ao ministério da saúde que proceda à aferição dos aspetos técnicos em falta e proceda à abertura do heliporto com caráter de urgência.-----

Sabendo que se verificaram obras no heliporto do hospital, muito recentemente, pergunta ao Presidente de Câmara qual o ponto de situação em relação a este assunto.-----

Relativamente à Hemodiálise, também já por várias vezes, em vários contextos, foi abordada a questão dos tratamentos de hemodiálise, normalmente prestados por entidades privadas, entidades privadas que no concelho de Lamego concluíram 2 unidades com os requisitos de qualidade necessários para desenvolverem esta prestação de serviço às pessoas deste município e desta região que dela precisam.---

Sabendo-se que, também, já se iniciaram as obras no hospital de Lamego para a instalação de uma unidade de tratamento de hemodiálise, pergunta ao Presidente da Câmara qual o ponto de situação em relação a este assunto.-----

Interveio o membro **Romeu Sequeira** para cumprimentar todos os presentes da sala, um cumprimento especial ao Presidente da Junta de Freguesia de Penude, que hoje acolhe esta Assembleia na sua freguesia, a todos os habitantes de Penude, bem como a todos que acompanham esta sessão pelas redes sociais. Também aqui um agradecimento muito especial ao Padre Adriano Cardoso, por também permitir a ocupação desta sala, que faz parte do Centro Social e Paroquial de Penude, uma instituição de referência. É bom visitar instituições sociais, estar próximo desta atividade tão importante para o desenvolvimento económico deste Concelho e desta região. Aproveitar para dar um cumprimento especial ao Padre Adriano Cardoso, que recentemente, comemorou as suas Bodas de Ouro Sacerdotais, e que muito, de certa forma, alegra todos os presentes. -----

Disse que tinha alguns temas para abordar e começa pela requalificação e modernização da esquadra da PSP de Lamego, é um ponto importante. Ou seja, o Governo vai fazer um investimento de cerca de setecentos e cinquenta mil euros na reabilitação e modernização daquele espaço. Esta importante instituição que se tem nesta cidade, que tão importante é para a nossa segurança, garantindo todos os dias a segurança de todos os lamecenses. E por isso, saúda, neste caso o Governo, por estar próximo destes investimentos, daquilo que é também um investimento no interior. É uma reivindicação já muito defendida pelos lamecenses, vários executivos, vários membros da Assembleia Municipal, e por isso acredita que isso irá permitir melhores condições para os nossos agentes, e também uma melhor operacionalidade desta relevante força de segurança que nós temos. -----

Depois, também, saudar aqui, uma aprovação que foi efetuada na passada sexta-feira, na Assembleia da República, também importante para Lamego. Tem a ver neste caso com os doutoramentos para os Politécnicos, e também a utilização da denominação de Universidades Politécnicas em 2024. Aqui tem que realmente aplaudir, isto é algo que já vem a ser defendido, exigido pelos Politécnicos. Foi uma proposta apresentada

pelo grupo parlamentar do partido Socialista, que foi aprovada na sexta-feira. Numa primeira fase, já neste próximo ano letivo, irá ser permitido então nas Universidades Politécnicas, e que tão importantes se tornam para a valorização do nosso território, aqui tem algo extremamente essencial, que é a Academia da cidade Lamego, do Concelho de Lamego, a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego, que vai ter essa possibilidade e que, inclusivamente, pode ter logo uma designação no campo internacional. Sabe-se que a Academia é uma referência nesse sentido, poderá utilizar “Polytechnic University” neste próximo ano letivo. E depois em 2024 poderá, inclusivamente, utilizar a denominação de Universidade Politécnica. -----

Isto é realmente essencial, para que nós possamos ter um futuro diferente, catapultar para esta cidade esta atracção de juventude. -----

E aqui faz o mote para aquilo que foi apresentado pela Sara Rodrigues, uma jovem dinâmica deste Concelho, independentemente de ser presidente da Juventude Socialista, não é isso que está em causa, ela está aqui como cidadã, é isso que se quer, trazer os jovens para estes órgãos, de debate, de decisão, por isso saúda esta proposta que já foi acolhida pela Câmara e muito bem, é isso que se quer, um Conselho Municipal da Juventude que possa, realmente, também, ter aqui jovens com uma intervenção mais evidente.-----

Afirmou que tem uma questão específica, relativamente à Câmara Municipal, que tem a ver com a atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade. Disse que isto é algo essencial, e que gostaria de fazer um pequeno enquadramento. Ou seja, em novembro de 2021, um Decreto-lei que procede à fixação de um suplemento remuneratório, com o fundamento daquilo que é o exercício em funções, neste caso, em condições de penosidade e insalubridade. Ou seja, finalmente nessa altura, houve, de facto, um reconhecimento, por parte do Estado, é isso que tem que reconhecer, que existe na Administração Pública, determinados grupos de trabalhadores, que por razões que são inerentes aquilo que é o seu conteúdo funcional, ou seja, nomeadamente, a sua natureza, os meios que são utilizados, ou até os próprios factores ambientais, ou por razões resultantes de factores externos que possam existir, que exercem a sua atividade profissional, em situações suscetíveis de provocar aquilo que pode ser considerado um dano excecional na sua saúde e que deve ser adequadamente compensado. Com efeito, a Lei do Orçamento de Estado prevê a atribuição de um suplemento de penosidade e insalubridade aos trabalhadores integrados na carreira geral de assistente operacional, que desempenham funções, de que resulte como provada, a elevada subcarga funcional, que potencie assim o aumento da probabilidade de lesão ou risco, que potencialmente agravado de degradação do estado de saúde do trabalhador. Ou seja, esta Lei entrou em vigor, como disse há pouco, foi anunciada, neste caso, no final de 2021, mas entrou em vigor a 1 de janeiro de 2022. Mas neste caso, volvido mais de um ano, a Câmara Municipal de Lamego ainda não colocou em prática este devido suplemento. Nem

mesmo para uma função que considera mais sensível ou mais susceptível daquilo que são as condições que há pouco falou, são os coveiros, que estão entre aqueles que são os mais vulneráveis, neste âmbito. Disse que tem conhecimento que alguns colaboradores da Câmara Municipal de Lamego, que já apresentaram, inclusivamente, um requerimento à Câmara Municipal, nesse sentido, já há alguns meses, e até agora não obtiveram resposta. Por isto gostaria de perceber, primeiro, porque é que a Câmara, passado mais de um ano, ainda não efectuou diligências nesse sentido, e depois, por que razão aqueles funcionários ainda não tiveram qualquer resposta. -----

Ainda relativamente às condições de trabalho dos funcionários, e no seguimento do que foi falado na última Assembleia Municipal, ele próprio teceu alguns cometários, bem como alguns colegas da bancada do partido Socialista, bem como também alguns colegas do PSD/CDS, foram discutidas as condições de trabalho, a propósito da visita que se fez aos vários locais de atividade da Câmara Municipal. Por isso, gostava de saber, se já foram, tomadas algumas diligências no sentido de melhorar essas condições que foram apontadas, até porque isso, todos sabem, e foi discutido, influência a própria produtividade dos funcionários, até a sua própria motivação.-----

Volta a reforçar, nunca é demasiado lembrar, aquilo que é a necessidade de substituir alguns equipamentos, como por exemplo o material informático, que em muitos casos já está obsoleto, o próprio mobiliário, e mesmo a organização do espaço.-----

Deixa aqui um alerta, que é necessário, criar condições ergonómicas adequadas para algumas pessoas, que têm problemas de saúde. Assim gostaria de saber e gostaria que o Presidente da Câmara confirmasse se existiram inclusivamente, alguns requerimentos entregues na Câmara, exatamente, com esse objetivo, ou seja funcionários que não têm o seu espaço adequado, que têm problemas de saúde, e que até agora, pelos vistos, gostaria que confirmasse, não têm resposta por parte da Câmara.-----

Referiu ainda mais um ponto, que tem a ver neste caso com o relvado do Estádio dos Remédios. Apesar de tardia, não o pode deixar de dizer, pois não se pode esquecer que causou a suspensão dos jogos do Sporting Clube de Lamego no seu reduto, saúde, a intervenção por parte da Câmara Municipal, naquilo que é uma intervenção que está a decorrer no Estádio, no seu relvado, embora isso não possa descartar uma temática, que já foi falada inclusivamente na última Assembleia Municipal, que tem a ver neste caso com o futuro, que possa ser uma solução definitiva para o relvado. Está-se a fazer uma intervenção para que o Sporting Clube de Lamego ainda possa jogar no seu reduto, nesta época, mas tem que se pensar já naquilo que possa ser uma solução definitiva. Ou seja, aquela possibilidade, aquela sugestão que aqui falou, mas que, certamente, deverá ser depois, melhor analisada, para ver neste caso a possibilidade de um relvado sintético, que possa trazer para aquele reduto. De facto,

analisar ao detalhe e perceber, realmente o que possa ser feito, para que depois na próxima época desportiva, não se tenha, novamente, que ver o Lamego jogar noutros. De seguida, abordou o organograma da Câmara Municipal de Lamego. Tem-se um ponto mais à frente, vai falar depois sobre isso, da alteração do Mapa do Pessoal, mas relativamente a esta questão do organograma e passados mais de catorze meses sobre a aprovação do organograma, por parte deste executivo municipal, continua a não existir qualquer referência ou comunicação, pelo menos que tenha visto, o Presidente da Câmara corrija-o se estiver enganado, no site do Município ou nas redes sociais, com todos os meios de comunicação social que a Câmara tem e muito bem em actualizar e divulgar as suas atividades, sobre aquilo que é o serviço do apoio ao investidor e empreendedorismo. Algo tão importante que se falou, inclusivamente, na última Assembleia Municipal, aqui tem algumas questões. Ou seja, se o serviço está a funcionar? Sim ou não. Se não, por que razão é que não está? É importante perceber isto, se não está, de quem é a responsabilidade de não estar a funcionar, será do Presidente da Câmara? Será responsabilidade do chefe de divisão? Precisa-se de saber e volta a reforçar, porque isso é que é o importante, é imperativo que os empresários e empreendedores do nosso Concelho possam ter acesso e conhecimento, muitas das vezes é esse o problema, falta de conhecimento, não é só Lamego, este é um problema geral, mas que todos devem estar atentos, porque é da nossa cidade e do nosso Concelho que se trata, relativamente áquilo que é o conhecimento dos programas, iniciativas comunitárias que os possam ajudar, a incentivar, a criar mais e melhores investimentos, que é isso que se precisa trazer para o Concelho de Lamego. Isto para que se possa alavancar o crescimento e desenvolvimento económico/financeiro de Lamego, através da criação de mais negócios. É isso que se precisa. Gerando mais empregos para Lamego. ----- Disse que, como todos sabem e aqui faz um enquadramento muito importante, Lamego tem vindo a perder população residente nos últimos vinte anos. Os dados estatísticos do INE assim o dizem, é importante aproveitar-se isso e, aqui, o principal responsável por este decréscimo, é sem dúvida, a incapacidade que o Município tem evidenciado, em fim, numa série de anos, em não conseguir promover iniciativas e medidas que possam alavancar o desenvolvimento de Lamego, no sentido de fixar e até aumentar a sua população. E aqui, quando fala em vários anos, não pode deixar, não o levem a mal, de falar nos catorze anos do poder local do PSD/CDS.----- A título de informação e até porque falou neste último tema na Assembleia Municipal, na sua última sessão, quer referir que os avisos para apresentação de candidaturas aos programas do Portugal 2030 só deverão surgir no segundo trimestre, na altura estava prevista para o primeiro trimestre, mas entretanto, em janeiro essa situação modificou, ou seja, tem-se aqui ainda um caminho de preparação, portanto ainda se está a tempo de se conseguir ajudar os investidores e empreendedores do nosso Concelho a retirar aquilo que é o melhor proveito dos programas do Portugal 2030.

Haja vontade e determinação, é isso que se precisa, realmente, aqui, no nosso Concelho. -----

Lembra que ao longo desta década serão mobilizados vinte e três mil milhões de euros para projetos que visem o desenvolvimento do país. Um desenvolvimento assente naquilo que são, como base, as empresas e tendo também, depois como pilar a economia, as pessoas, mas acima de tudo, aquilo que deve ser a sustentabilidade do nosso território. Tem-se falado, não só no âmbito municipal e até no âmbito supramunicipal. Daquilo que são os quatro programas temáticos, há dois que têm especial interesse para as empresas e está a falar do programa “Inovação e transição digital” e o programa “Ação climática e sustentabilidade”, que ainda há pouco o membro José Manuel Correia falou, na questão da sustentabilidade, aquilo que deve ser a parte ambiental. -----

Tem apenas um pormenor para terminar, tem a ver neste caso, com o atendimento ao público. Pois no mandato anterior, ele habituou-se a ver a oposição, PSD/CDS, a criticar várias vezes, o anterior executivo socialista, sobre o facto, de este efetuar o atendimento aos munícipes nas traseiras da Câmara Municipal de Lamego. Mas afinal, aquilo que ele pode constatar, corrijam-no se está errado, volvido mais de um ano e meio de mandato, apenas o serviço da tesouraria, passou para a parte frontal. Ou seja, neste momento, tem-se na mesma o atendimento nas traseiras da Câmara Municipal. Para isso disse que gostaria de perceber qual foi a mudança de atitude, qual foi o critério estipulado, é preciso, realmente, perceber, pois, ou há incoerência ou há uma justificação muito válida, será que foi falta de planeamento, precisa de realmente ter aqui uma resposta e qual a intenção por parte do executivo municipal relativamente a isso, se pretende deixar assim, se ainda está a ver ou se é uma solução definitiva. Apenas para ficarem todos elucidados em relação aquilo que deve ser. Disse que, por várias vezes, o Presidente da Câmara, permita-lhe ter aqui esta observação, em momentos de campanha, sabe-se que em momentos de campanha, refere-se sempre um pouco mais, é sempre mais emotivo, o Presidente da Câmara falou várias vezes, que iria abrir as portas do Município, as duas portas. De facto, viu, lembra-se até de ver uma promoção nas redes sociais relativamente a isso, as duas portas abertas. Contudo, pergunta, continuam as duas portas abertas? É que por acaso já lá foi algumas vezes, não sabe se foi coincidência, já foi lá algumas vezes e viu apenas uma porta aberta. Disse que gostaria de perceber qual é a estratégia, pode-se rir um bocadinho, mas isto é uma situação séria. Pode-se apregoar muitas coisas e elas podem mudar, tem é que se ter uma explicação para isso. Se a justificação for válida, é o primeiro a aceitá-la. Por isso, gostaria realmente de perceber, se isto pode ser um problema técnico com uma das portas, mas a Câmara tem técnicos que são de grande qualidade, por isso quer perceber o que se passou. ---

Interveio o membro **Viriato Lemos**, começando por cumprimento todos os presentes na sala e de uma forma especial o Padre Adriano Cardoso e o Presidente da Junta de Freguesia de Penude.-----

De seguida afirmou que foi o único membro da Assembleia, que nesta legislatura, que focou o estado deplorável em que se encontra o famigerado Jardim do Campo.-----

Lamego continua em letargia, apesar dos alertas sucessivos dos lamecenses que labutam para garantirem melhores dias às novas gerações. Herdou-se uma cidade cosmopolita e deixaremos uma herança que as novas gerações rejeitam. Procuram outros horizontes e outros sonhos. A realidade duriense não vive de fogachos, anseia por projetos que materializem o bem-estar social. A “Gala Douro, Cidade Europeia do Vinho 2023” não internacionaliza a região, porque acontecimento isolado e sem valor acrescentado. Construiu-se um cenário idílico, quando a realidade é de exploração. Quando o Marquês de Pombal criou, em 1756, a região demarcada tinha como pressupostos a libertação da região da ganância dos intermediários garantir a qualidade dos vinhos, evitar as fraudes e fixar a riqueza no Douro. Não foi esta a mensagem encenada e a presença muda da ministra da agricultura, é preciso citar isto, e os discursos adjetivados dos responsáveis autárquicos não se antevê novas políticas. O Douro não vive de aparências, vive do trabalho e Lamego deve ambicionar a liderança da região. Não esquece que, desde a idade média, os vinhos durienses eram designados Vinhos de Lamego.-----

Está-se cansado dos foguetórios nacional e regional, dos arautos dos amanhãs que cantam e daqueles que criticam por criticar, como aqueles que diziam que o pavilhão multiusos ia desabar. Contudo, exige-se que aquela estrutura não se transforme num elefante branco e tenha valimento. Quanto ao Mercado Municipal, há que o rentabilizar ou alienar a parte superior. Aquela realidade deve envergonhar os responsáveis autárquicos, porque reveladora de gestão danosa.-----

Porque é um lamecense apreensivo, interroga o executivo camarário:-----

Que esforço fez para a legalização e abertura da Clínica de hemodiálise junto da ARS-Norte; -----

Aqueles que ocuparam as barracas na Av. Alfredo de Sousa, durante as festas de Nossa Senhora dos Remédios, pagaram o seu aluguer?-----

A população de Figueira anseia pela eletrificação do exterior da Capela da Senhora das Aveleiras e que beneficiará, também, a levada. Apela ao executivo para corresponder ao desejo daquela freguesia. -----

Tendo em conta as dificuldades económicas e porque cobrimos o ego com a ética republicana, se sensibilizou as juntas de freguesia a oferecerem um cabaz de Natal às famílias mais carenciadas da sua freguesia. Se não o fizeram, é lamentável.-----

Mais uma perplexidade, a carrinha da Junta de Freguesia de Britiande está encostada em lugar incerto. Será incúria, ou o autarca é simpatizante da política do brite e ande a pé?-----

O Carnaval de Lazarim tem o seu lugar na cultura popular de Lamego e o seu Presidente de Junta está de parabéns. Solicita ao executivo camarário que invista nestas manifestações populares.-----

Como defensor deste património, apela ao executivo camarário que invista na aquisição de câmaras de vigilância, para salvaguardar o património e, desta forma, identificar-se os vândalos e levá-los perante a justiça.-----

É conveniente equipar as instalações sanitárias públicas com secadores das mãos.----

Disse ao Presidente da Assembleia, executivo camarário e aos membros da Assembleia, conta-se que um dia perguntaram à Madre Teresa de Calcutá, Prémio Nobel da Paz, em 1979, *“como se podia ser luz no meio de tanta escuridão? Ela terá respondido: quanto maior a escuridão, mais facilmente se identifica essa pequena luz e mais importante essa pequena luz se torna”*.-----

Sejamos essas luzes!-----

Interveio o membro **Samuel Martins** para aproveitar este momento para inquirir o Presidente da Câmara, em algumas questões.-----

A primeira era se o Presidente da Câmara podia fazer um curto balanço daquilo que foi desenvolvido pelo protocolo estabelecido com a Fundação Serralves.-----

O segundo, se o Presidente da Câmara tem algum projeto para melhorar a falta de sinalética toponímica presente ao longo do Concelho, que tem vindo a dificultar o trabalho das forças de segurança, dos bombeiros, carteiros, entre outros. -----

Terceiro, se há algum projeto de recuperação e reabilitação dos fontanários públicos, bem como análise de um controlo de qualidade das águas. -----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para responder às questões colocadas pelo membro José Manuel Correia, salientando alguns aspetos, nomeadamente, o da interação com o público, através da aplicação “Lamego resolve. Até confidencia aqui, quando se apresentou a aplicação, o membro José Manuel Correia perguntou-lhe se a Câmara vai ter gente para receber tantas participações e dar-lhes seguimento. Vai atulhar os serviços municipais de participações. Tal era a expectativa do membro José Manuel Correia, quanto ao “Lamego Resolve”.-----

Quer informar que desde o dia 8 de fevereiro, dia em que a aplicação foi anunciada, até hoje, a Câmara recebeu 107 participações, em média 5 por dia, coisas pequenas, que foram resolvidas, 76 e 31 estão a cargo dos serviços para análise e resolução.-----

Quer aproveitar também este momento, para dizer ao membro Romeu Sequeira, pois é suficientemente inteligente, para perceber a metáfora das portas abertas, supõe ele.

E portanto, as portas estão abertas, estão abertas de múltiplas maneiras, estão abertas fisicamente, estão abertas na disponibilidade das pessoas, estão abertas também, nos canais digitais, que permitem a qualquer lamecense comunicar com o executivo, permitem a qualquer pessoa lamecense ou não, dirigir-se ao Presidente da Câmara. -----

Isto serve também para a resposta à questão do apoio ao investimento e ao empreendedorismo. Todos os investidores em Lamego, têm a porta aberta e acesso ao Presidente da Câmara, independentemente de haver um serviço e pessoas disponíveis para fazer esse atendimento, independentemente de haver protocolos com instituições, nomeadamente a ESTGL, o NERVIR, APAVDURO, a BERA DOURO, para que, toda essa informação relativa a programas, a iniciativas de investimento, a avaliação de planos de negócio possa ser feita e ajudando os empreendedores a resolver os seus problemas que, infelizmente, são muitos, da burocracia que é necessária para desenvolver qualquer projeto e implementar qualquer novo negócio.

Afirmou que se falou aqui também da Gala da Cidade Europeia do Vinho, a gala é uma gala, é um momento festivo, foi um momento de anúncio de lançamento desta iniciativa, que irá decorrer ao longo de todo o ano, nos 19 municípios do Douro. Todas as festas, todos os eventos levados a cabo pelos Municípios, terão uma alusão à Cidade Europeia do Vinho, terão o envolvimento dos nossos produtores de vinho, terão momentos de promoção, desta promoção tão importante de toda a região, que tem implicações naquilo que somos como povo, na nossa cultura, na nossa paisagem, no nosso desenvolvimento turístico atual. -----

Portanto, quer-se valorizar a produção e os produtores, mas tem-se que o fazer mostrando para fora uma imagem do Douro, que não é a imagem da exploração e do negativismo, é a imagem da evolução que os vinhos desta região tiveram nas últimas décadas, e que hoje ombreiam com os melhores vinhos do mundo e representam 60% ou mais de 60% das exportações nacional de vinho e são esses os números que se tem de salientar, são esses os valores que se quer promover. -----

Relativamente ao Entrudo de Lazarim, falou-se, efetivamente, de uma das marcas de referência, das nossas tradições e da nossa cultura popular. Falou-se das máscaras, a mais importante e uma das mais ricas peças de artesanato, de todo o artesanato português. Falou-se da preservação de tradições muito antigas, muito vincadas daquela comunidade, e que muito nos orgulham. E por isso, uma felicitação ao Presidente de Junta de Freguesia de Lazarim, à Junta de Freguesia de Lazarim pela edição deste ano do Entrudo. E o desafio para se continuar a trabalhar. Mas da mesma forma, não olhando para dentro, olhando para fora, porque o Entrudo tem potencial, tal como as máscaras já estão espalhadas pelos cinco continentes, as máscaras de Lazarim, desde o Brasil à Austrália, poder-se ter neste evento um programa turístico muito importante para o Concelho de Lamego. E ter no Cim – Centro Interpretativo da Máscara Ibérica, uma âncora do nosso turismo ao longo de todo o ano. -----

Relativamente à redução tarifária dos transportes, foi de resto, aprovada nesta Assembleia, 45% de redução do preço dos bilhetes e passes, é o caminho para a gratuidade dos transportes públicos. E este é um caminho que se quer fazer, de uma forma muito clara, olhando para a coesão social e territorial do nosso concelho.

Olhando para as nossas freguesias e lugares cada vez mais envelhecidos e despovoados, e olhando para a cidade, que apesar de tudo, é uma cidade urbana, é uma cidade de património, é uma cidade cultura, é uma cidade de serviços, é uma cidade com vida. E quer-se fazer a ligação entre estas duas realidades e fazer com que a população das nossas freguesias possa aceder com facilidade à cidade.-----

Salientar que nas redes de transportes municipais, quer na rede municipal, quer na rede de transporte verdinho, está-se a ter também as preocupações da sustentabilidade. Existe já um verdinho eléctrico, e tem-se já uma iniciativa de transporte a pedido no Lugar das Dornas. Porque no Lugar das Dornas? Porque as Dornas é um pequeno lugar da União de Freguesias de Bigorne, Magueija e Pretarouca que já não tem população, já não tem alunos, e portanto, fica restringida ao transporte duas vezes por semana, às terças-feiras e às quintas-feiras. Mas o autocarro vai a Pretarouca a escassos 1,5 km ou 2 km das Dornas. E por isso definiu-se que nos dias da semana em que não há transporte nas Dornas, se os cidadãos quiserem vir à cidade, só tem que sinalizar essa necessidade e o autocarro altera o seu percurso e vai às Dornas nos dias em que for necessário fazer esse transporte. É mais um princípio, é mais um caminho para uma rede de transportes que será completamente diferente, porque vai ser flexível e ajustada à necessidade dos cidadãos. Prestará melhor serviço com menor custo para o Município. -----

Afirmou que o membro Romeu Sequeira fez aqui um elogio ao Governo, nomeadamente referindo o investimento anunciado na esquadra da PSP de Lamego. Ele preferia que o membro Romeu Sequeira esperasse pela realização das obras na esquadra da PSP de Lamego para fazer esse elogio. Há muitos anos que se pugna por esta obra, há muitos anos que o Município se bate para que este investimento seja feito, há muitos que se disponibilizou por parte do Município, todos os meios, incluindo, de eventual envolvimento financeiro, até porque se trata de património municipal, portanto o Município nunca fica prejudicado, os seus executivos se disponibilizaram para que este investimento seja feito.-----

O investimento foi anunciado pelo Ministro da Administração Interna, disse que retribuiu ao Ministro José Luís Carneiro as referências que lhe fez que ele fez na Assembleia da República, numa resposta ao deputado Hugo Maravilha, tem muita estima por ele, muita consideração, acredita que cumprirá a sua palavra. E que o projeto que ainda está a ser elaborado, irá dar origem a um concurso de empreitada e á realização física de obra. Reforçou que só nesse dia é que este anúncio será, efetivamente, válido e útil para os agentes da PSP que prestam um serviço na Divisão da PSP de Lamego e para os lamecenses, que terão melhores condições de acolhimento, e saberão que a sua PSP está melhor preparada para responder às necessidades. Está-se apenas a falar de intenções, mas quer ver obra.-----

Sobre o suplemento de Penosidade e Insalubridade, referiu que a Lei tem muitas lacunas, quer implementar um modelo que seja justo.-----

Afirmou que o membro Romeu Sequeira deu aqui um exemplo que é elucidativo, ninguém tem dúvidas que os coveiros serão abrangidos pela atribuição do subsídio de penosidade e salubridade. Contudo, pergunta, mas todos os dias ou só nos dias em que fizerem inumações. Esta é apenas uma das dúvidas que se colocam entre muitas, que a Lei deixa em aberto. Se se passar para outras funções, o problema torna-se ainda mais complicado. -----

Falou-se aqui de condições de trabalho, é verdade, é um facto que as condições de trabalho dos funcionários do Município, no seu principal edifício, são deficientes, e não só, de outros serviços que estão alojados em instalações do Município. Daqui pouco falar-se-á da CPCJ, que no seu relatório, esta Assembleia Municipal não deixará de referir a insuficiência e a falta de qualidade das instalações que têm disponíveis, é um facto, mas tem que se fazer opções, e tem que se fazer opções entre investir no espaço público e nos equipamentos que estão ao serviço de todos ou fazer investimentos internos para a estrutura. Tem que se fazer aqui um balanço.-----

Respondendo também à questão de mudança do Atendimento ao Público, ainda bem que o membro Romeu Sequeira também não estava confortável com aquela situação que foi encontrada, de colocar o Balcão Único nas traseiras da Câmara, de desviar os cidadãos daquilo que é a porta principal e a dignidade com que devem ser atendidos nos Paços do Concelho e nos serviços municipais. É pena, foi pena que o membro Romeu Sequeira não tivesse transmitido esse desconforto e esse desacordo ao anterior executivo, e não se estaria hoje aqui a discutir este este assunto.-----

Informou que o balcão único será encerrado naquele sitio, será reinstalado no local que lhe estava destinado, no átrio principal do Município. Apenas ainda não se realizaram as obras, porque como é necessário fazer obras e alterar determinadas infra-estruturas, nomeadamente infra-estruturas tecnológicas, vai-se alargar essa intervenção, a toda a ala esquerda do rés-do-chão do edifício dos Paços do Concelho, uma vez que já há duas partes reabilitadas, a do balcão único que já estava anteriormente, e a do atendimento que será reabilitada no âmbito desta obra. -----

Portanto, toda a ala esquerda do rés-do-chão do edifício vai ser intervencionada, numa obra que vai custar algumas centenas de milhares de euros, mas que é imprescindível, e que é um caminho, primeiro passo, para a beneficiação geral das instalações do Município, que se quer fazer.-----

Passando depois, para a parte das oficinas, onde se tem necessidade de se criar melhores instalações sociais, além de beneficiar, naturalmente, toda a estrutura ali instalada, serralharia, carpintaria. E depois volta-se à parte interior do edifício dos Paços do Concelho, nomeadamente a toda a ala direita, que nunca teve obras nem no rés-do-chão nem no primeiro andar.-----

Informou ainda, que se está a preparar também uma intervenção de fundo do Bloco da Feira, onde está instalado o sector da Ação Social, aproveitando o facto de, com a

transferência de competências do Governo para o Município, ir-se ter um aumento substancial do número de técnicos que vão trabalhar naquele espaço.-----

Acrescentou que se tem vindo a fazer outras intervenções, nomeadamente, criando condições no Pavilhão Multiusos para os técnicos, libertando espaço que estava ocupado por arquivo, para que possam criar salas de reuniões, salas de trabalho e gabinetes de trabalho para o dia-a-dia. Ou seja esta é uma preocupação, podia referir também o Parque Biológico, onde foi alterado, recentemente, o clima de climatização, para um sistema a lenha, uma vez que é um recurso renovável, está disponível em grande quantidade no Parque, e que vai criar melhores condições de conforto, num sítio que é super frio, quer para quem trabalha ali diariamente, quer para quem visita o parque, nomeadamente as crianças das escolas e das escolas de outros concelhos, nas iniciativas de desenvolvimento pedagógicas que ali são levadas a cabo.-----

Afirmou que é uma preocupação que se tem e é uma preocupação que está a ser concretizada no dia-a-dia. Eventualmente está-se a falhar um pouco na comunicação ou o que seria no tempo do executivo socialista, na sua propaganda.-----

De seguida disse ao membro Romeu Sequeira que a população de Lamego, não está a reduzir nos últimos 25 anos, está muito enganado. Convém ir um pouco mais atrás, convém ir a 2001 e há redução de 6,9%, no seguimento de 16 anos de gestão socialista. Em 2011 reduziu 4,9% ou seja melhorou-se um bocadinho, em 2021, quando o vereador Ângelo Moura era Presidente, foi anunciado um novo censo, com 8,8% de redução. Portanto, convém alargar a escala temporal e ser rigoroso na análise dos dados estatísticos, e estes é que são verdade.-----

Em todo o caso, o problema é o mesmo, tem-se dificuldade em reter a população jovem, tem-se dificuldade em reter população migrante, e portanto, no fim do dia, o balanço é muito desfavorável. Tem-se feito o possível, para que se possa desenvolver políticas de promoção de natalidade, é muito difícil, porque se tem, efetivamente, uma população reduzida em idade fértil. E tem-se depois as questões de natureza económica e social, que dificultam ou não estimulam as pessoas, os jovens a terem mais que um filho ou terem uma família numerosa. -----

Mas mantém este incentivo há muitos anos, reforçou-se já no ano anterior, vai-se revê-lo no futuro, porque na falta de outros mecanismos, pode-se depois falar de políticas de habitação, e mais uma vez da promoção da atividade económica, dos projetos que tem em mente. Do que já se fez em termos de espaço para a instalação de industriais. O que se fez para a retenção de serviços públicos neste Concelho, porque se sabe que o emprego público é uma forma importante de fixação de quadros qualificados, podendo-se falar de muitas outras iniciativas que se tem levado a cabo.---

Relativamente ao Estádio dos Remédios, disse que vai ficar disponível para o público, ou seja para os clubes que o utilizam, muito brevemente, em princípio dentro de dez dias, e a época será concluída ali. Relativamente ao futuro, não se tomou ainda nenhuma decisão. Se refazer o relvado natural, se fazer um relvado sintético.-----

E a questão é a mesma, continua a ser a mesma desde o dia, em que na requalificação do Complexo Desportivo de Lamego, optou-se por manter o relvado sintético. Que é o relvado sintético, além da utilização quotidiana pelos nossos clubes, a possibilidade de poder vir a ser procurado por clubes que já o procuram para fazer estágios. Se não se tiver o relvado natural, perde-se essa capacidade e ter-se-á um relvado sintético que pode ser utilizado intensivamente pelos nossos clubes, mas que dificilmente será procurado por clubes de fora para fazer os seus estágios. A decisão é ter-se melhores condições para os clubes locais e não ter estágios ou conseguir fazer um equilíbrio, o que levará é que se tiver um relvado natural, tem que, sempre, impor limitações de carga, porque isso acontece em todos os relvados naturais, em todo o mundo, diria até que se poderia deitar a moeda ao ar. E o que saísse seria, sempre, uma boa solução num caso e uma má solução no outro. Vai-se decidir, naturalmente, sem lançar moeda ao ar. -----

Disse que foram aqui também colocadas questões, relativamente ao protocolo com a Fundação de Serralves, portanto, no âmbito do protocolo com a Fundação de Serralves, tem havido muitos contactos, nomeadamente contactos de participação da estrutura municipal, através de reuniões e Workshops realizados com Serralves. E foi efetuada no Núcleo da Porta dos Figos uma exposição de Arte Moderna, promovida por Serralves. Tem decorrido também contactos no âmbito da sustentabilidade, porque o parque e os jardins de Serralves têm um trabalho notável nessa matéria, para que neste ano que está a decorrer os trabalhos possam incidir sobre essa temática da sustentabilidade e envolver o Parque Biológico. -----

Relativamente à sinalética disse que não percebeu, se era sinalética rodoviária ou toponímica, pois esta última é da responsabilidade das Juntas de Freguesia, e está a ser desenvolvida a ritmos diferentes, mas a ser desenvolvida. -----

No que concerne aos fontanários públicos, a mesma coisa, são da responsabilidade das Juntas de Freguesias. Aproveita para saudar o Presidente da Junta de Freguesia de Lamego, já está a lavar a cara à Fonte do Lamego. Como sabem a Junta de Freguesia de Lamego não tinha transferência de competências, teve só a partir de janeiro, esta foi uma das competências que foram negociadas, entre várias inovações relativamente à delegação de competências anteriores que havia, Portanto, agora inverte-se a situação, quando o Presidente da Junta limpar os fontanários a Câmara elogia, quando não limpar a Câmara reclama.-----

Tomou a palavra **Alita Carvalho** para cumprimentar todos os presentes na sala, um cumprimento especial ao Presidente da Junta de Freguesia de Penude, que acolhe esta sessão da Assembleia, um cumprimento especial aos que nos acompanham online. -----

Disse que a sua intervenção vai no sentido de solicitar dois esclarecimentos ao Presidente da Câmara, a primeira remete-se ao heliporto. Como se sabe o heliporto do Hospital de Lamego não tem recebido voos de emergência médica, por falta de

certificação. Problema antigo e que tem vindo a ser questionado, quer pelo partido Socialista, quer pelo deputado Hugo Maravilha na Assembleia da República, mas também por esta Assembleia, que em junho de 2022, tomou posição sobre esta matéria e aprovou uma moção que recomenda ao Ministério da Saúde que proceda a definição dos aspetos técnicos em falta e proceda à abertura do heliporto com caráter de urgência. Sabe também que este é um tema que tem requerido a atenção e preocupação por parte deste executivo. Neste sentido, sabendo que se verificaram obras no heliporto do Hospital de Lamego muito recentemente, solicita ao Presidente da Câmara que possa esclarecer sobre este tema.-----

Disse que, também por várias vezes e em vários contextos, foi abordada questão dos tratamentos de hemodiálise, normalmente prestados por entidades privadas, entidades privadas que no Concelho de Lamego concluíram duas unidades, com os requisitos de qualidade necessários para resolver esta prestação de serviços às pessoas deste Município e desta região, que dela precisam. -----

Sabendo-se também que já se iniciaram as obras no hospital de Lamego, para a instalação de uma unidade de tratamento de hemodiálise, a sua questão prende-se com o solicitar mais uma vez um esclarecimento em relação a este assunto.-----

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para cumprimentar todos os presentes na sala, um cumprimento especial, logicamente, para a Freguesia de Penude na pessoa do seu Presidente, bem como a todos que estão acompanhar esta sessão através das redes sociais. -----

Afirmou que pegando nas palavras do membro Alita Carvalho, sobre a questão do heliporto, disse que leu e releu e viu e fica muito satisfeito que a solução do heliporto do Hospital de Lamego tenha sido resolvida pelo deputado Hugo Maravilha, de facto, sem ele nada disto seria possível. Assim disse ao membro Alita Carvalho quase que menospreza o trabalho não só do Ministério da Saúde, o próprio trabalho que foi desenvolvido não só do anterior executivo, mas também por parte do atual Presidente da Câmara, parece que foi colocado em segundo lugar, inclusivé também da própria unidade hospitalar.-----

Disse que isto apraz-lhe dizer, se a gente disser umas coisas sobre um determinado assunto, permitam-lhe então dizer, se calhar a solução da Fonte do Espírito Santo, se calhar também vão ter que a devolver a ele, porque veio aqui falar duas vezes do atraso das referidas obras. Era o que faltava agora ser o responsável dessa mesma solução. -----

Parece-lhe que a dialéctica, por vezes, nos pode levar a campos que roça o ridículo.---
Abordando mais um assunto, pois o Presidente da Câmara há pouco, brincou com os números de censos. Mas também já percebeu que tem um grave problema de matemática, pode ser que seja corrigida, vai ajudá-lo a dissipá-lo.-----

Um executivo teve em quatro anos, quando são ditos dez anos, e vir analisar que esses 8% de redução, se devem apenas a quatro anos, não sabe se o Presidente da

Câmara fez matemática por passagem administrativa. Tem-se aqui alguma dificuldade. E dizer que se recupera, quando se tem uma redução de quase 5% do valor da população, sabe-se que -1 não é mais. Acha que se está esclarecido em relação a isso.-----

Usou da palavra o membro **Alita Carvalho** para dizer que queria só repetir e reler, pois chegou aqui e disse “questionando, foi questionado pelo partido Socialista, quer pelo deputado Hugo Maravilha”, acha que a questão do português não foi do lado dela mas sim do membro Pedro Torres. Disse que, era tanta a vontade de dizer qualquer coisa, se calhar para recuperar aquele tempo da “bola”, que agora veio aqui só dizer “bola”, mais uma vez, lamentavelmente.-----

Então vem no sentido de esclarecer que referiu que tem vindo a ser questionado quer pelo partido Socialista, poderia ter chegado aqui e não falar do partido Socialista, mas disse, que o faz de forma correta, esclarecida e honesta. Esclareceu também e referiu quer pelo deputado Hugo Maravilha, da Assembleia da República e também por esta Assembleia. E concluiu como não poderia deixar de ser, sabe perfeitamente, como todos têm a noção, que é uma preocupação deste executivo. Foi, exatamente, isto que disse.-----

Interveio o membro **Domingos Nascimento**, começando por cumprimentar todos os presentes na sala, os que seguem esta sessão através das redes sociais, um cumprimento especial ao Presidente da Junta de Freguesia de Penude e ao seu executivo, pelo facto de hoje receber aqui, tão bem.-----

Afirmou que, pegando nalgumas palavras que foram entretanto aqui feitas, acha que relevante continuar-se com a agenda da promoção da humanização, como uma das grandes bandeiras do nosso trabalho.-----

Se há cada vez menos pessoas no nosso território, não se pode perder nenhuma oportunidade para colocar as pessoas como a prioridade do nosso trabalho, das nossas políticas, independentemente das forças políticas que se possa representar.---

E é no âmbito desta agenda da promoção da humanização que falará, sempre, que aqui vier. Tem-se valorizado e há que valorizar muito o facto de todo o Douro se ter constituído “numa cidade” conceptual e simbólica, para promover uma acção significativa para todo o território. Tendo o vinho como motivo, mas tem ele dito que deve aproveitar para ter as pessoas como objetivo. -----

A gala que se realizou em Lamego mostra, claramente, que Lamego é uma cidade âncora, também em relação ao vinho, é uma cidade âncora em todo o Douro, que tem equipamentos âncora para a cidade e que são equipamentos âncora para toda a região. Deve-se valorizar, cada vez mais, esses equipamentos.-----

Quanto ao evento, felicita o executivo camarário, pelo facto, de ter conseguido trazer o evento mais marcante deste ano e deste âmbito da cidade europeia do vinho para a cidade de Lamego. Fazendo desta cidade, mais uma vez, uma centralidade.-----

Disse que importa aproveitar este ano e a cidade europeia do vinho, para não se esquecer das pessoas que fazem do vinho a nossa grande referência mundial. -----
É verdade que se deve trazer para a agenda o impacto social, cultural, económico e político, sem nunca se poder esquecer das pessoas. E a verdade é que, ainda há muito para fazer relativamente às pessoas que fazem o trabalho na vinha, fazem o trabalho do vinho. A realidade é bastante complexa. Muito complexa, com tendência a piorar. Acha que é a altura de se fazer justiça com as pessoas que fazem acontecer o Douro e construirão e vão construindo o Douro. E é no seguimento desta agenda da humanização, que traz, reiteradamente, um outro assunto, o assunto da saúde. -----
Todos já deram conta, que o modelo de organização da saúde em Portugal está em grande transformação. Noutros territórios já está a acontecer e vai acontecer também nesta região. A pergunta que deixa e que todos devem refletir sobre ela, é que saúde se quer para o Douro. E tendo em conta as nossas possibilidades políticas em Lamego, quando fala de Lamego, nunca se pode esquecer a sua responsabilidade política em toda a região, porque Lamego é uma cidade de referência.-----
Assim quer-se focar hoje, e mais uma vez, que saúde se quer o Douro Sul, e para Lamego, obviamente. A realidade que se tem neste momento, é de um agrupamento de Centro de Saúde, isto no âmbito do cuidado de saúde primários, com graves problemas de sustentabilidade, pela sua dimensão, pelo seu modelo de organização, e, eventualmente, é ele a dizê-lo, pela falta de acção ou pela inacção e pela falta de proatividade parasse perceber que o mundo está a mudar, e que é necessário tomar decisões, nomeadamente em relação aos recursos humanos, que são sempre mais reduzidos neste centro de saúde. -----
Mas também Lamego tem um hospital novo em Lamego, que é um hospital que tem problemas estruturais, nomeadamente em relação ao seu programa funcional, que deve preocupar a todos. Ou seja não se pode ficar pela espuma dos dias, ficar-se feliz, pelo facto de se ter um hospital novo, e depois, não nos debruçarmos sobre aquilo que está a acontecer neste hospital.-----
É verdade é que o programa funcional nunca serviu, convenientemente, as necessidades concretas da população de Lamego e da região, é todavia, um hospital com valências de excelência, algumas delas, e serviços que servem as pessoas, mas não tem as respostas que, efetivamente, as pessoas precisam. O hospital de Lamego precisa de ser um hospital de integração, um hospital de proximidade.-----
Não tem, certamente, tempo para dar a sua opinião á cerca deste contexto de integração e de proximidade. Mas lembro que, no Centro Hospitalar em que Lamego está integrado, a domiciliação hospitalar já existe em Vila Real, já existe em Chaves e lamego continua a não ter esta resposta. Não percebe porque isto não acontece, acha que todos devem estar atentos para que se consiga forçar, de alguma maneira, que isso venha a ser uma realidade.-----

Uma outra questão e hoje está a falar das questões menos boas, em relação aos serviços de urgência, que têm um estatuto, diga-se que, especial e não muito comum, que é de uma urgência qualificada, no entanto a sua qualificação tem vindo a ser cada vez menos adequada. Não está a falar da qualidade dos serviços, está a falar da qualificação dos serviços, ou seja, da capacidade da resposta para algumas das tipologias dos cuidados que são necessários prestar naquele serviço.-----

Um outro aspeto, é a sua organização funcional, o espaço físico é, completamente, desajustado às novas necessidades e às novas dinâmicas dos serviços de urgência.

Todos nos podemos ser e somos, certamente, de vem enquanto utentes daquele hospital. Se não somos nós, são as nossas famílias, por isso, acha que é um problema que nos deve preocupar a todos e todos os dias. Não é um problema da Administração Central, não é um problema da Administração, nem das lideranças locais no hospital. É um problema nosso. Acha que seria fundamental, que se conseguisse criar, no âmbito desta Assembleia, um modelo que permitisse olhar para o tema da saúde, em Lamego, com olhos mais sustentados. Quem sabe a criação de um grupo de trabalho, que permitisse antecipar algumas das necessidades, que entretanto estão a acontecer, mas também responder a uma mudança que vai, certamente, acontecer nos próximos tempos. E qual é essa mudança? Concluirá, falando dela.-----

Disse que nós estamos integrados, já aqui falou no Centro Hospitalar, fez-se esse caminho, tem algumas críticas relativamente à forma como o hospital de Lamego fez esse caminho. Mas é verdade é que, neste momento, os centros hospitalares vão caminhar para unidades locais de saúde. Diga-se que a estrutura jurídica destas duas figuras de organização, são bastante distintas, na medida em que, se atualmente o centro hospitalar congrega várias unidades hospitalares ou seja de cuidados diferenciados, as ULS – Unidades Locais de Saúde, congregarão também os cuidados de saúde primários. Ou seja vemos aqui um modelo de integração vertical. Colocando, supostamente, o cidadão no centro de toda esta organização. Nós que temos responsabilidades políticas, temos que nos perguntar o que é que queremos deste novo modelo de organização que vai, certamente, acontecer. Que ULS que queremos ter, ou seja, que Unidade Local de Saúde queremos. Ele, obviamente tem uma ideia, já que aqui falou, acha que era possível o Douro Sul criar, conjuntamente com o Hospital de Lamego, uma ULS , que caminharia no futuro para um sistema local de saúde, provavelmente, o primeiro do país. E tendo em conta as idiossincrasias desta região, desta pequena região do Douro Sul, com setenta mil utentes, mas com quase cem mil unidades ponderadas que é uma outra questão. Porque quando analisamos a organização em saúde, não se pode ter em conta o número de pessoas, mas também, tendo em conta as características dessa população, e por isso, somos quase cem mil unidades ponderadas, tendo em conta até o envelhecimento da nossa população, e por isso, devia-se lutar, segundo a sua opinião, por um hospital de integração e de

proximidade, que conjuntamente com os cuidados primários podiam constituir o tal sistema local de saúde, chamando ao processo as IPSS'S da região e naturalmente e eventualmente os Municípios. Por isso que ULS queremos e que hospital queremos no âmbito desta ULS. Se não se conseguir que esta ULS avance, queremos perceber que hospital queremos e deve-se discutir a questão do hospital, tendo em conta o nosso objetivo e não, eventualmente, um estudo tecnocrata que não tem em conta as especificidades das pessoas de Lamego e da região. -----

Interveio o membro **Paulo Barradas** para dizer que é claro, que não poderiam todos estar de acordo com a recuperação das estátuas que ladeiam a escadaria do Teatro Ribeiro Conceição. Bem como também a recuperação da Fonte Espírito Santo. Contudo também queria deixar aqui um alerta, porque há, realmente, algum património, inclusivamente património classificado, que é o caso dos pelourinhos de Britiande e de Vila Nova de Souto D' Él Rei, que neste momento estão no chão, e, obviamente, diga-se, que eles representam um passado histórico e também representam algum garbo dessas populações, que têm ali naquela simbologia, a marca dos concelhos que foram em tempos idos. -----

Disse ao Presidente da Câmara que queria trazer aqui a coacção, uma vez mais a questão do Protocolo de Serralves, talvez até a intervenção do deputado Samuel Martins tivesse um pouco que ver com aquilo que vai dizer. Ou seja, como o Presidente da Câmara sabe, ele foi daqueles, que, obviamente aplaudiu a oportunidade desse protocolo, aplaudiu a oportunidade de Lamego poder colar-se a uma bandeira, que é uma bandeira muito importante no mundo da cultura nacional, contudo, e portanto, porque fui um dos que aplaudiu, houvesse dinheiro para isso, e realmente houve dinheiro para isso, também pensa, que neste momento, tem alguma natural autoridade para perguntar se, neste momento, o balanço que se faz desse protocolo é apenas aquele que o Presidente da Câmara, que em traços muito genéricos fez aqui, respondendo ao membro Samuel Martins, porque, realmente, talvez a perplexidade que se tem em avaliar a bondade desse protocolo, considerando os montantes que ele envolve, tenham que ver também com o facto de nós não conhecermos o que, em determinada altura foi assinado com a Fundação Serralves. Ou seja, nós tivemos aqui na Assembleia a oportunidade de aprovar uma minuta, uma minuta que era antecedida por uma informação que vinha do pelouro da cultura, e que, realmente, considerando aquilo que se perspectivava que a Fundação Serralves poderia acrescentar a Lamego, realmente, era muita coisa, lembra-se que era à volta de 17 pontos, entre visitas, colaborações, iniciativas de ordem vária, entradas gratuitas. Aliás a este respeito de entradas gratuitas, não mais aquelas que estão no site da própria fundação, na organização de visitas. Não querendo ser maçador, estágios, prestações de consultadoria, realização de cursos de gestão cultural, enfim, são 17 pontos. É claro que, considerando estas possibilidades, o protocolo, volta a dizer, havendo dinheiro, era um bom protocolo.-----

Neste momento, volvido um ano, aquilo que foi notório para a população de Lamego, foi realmente a iniciativa dessa exposição, que nos também não sabemos, se ela realmente, se transformou apenas num momento de visitação ou num momento de experimentação pedagógica ou de acompanhamento de visitas guiadas para as escolas, enfim, não sabe se ela teve esse aproveitamento, de forma que solicitava ao Presidente da Câmara que pudesse fornecer à Assembleia Municipal a assinatura desse protocolo, já que, nos termos em que a minuta foi aqui trazida, ela apenas tem três cláusulas e todas elas muito voltadas para a questão da importância do donativo e não das vantagens do donativo. Ou seja, se há vantagens do donativo, estão aqui expressas, o donativo na cláusula anterior a fundamental para a concretização da missão da Fundação de Serralves, permitindo a sua abertura aos mais diversos públicos de uma forma consistente, com os seus objetivos estratégicos, assegurando simultaneamente, a sua sustentabilidade, e a percussão do seu objeto cultural. -----

Portanto, ou seja, nas cláusulas que estão nesta minuta do protocolo, nada se refere às vantagens que o Município de Lamego, o Concelho de Lamego tem com este protocolo. Portanto, aquilo que quer pedir ao Presidente da Câmara é que pudesse finalmente, fornecer à Assembleia Municipal um verdadeiro protocolo, não a minuta, mas o verdadeiro protocolo que a Câmara de Lamego, em bom tempo, na sua perspectiva pessoal e não se nega assinou com a Fundação de Serralves.-----

Tomou a palavra o membro **Samuel Martins**, para falar sobre uma questão que foi abordada antes do pequeno intervalo, foi levantada a pergunta pelo membro da coligação, que saúde se quer para o Douro Sul. Quer deixar expresso que a CDU quer uma saúde pública, gratuita e de qualidade, e principalmente nesta região, é até para ele uma questão pessoal. Ele é nascido em 1998, na maternidade de Lamego, tem um irmão mais novo, que nasceu em 2006, já o serviço da maternidade de Lamego estava encerrado. Disse ser aqui que se cai naquele sitio vicioso, de se querer recuperar a população, não se quer Lamego deixe de ter pessoas, deixe de ter jovens, e ao mesmo tempo encerra-se serviços públicos, que queriam a potencialidade de fixar jovens no Concelho.-----

Também com o encerramento do Hospital do Peso da Régua, que na altura fechou por causa de uma doença infetecontengiosa, misteriosamente, perdeu-se na região, um hospital e correu tudo para Lamego. Então que deveria ser neste projeto das Unidades Locais de Saúde, muito importante, a reabertura dos serviços que se perderam, com a pediatria e a maternidade. -----

Usou da palavra o **Presidente da Junta de Freguesia de Britiande**, começando por cumprimentar todos os presentes na sala, cumprimento especial ao Presidente da Junta de Freguesia de Penude, por nos ter recebido aqui, um abraço ao público que segue esta sessão através das redes sociais. -----

Disse que a sua intervenção não estava programada para este momento, mas teve que a vir fazer, por dois motivos: primeiro quer dirigir ao membro Romeu Sequeira,

porque tanto fala do Estádio dos Remédios, pois há cinquenta anos que visita o Estádio dos Remédios, e nunca aqui ouviu falar politicamente daquele estádio. Pois conhece o Estádio dos Remédios, como muita gente aqui está, e sempre teve aquelas condições boas, condições más, sempre andou atrás do Sporting Clube de Lamego. Agora fica muito admirado em ver o membro Romeu Sequeira há um ano a esta parte falar do Estádio dos Remédios. Quando o podia ter feito há quatro ou cinco anos atrás. Perguntou ao membro Romeu Sequeira se conhece o Estádio dos Remédios, parece que conhece apenas há um ano. -----

A outra coisa que queria aqui perguntar, não é fácil, perceber-se algumas intervenções de alguns membros da Assembleia, e neste caso o membro Viriato Lemos, que geralmente, aqui na sala, ninguém percebe muito bem o seu discurso. Ouviu-o falar na freguesia de Britiande, gostaria imenso que ele lhe explicasse o que é que falou sobre Britiande, se alguém passou uma procuração de competências, para falar sobre Britiande. Disse que a Junta de Freguesia está aberta 8 horas por dia, os seus serviços estão abertos 8 horas por dia, onde alguém que queira questionar, seja o que for, em prol da freguesia de Britiande, está lá presente para toda a gente, não só da freguesia de Britiande, como também do resto do Concelho de Lamego. E se o membro Viriato Lemos passa lá muito por Britiande, é sinal que realmente, gosta de por lá passar, se frequenta muitas mais ruas, também está muito preocupado com a Vila de Britiande. -----

Disse que lhe falta saber, se realmente, é uma preocupação dele próprio, ou se está a servir aqui de alguma barriga de aluguer ou de cobaia de alguém. Se for isso, dirija-se a ele em particular ou em público que ele lhe dará a resposta adequada e que mais precisa, se for por outro lado, também lhe diga, que é para ele se precaver de possíveis várias situações. -----

Interveio o membro **Viriato Lemos** para dizer que está à vista de toda a gente, com uma perplexidade, a carrinha da Junta de Freguesia de Britiande está encostada em lugar incerto. Será incúria, ou o autarca é simpatizante da política do brite e anda a pé?-----

Respondendo ao Presidente da Câmara, disse-lhe que não é só lavar a cara das Fontes Públicas, há uma coisa mais importante, é a qualidade da água, que aqui preciso focar. -----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que foram colocadas aqui algumas questões, de entre elas do Heliporto, dizendo que os membros do Partido Socialista estão a tentar agarrar as canas, mas o foguete ainda não partiu. O Heliporto continua sem estar licenciado, e enquanto não estiver licenciado, todas as obras que estão a ser feitas e todas as alterações que irão decorrer, poderão não ter qualquer utilidade no final do dia. Porque o Heliporto já estava feito no dia em que o Hospital foi inaugurado, e não pude funcionar até hoje. E nada garante que ele possa vir a funcionar, de pois de realizadas estas obras. -----

Disse que há duas coisas que o Centro Hospitalar fez, para tentar acelerar o processo, foi um conjunto de obras que parecem óbvias, porque o parecer técnico da ANAC não é claro, não é nada claro, já o referiu aqui. E fazer o protocolo com os bombeiros, que é necessário esse protocolo para a assistência ao funcionamento do Heliporto. Isso está feito. Mas ANAC continua sem licenciar o Heliporto do Hospital de Lamego. Portanto só no fim do processo de licenciamento, que está, neste momento a decorrer como apoio do projetista original, é que se vai saber se tem Heliporto. -----

E por isso todas as questões que foram solicitadas, quer pelo Município, quer pelo deputado Hugo Maravilha na Assembleia da República, à então Ministrada da Saúde, agora o Ministro da Saúde, já se disponibilizou para chamar a Presidente da ANAC ao Parlamento, são indispensáveis para se ajudar a Administração do Centro Hospitalar a concluir com êxito o processo de licenciamento. Porque com obras ou sem obras, se não houver licenciamento o Heliporto não vai poder funcionar. E Portanto, está-se perante o imbróglho burocrático, é só disso que se trata, de saber se o "H" de heliporto está bem pintado ou se tem que ser rodado. Se a vedação que já lá foi posta, quando o hospital foi construído, tem que ser removida ou não. Agora será porque o Centro Hospitalar já decidiu isso. A linha eléctrica que está a 300 metros, tem que ser ou não sinalizada, e no fi, se perante a análise do equipamento e dos protocolos de apoio, a ANAC autoriza a utilização do Heliporto. -----

Está-se, portanto ainda, no início de caminho, que revela boa vontade por parte da Administração do Centro Hospitalar, e que se calhar não havia esse conforto de avançar para essas obras, se não vissem a insistência que tem sido feita para que este equipamento, possa ser colocado em funcionamento.-----

Relativamente à hemodiálise, tem-se aqui uma situação sui generis e caricata, já o referiu publicamente, e o executivo municipal também já expressou uma posição pública e unanime sobre esse equipamento, que é a deque, nós não podemos prescindir das duas unidades privadas, que foram construídas em Lamego, que têm todas as condições para funcionar, e aguardam apenas autorização de funcionamento, Respeita-se a vontade o Centro Hospitalar de instalar uma unidade de hemodiálise no Hospital de Lamego, e até se aceita que na referência os doentes de Lamego e da região, seja, prioritariamente, referenciados para Unidade instalada no Hospital de Lamego, e depois, subsidiariamente, para as unidades privadas. Mas as três devem funcionar, para permitir que os doentes possam escolher onde querem ser tratados, e para que recursos técnicos, nomeadamente médicos, enfermagem e outros, que já estão afetos às unidades privadas, possam continuar na nossa região. -----

Chamou a atenção dos membros municipais, que o Hospital de Lamego responde, não vai discutir e o membro Domingos Nascimento conhece muito bem o histórico deste processo, trouxe aqui algumas questões em relação ao programa funcional e a tudo isso. Isso foi discutido na altura, foi uma luta muito grande que se teve com o Ministério da Saúde e o então Ministro Correia de Campos. -----

Mas a partir do momento em que se aceitou o programa funcional, com as alterações que lhe foram introduzidas, por exigência do Município de Lamego, nomeadamente transformação das camas dos cuidados continuados em internamento de agudos, urgência qualificada, isto é, com o apoio de medicina interna e cirurgia, especialidades em numero alargado substancial, em função das disponibilidades existentes no Centro Hospitalar em Vila Real. E cirurgia do ambulatório, como referência para todo o Centro Hospitalar. Ou seja que Lamego pudesse ser, em termos de cirurgia de ambulatório o hospital de referência no centro Hospitalar. E em relação a esse programa funcional que foi acordado, acha que se tem que fazer um balanço positivo. E é claro também que nós podemos continuar a queixar-nos daquilo que devíamos ter e que não tivemos, e daquilo que podemos ter no futuro, e que se calhar não vamos ter, ou algumas coisas vamos ter. Agora há aqui uma realidade que é inquestionável, o nosso Hospital de Lamego tem essencialmente ou vai ter essencialmente três serviços com peso, a cirurgia do ambulatório com oftalmologia, agora a hemodiálise e a cirurgia, que são centro de respostas integradas, ou seja, são auto organizações, organizações autónomas dentro do centro hospitalar. E isto também o leva a questionar o porque do Governo, ARS e o Centro Hospitalar e operem tanto ao funcionamento das clinicas privadas de hemodiálise, quando de serviços de natureza privada, também já estão a funcionar dentro do próprio hospital e é assim que vai ser o funcionamento da unidade de hemodiálise. Por isso, se nos opormos, até porque e quer aqui reconhecer a solução que foi encontrada para instalação de hemodiálise, que foi na área da administração do hospital é preferível à que estava definida para o centro de dia, que tem outras utilidades que são mais importantes para o funcionamento do próprio hospital. Portanto esta localização não nos causa nenhum tipo de problema. Apoia o serviço de morfologia, na ideia de ter oferta de serviços de hemodiálise, mas que isso não seja obstáculo a que os privados também o possam fazer, e os doentes possam fazer a sua escolha dentro dos critérios de referenciação que estão feitos.-----

Quanto às questões matemáticas aqui trazidas pelo membro Pedro Torres, respondeu-lhe que quando membro Pedro Torres quiser trazer o seu currículo, pode-se analisa-lo, e vê-se os créditos nessa área e noutras. -----

Ainda sobre a questão do centro hospitalar, do hospital de Lamego, da integração dos cuidados continuados no âmbito dos Aces Douro Sul, da criação de uma ULS do Douro Sul, disse aceites aqui o desafio e transmite também ao Presidente da Assembleia Municipal, para que o grupo de trabalho que foi proposto pelo membro Domingos Nascimento, possa ser criado. Que se possa no âmbito do executivo, da Assembleia Municipal, da sociedade em geral, promover um debate sobre estas matérias, que são tecnicamente muito complexas, mas no fim do dia, são decididas politicamente. Portanto, se fizer uma reflexão profunda, estar-se-á em melhores condições de ter posições politica sustentadas e tomar boas decisões no fim do dia.---

Sobre a questão dos pelourinhos de Britiande e Vila Nova de Souto D'El Rei, disse que o Município está acompanhar a situação, mas essa é uma responsabilidade das respetivas Juntas de Freguesia e da Direção Regional da Cultura do Norte, que também está a acompanhar esse assunto.-----

No que concerne ao protocolo de Serralves, o membro Paulo Barradas, tanto quanto sabe, poderá contrariá-lo se não for verdade, já tinha encestado contactos para a realização deste protocolo com o Dr. Rui Costa da Fundação de Serralves, sabe que tinham tido um contacto dessa natureza. E referiu ali um conjunto largo de objetivos deste protocolo que estão a ser cumpridos, é evidente que é um protocolo para quatro anos, só ainda, passou um ano, aquilo que mostramos, que é visível é exposição, aquilo que faz a nível de serviço educativo de ações de formação e visitas é menos visível, mas está lá. Só dizer que, em relação ao protocolo ele é igual à minuta, portanto em relação a isso não há, se quer, qualquer questão a colocar. -----

Relativamente às questões colocadas pelo membro Samuel Martins, efetivamente, há muitos serviços que nós gostávamos de ter no Hospital de Lamego, pode-se, sempre, reivindicá-los, mas sabe-se também qual é a realidade que se vive no sector da saúde, em Portugal, a carência de recursos médicos, de enfermagem e outros, falta de dinheiro, embora, às vezes há dinheiro para coisas estranhas que nós não percebemos, e não há para coisas óbvias, que são muito necessárias, mas é uma situação que também se pode integrar nesta reflexão que propõe que se faça através de um grupo de trabalho que se venha a constituir no seio do Executivo e Assembleia Municipal. -----

Tomou a palavra o membro **Carlos Loureiro**, começando por cumprimentar todos os presentes, um especial agradecimento ao Presidente da Junta de Freguesia de Penude pela receção. Já que estamos em Penude, permitam-lhe que fale aqui de um jovem que é de Penude, o Gaspar Gonçalves, que tem levado o nome de Lamego, na sua atividade desportiva, que o ciclismo, modalidade que tem desempenhado muito bem, inclusivé, tem ganho algumas provas, por isso é sempre bom referir os feitos dos nossos lamecenses.-----

Quer ainda referir o feito de mais dois lamecenses jovens, um com dezassete anos, dois irmãos, um é o Francisco Costa, que foi titular da seleção nacional de andebol, que esteve presente no mundial, bem como o seu irmão Martinho da Costa, na mesma modalidade. -----

Não pode deixar de falar de Lazarim, vai manter uma confidência, apesar de não gostar muito do Carnaval, mas tem que falar deste evento. Realmente foi o feito histórico este ano, provavelmente em três dias ultrapassou-se a fasquia de mais de vinte mil visitantes, numa aldeia tão pequena, onde as pessoas fazem km a pé, para presenciarem o Carnaval de Lazarim. Este ano houve duas inovações, que trouxeram muita mais gente, foi a abertura dos artesãos, casa dos artesãos, foi visitada por muita

gente. E também, outra inovação foi a abertura da casa das pessoas que fazem os trajés, que também teve uma influência enorme de pessoas. -----

Referiu outro evento, que foi fantástico e que ainda não foi falado aqui, que foi ontem o milho em Ferreirim. Em nome do membro Alita Carvalho, deu-lhe os parabéns, reparou no seu trabalho, incansável de toda a gente envolvida. É um evento que já ao longo dos anos se cimentou como grande evento gastronómico da região e que continua a crescer, parabéns a todos que ajudaram neste evento e à Associação de Ferreirim pelo excelente trabalho.-----

Deu os parabéns à Vice-Presidente da Câmara Catarina Ribeiro, pelo evento da data comemorativa dos 15 anos do Teatro Ribeiro Conceição, foi um espectáculo fantástico, para quem gosta daquele tipo de música, ele gostou, adorou, foi fora da caixa, foi interessante, como os acordeões fazem maravilhas, que tocam várias obras feitas por grandes compositores, foi um grande momento de cultura para Lamego. Em relação ao Teatro Ribeiro Conceição deixa aqui uma deixa, acha que o pelouro deveria fazer, acha que deveria incentivar os agentes turísticos, não só os lamecenses, haverá três quatro, não mais. Mas quem traz mais pessoas a Lamego, como o Douro Azul, em que acha que poderia fazer parte, também do programa deles, a visitar o teatro, em que eles iriam contribuir para ver uma sala de espetáculos tão linda, e porque não, até mesmo, algum evento cultural que se pudesse realizar, para que também eles pudessem assistir, seria, sempre, mais um complemento para o turismo que nos visita não só Douro, mas também Lamego. -----

Outro grande evento foi a Capital Europeia do Vinho do Douro, em que Lamego acolheu num evento de índole nacional, muito bem organizado. Contudo, falou-se aqui um bocadinho, o que é que esse evento traz. Esse evento traz muito, agora cabem aos empresários, aproveitar a oportunidade de esta grande montra que é os Vinhos do Douro, para o mundo, e não a só à Cim Douro, aos Municípios que têm que fazer o trabalho. O Município e a Cim Douro faze-lo, lançou, deu o ponta pé de saída, cabe aos empresários do sector aproveitarem para tornarem os vinhos cada vez mais conhecidos, não a nível nacional, mas também na internacionalização dos seus vinhos. Deu os parabéns, por todos estes eventos que valorizaram Lamego, e Lamego está de parabéns, todos eles, obviamente.-----

Tomou a palavra o membro **Romeu Sequeira**, para começar, apenas uma pequena resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Britiande, pois se o considera seu amigo devia conhecê-lo melhor. Aliás, conhece muito bem o Estádio dos Remédios, já lá participou enquanto atleta, já foi presidente de uma coletividade desportiva da região, com protocolos, inclusivamente, para a organização de torneios no Estádio dos Remédios. Reforçou que o devia conhecer melhor e não vir com esse desconhecimento, até porque diz ser seu amigo. Disse que deixa este alerta. Disse que o Presidente da Junta de Freguesia de Britiande tem que estar mais atento, porque aquilo que o trouxe a última vez, por causa do estádio, foi uma situação

presente, ou seja, tem a ver com a utilidade, quer da equipa dos juniores e quer da equipa sénior. Foi isso que levou a esta situação que se teve no estádio e nós temos que trazer o relvado, todos os temas para a agenda do dia. O Relvado do Estádio dos Remédios é um problema deste ano e tem que ser discutido este ano.-----

Respondendo ao Presidente da Câmara, em relação às duas portas da frente do Município, disse que não estava desatento, nem quis usar nenhuma metáfora, estava mesmo a ser preciso relativamente a essas duas portas. Porque foi o Município que nos primeiros dias de mandato anunciou nas redes sociais, “temos as duas portas abertas”. É, exatamente a isso que se estava a referir. -----

Por outro lado, afirmou que o Presidente da Câmara diz, que é, suficientemente inteligente, para o perceber, que relativamente ao serviço de apoio, neste caso ao empresário e ao empreendedor, não lhe respondeu nada. Por isso agradece uma resposta, como é óbvio, não vai ser o Presidente da Câmara a receber os empresários, a tratar das candidaturas, a efetuar as candidaturas, a fazer o enquadramento. Pois é gestor de profissão, uma coisa é a vertente política, recebê-los, perceber aquilo que são as suas necessidades, o seu enquadramento no Município, outra coisa é a questão técnica. Pergunta se o Presidente da Câmara também quer ser agora técnico? É possível legalmente? Tem dúvidas. Por isso é importante, realmente, ativar esse serviço. Deixa aqui mais um apelo e acha que todos deviam fazer esse apelo também, independentemente da posição política. Não basta dizer que se quer sustentabilidade territorial, que se quer trazer os empresários.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dar resposta à questão colocada pelo membro Carlos Loureiro, de haver um programa específico, nomeadamente envolvendo o Teatro Ribeiro Conceição, para os turistas que nos visitam, e os turistas fluviais, deve dizer que, já o fizeram, fizeram-no há muitos anos, em que se faziam mini cruzeiros, especificamente para os turistas da Douro Azul, e uma visita ao mercado municipal. Deixou-se de fazer, porque de facto, era um programa que não tinha procura. Isto é, os turistas que vêm ao Douro, querem paisagem, querem património, querem convivialidade, querem um copo de vinho ou espumante na esplanada, e não querem ser metidos num Teatro fechado e ficar a ouvir um mini concerto, porque isso, a generalidade deles também têm dos sítios onde provêm. E portanto visitar o Teatro Ribeiro Conceição apenas para ficarem encantados, ficam sempre, por ver que há um Teatro com esta beleza, e em pleno funcionamento na nossa região, já é suficiente para os turistas. -----

Em relação à questão das duas portas, disse-se abrir as portas de par em par, de facto, o membro Romeu Sequeira não percebeu a metáfora, insiste em abrir as portas, quando as portas não precisam de ser abertas, basta abrir uma porta e receber as pessoas, acolhe-lhas, atende-las e dar seguimento àquilo que são os problemas e as suas preocupações. Este executivo em funções falo todos os dias, o anterior executivo não o fez, e foi isso que ele quis salientar e foi essa diferença que quis, de facto,

assinalar. As portas não precisam de estar fisicamente abertas, para que a Câmara esteja aberta aos lamecenses. -----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para deixar duas notas: relativamente à proposta que foi aqui lançada, a criação de um grupo de trabalho, nos termos do regimento, enquanto Presidente da Assembleia tomará a iniciativa na próxima, porque lhe parece que é uma questão que merece um amplo consenso da Assembleia, de apresentar uma proposta dos termos do regimento, nomeadamente, nos termos dos artigos 24 e seguintes, de criação de uma comissão municipal para a Saúde, que sirva, precisamente, o desígnio de funcionar com este grupo de trabalho de reflexão para a área da saúde. Nos termos do Regimento que temos, pode-se criar este tipo de subunidade, diga-se assim, dentro da desta Assembleia, e portanto na Assembleia Municipal de abril trará aqui uma proposta de composição, que terá que ser, naturalmente aprovada pela Assembleia Municipal. -----

Por ultimo, ainda dentro do período antes da ordem do dia, não se pode deixar de assinalar aqui, até pelo percurso autárquico, que estas duas pessoas tiveram no Município de Lamego, a perda e o desaparecimento físico de duas pessoas que foram muito significativas para o Município de Lamego. Está a falar do Major Lino, está a falar do Capitão Pimenta, portanto, para ambos , pelo percurso autárquico que tiveram, mas, sobretudo pelas personalidades que foram para o nosso Município, propõe, que se faça um minuto de silêncio em sua homenagem, como voto de pesar.

2.1. **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 19 DE DEZEMBRO DE 2023-----

Presente para aprovação a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 19 de dezembro de 2023, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido distribuído previamente a todos os deputados. Feita a contagem verificou-se que estiveram presentes trinta e oito membros, existindo, seis não votos de membros que não estiveram presentes naquela sessão.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer o aqui tem vindo a dizer nas últimas assembleias, é importante que as intervenções de cada um, sejam, as alterações que sejam, devidamente, assinaladas ao secretariado.-----

Informou que para esta votação em, concreto, tem-se cinco não votos, os membros Paulo Barradas, Alita Carvalho, Constantino Vaz, Vítor Nuno Santos e o Presidente da Junta de Freguesia de Avões. Por não terem estado presente naquela Assembleia e tem-se duas substituições que como se repetem, nesta Assembleia, naturalmente poderão votar: Samuel Martins e Domingos Nascimento.-----

Deliberação: Aprovada por trinta e três votos a favor e seis não votos, por não participaram naquela sessão.-----

Interveio o membro **Pedro Torres** para dizer que em relação à questão das atas, queria apenas pedir e redobrar, bem sabe que é um trabalho árduo e difícil, são muitas horas e sabe que é um trabalho hercúleo mas às vezes queriam algumas dificuldades

na questão de fazer os respetivos acertos. Mas também aproveitando, está-se a falar de atas, dizer o seguinte: É muito importante para os membros da Assembleia, no trabalho que depois se desenvolve aqui, e está-se quase em março, era muito importante que as atas da Câmara Municipal, estivessem devidamente disponibilizadas e em tempo. Ele próprio reparou que as últimas atas que estavam disponíveis, eram do fim do mês de dezembro, e portanto, passados, praticamente dois meses, não lhe parece muito, sinceramente, que seja o timing ideal, porque nós estamos aqui a discutir, a discutir inclusivé questões que têm a ver com este espaço temporal, e é muito importante a todos a disponibilização dessas mesmas atas. -----

2.2. **ASSUNTO:** INFORMAÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NOS DIVERSOS ÓRGÃOS-----

Interveio o membro **Romeu Sequeira** para apresentar uma síntese da última reunião da CIM Douro. Para dizer que na última sessão presidida pelo membro Alita Carvalho, que se deveu à ausência do Presidente em funções da última Assembleia Intermunicipal, e muito bem.-----

Diga-se que o principal assunto de que foi mote nessa Assembleia foi a aprovação do orçamento da CIM para o ano 2023. Pode dizer que em síntese, os objetivos fundamentais deste orçamento, têm, necessariamente a ver com a estratégia definida pela CIM Douro, da qual fazem parte todos os nossos autarcas da região, os dezanove municípios. É postar também na competitividade, inovação e conhecimento, enquanto factores potenciadores do desenvolvimento da nossa região, apostar também na valorização e qualificação ambiental e territorial, é apostar nas pessoas do território, sustentabilidade, algo que já se falou nesta Assembleia, algumas vezes, onde, inclusivamente a saúde, também tem aqui uma palavra dizer e que é importantíssima.-----

E depois, também, colaborar com os municípios, para desenvolver acções e medidas de apoio aos sectores fundamentais no combate à desertificação. Disse que na sequência da publicação da Lei-quadro de Transferências de Competências, para as autarquias locais, mas também para as entidades Intermunicipais, algo sobre o qual já se fez algum debate nesta Assembleia, a nossa CIM tem vindo a assumir as novas competências, designadamente na área da educação e da acção social, na proteção civil, criando aqui, digamos, novos desafios, no que diz respeito à gestão intermunicipal. Este ano de 2023, será, realmente, desafiante, e será marcado pela execução física e financeira de muitos projetos, está-se a falar de candidaturas já aprovadas em anos anteriores. A título de exemplo, o acompanhamento dos planos de combate ao insucesso escolar, o projeto de combate à vespa velutina, a sinalização turística em estradas nacionais e estradas municipais, que tão importantes se tornam para aquilo que é a potenciação do nosso turismo, entre outros. Ou seja, será também marcante, no que toca à mobilidade intermunicipal, com o lançamento e novo concurso público para a concessão do serviço público de transporte de passageiros,

pelas autoridades de transportes do Douro, tendo em conta o concurso que já foi lançado em 2022, mas que ficou deserto. Para além disso, conforme já foi dito aqui, não só hoje, mas, em outras sessões da Assembleia, têm aqui um foco extremamente importante, que o facto de se ter o Douro como Cidade Europeia do Vinho, e que por isso, irão existir um leque de ações e atividades por todo o nosso território, e sempre com um grande objetivo, não é só para os locais, não é só para as nossas comunidades, acha que nós, de facto, teve oportunidade de o dizer na última Assembleia Intermunicipal, tem que se aproveitar este momento para capitalizar aquilo que possa ser a promoção externa, trazer mais turismo. Esse deve ser, realmente, o mote das atividades diversificadas que vão ocorrer por todo o território. -----

Depois, afirmou que o membro Ana Branca Carvalho fez também, uma exposição, vai fazer uma pequena síntese, ou seja, uma informação, com a entrega de um documento, relativo à cooperação nacional, inter-regional, também transfronteiriça, que tão importante se torna, devido à nossa localização estratégica, isto no que concerne da alteração da Associação Ibérica de Municípios Ribeirinhos do Douro, em tornar-se uma AECT, ou seja, uma Associação Europeia de Cooperação Territorial, da importância da mesma, e da necessidade destes 19 municípios que falou há pouco, ratificarem a sua permanência de âmbito associativo. -----

Também teve oportunidade, depois, de dar uma certa continuidade a esta intervenção importante do membro Ana Branca Carvalho, sinceramente, acha que se deve aproveitar aquilo que são os projetos de cooperação transfronteiriça, Espanha e Portugal, mais concretamente no que diz respeito ao *POCTEP* e que está ligado ao Interreg Espanha Portugal, que já tem ação no terreno. Pensa que a nossa proximidade com Castela e Leão é, de facto, fundamental, para fomentar ainda mais a estratégia. Todos sabem que o turismo oriundo de Espanha é muito importante, ainda está a dar os primeiros passos, nota, claramente, que ainda está a dar os primeiros passos. Tem-se inclusivamente, uma via não só para Castela e Leão, mas também para a Galiza, facilmente aquilo que hoje existe na cidade internacional, Chaves – Verin, os espanhóis conseguem-se colocar na cidade de Lamego, de uma forma muito fácil. Por isso é importante, também o nosso território, catapultar isso, não só no âmbito supramunicipal, mas também municipal. Ou seja, aproveitar para pensar o território com outro tipo de alavancagem, isto está diretamente ligado às pessoas. Se se quer, realmente, enfim, potenciar aquilo que são as grandes qualidades dos nossos produtos endógenos, naquilo que é gastronomia e o enoturismo, que tão importante hoje se torna, como o vinho e a fruta. Tem que se ter condições para conseguir assegurar esta sustentabilidade destes territórios, que tão importantes se tornam. Por isso, existem alguns players que já mostraram algum interesse em conseguir, enfim, implementar no nosso território, e que se tem que alicerçar, diga-se, a sustentabilidade, e sempre, não se pode deixar de olhar para isso, aproveitar aquilo que são as candidaturas, que possam trazer mais-valias para os nossos empresários,

para as nossas organizações. Porque só através destas candidaturas, através destes fundos, será possível, realmente, colocar-se a agricultura, o turismo, a sustentabilidade ambiental, inclusivamente, noutra patamar, e é isso que nós temos que apostar. Por isso é aquilo que se chama, muitas das vezes, de economia circular, e é neste preciso momento que nós temos que, realmente, catapultar para a cooperação transfronteiriça com Espanha e é isso que nos deve mover. -----

Interveio o Presidente da **Junta de Freguesia de Britiande** para se referir ao Conselho Municipal de Proteção Civil. Afirmou que, como todos sabem, representa a Comissão do Conselho Municipal da Proteção Civil das freguesias do Concelho de Lamego. Disse que em várias reuniões que são realizadas nesta mesma comissão, é debatido vários problemas, como as temperaturas elevadas, como as tempestades. Onde desde já quer aqui dar os parabéns à proteção civil municipal, pelo trabalho excelente que têm vindo a realizar, ao receber todas as freguesias do Concelho, um especialmente cumprimento ao Eng.º Pedro Fragueiro, Coordenador da Proteção Civil, pelo trabalho e pela dedicação, que tem vindo a ter, nessa mesma comissão. -----

Faz um balanço bastante positivo, pensa também que todos os colegas, Presidentes de Juntas do Concelho, também o devem ter.-----

Na última reunião que se realizou em dezembro passado, foi aprovado a primeira unidade local de proteção civil do Concelho. Esta unidade local de proteção civil, numa das freguesias, essa freguesia é Britiande. A partir deste momento, a freguesia de Britiande tem uma unidade local de proteção civil. Essa unidade local em Britiande, surge para dar uma resposta mais rápida à população, serviços, comércio, indústria que a vila se empresta. Estar mais próximos da população, apoiar a população em vários níveis, desde acções de sensibilização, acções de formação. Também colaborar com os serviços municipal de proteção civil, Câmara Municipal, instituições que ali fazem parte dessa mesma comissão, como a GNR, Bombeiros, Aces Douro Sul, CTOE, PSP , entre outras. -----

Disse os levou a querer-se debruçar por uma comissão de unidade local de proteção civil, foi a proximidade que as freguesias hoje querem das autoridades máximas de cada uma. E entenderam e ele como Presidente da Junta de Freguesia, entendeu que deveria ter essa proximidade às nossas populações. Como por exemplo, acções de sensibilização, sensibilizar toda a nossa população, os idosos, por exemplo, sensibiliza-los como se devem proteger do calor, proteger do frio, estar-se mais perto desses idosos que tanto precisam. -----

Também colaborar no sentido de estar-se presente, na primeira hora, logo para colaborar com os bombeiros, com a PSP, com todas as autoridades que constituem a proteção civil municipal, no sentido de sensibilizar todas as pessoas que, realmente, hoje uma unidade local de proteção civil tem uma influência muito forte nas freguesias, no qual todos os Presidentes de Juntas já têm um pouco dessas mesmas valências, mas uma unidade local de proteção civil é mais para lá um pouco dessas mesmas

competências. E foi nesse sentido que se propuseram criar essa unidade local de proteção civil, para o melhor desenvolvimento de ações na freguesia de Britiande.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dar nota à Assembleia, que lhe foi enviado um pedido de renúncia pelo membro Paulo Barradas, enquanto representante na Assembleia Associação Douro Alliance, e que passar a ler e se transcreve na íntegra: “ *Aurélio Paulo da Costa Henriques Barradas, Membro da Assembleia Municipal de Lamego, à qual. Exa superiormente presidente, vem por este meio, entregando Pedido de Renúncia de Representação na Assembleia da Associação Douro Alliance, devolver nas mãos do Presidente da Assembleia Municipal de Lamego, a representatividade que fora confiada por esta Assembleia Municipal, em eleição ocorrida na sessão de 30 de novembro de 2021.*-----

Prende-se a decisão com o facto de, até à presente data, volvido mais de um ano, não ter sido contactado para o respetivo ato de posse, nem ter tido qualquer comunicação por parte dos serviços da Douro Alliance que justifique esta situação.-----

Entende que, uma vez que a função não existe, a incumbência e a responsabilidade da representatividade incumbidas encontram-se irremediavelmente prejudicadas. Neste sentido solicito a V. Exa. a aceitação do presente Pedido de Renúncia de representação na Assembleia da Associação Douro Alliance”: -----

O **Presidente da Assembleia** deu duas notas, em primeiro lugar, aquando da eleição, os resultados vários representantes, nos vários órgãos foram prontamente comunicados às devidas entidades pelos serviços da Assembleia. Teve prontamente conhecimento das indicações que resultaram do sufrágio de trinta de novembro de 2021.-----

A segunda nota, naturalmente tratando-se de um pedido de renúncia, é uma abdicação de direito, não há aqui lugar à aceitação, é o próprio que sentindo, que quando prescinde do direito de assegurar essa representação, ai não tem que haver, propriamente, uma aceitação do Presidente da Assembleia Municipal, portanto aquilo que transmite à Assembleia, quando a Douro Alliance contactar a Assembleia e manifestar a sua intenção de reunir, vai-se dar nota desta renúncia e vai-se notificar a Douro Alliance no sentido de, quando pretenderem reunir, digam, para que esta Assembleia indique um novo representante e tarar-se Assembleia Municipal a eleição de um novo representante.-----

Tomou a palavra o membro **Paulo Barradas**, para fazer uma breve intervenção sobre esta sua decisão, porque bastaria ter ouvido outros senhores deputados, que vieram trazer, mostrar, dar conta dos seus trabalhos nessas outras assembleias onde representam esta Assembleia de Lamego, para se perceber o enorme desconforto daqueles que foram indicados para Assembleia desta Associação Douro Alliance, enfim, nunca terem nada vir aqui dizer, e esse desconforto, a si, pessoalmente, e esta é uma decisão unipessoal, causa-lhe realmente, uma certa sensação de inexistência. Não pode dizer que faltou paciência ao representante Paulo Barradas para tomar esta

decisão. E no sentido, inclusivamente, de poder ajuizar se a decisão era boa, será precipitada, ele próprio procurou na Internet o site da Douro Alliance e realmente pode constatar que esta associação, aliás o site é muito bom, é um site de projeto. Mas também onde, por exemplo, estão em falta os órgãos da associação, não se sabe o que é uma direção, se há uma assembleia, não se sabe nada. Só se sabe que é um site de projeto, onde se diz, nomeadamente que a Douro Alliance é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, criada no âmbito da candidatura do programa política de cidades Pólis 21, que enquanto estrutura de cooperação tem o objetivo de criar uma plataforma comum ideal e a partilha entre os diversos agentes de desenvolvimento relevantes, para o crescimento urbano dos Municípios de Vila Real, Peso da Régua e Lamego. Esta rede de cidades pode e deve ser próximas duas décadas, um espaço, onde existe o cuidado de tratar uns eixos, nomeadamente a identidade e sustentabilidade, atracção e competitividade, a criatividade e a inovação. Dizia-se na altura, que esta iniciativa, nomeadamente o Dr. Luís Ramos, que foi um dos cinco projetos apoiados pela Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, e tem como principal objetivo fixar empresas e pessoas, porque este é o grande problema que continua a dificultar o desenvolvimento destas regiões. Onde é que já ouviu isto? Ouviu hoje ainda mesmo. Depois tem algumas áreas temáticas, população, agricultura, comércio e industrial, serviços de apoio, educação coesão social, mobilidade, natureza, cultura e lazer. De todas estas temáticas, enfim, talvez, por alguma inclinação mais evidente, ele procurou a questão cultural. Por exemplo tem-se em Vila Real dois museus, nessa página existe seis museus sinalizados em Vila Real, um na Régua e dois em Lamego, curiosamente o Cim não existe nesta indicação. Bibliotecas existem quatro em Vila Real, uma na Régua, em Lamego temos também uma, que é no edifício Pinheiro de Aragão.-----

Em termos de auditórios, Lamego tem um auditório que é o edifício de Pinheiro de Aragão, e também tem uma sala de exposições também no edifício Pinheiro de Aragão. É claro que se percebe e o que se percebe, é que realmente da biblioteca municipal de Lamego foi um presente, sempre, consecutivamente adiado, não julga aqui as razões nem os motivos. Obviamente que terá havido muitos motivos, muitas boas razões para este adiamento consecutivo, mas, não é isso que quer discutir, o que quer discutir, é como esta informação, completamente, anacrónica, não é verdadeira. -----

Repara-se, por exemplo, que os eventos que estão na página da Douro Alliance, os mais recentes, são os de 2013, Plasticine, O festival Rock Nordeste, Tradições e Inovações, todos de 2013, O Salão Luso galaico também é de 2013. O Sarau Luso Galaico também é de 2013, outros são de 2017. Disse que o último documento que encontrou, o documento mais recente, é de 19 de dezembro de 2019, que acaba por ser, diga-se o final de concurso de ideias criado pela empresa, onde os doze projetos finalistas foram apresentados na cidade da Régua. -----

É claro que hoje percebe, diga-se, que há aqui talvez, uma sobreposição deste esforço desta associação Douro Alliance, de três municípios, com a Cim Douro, eventualmente há. Ou seja, aquilo que eventualmente, era o projeto integrado de uma grande cidade, com três polos urbanos: Lamego, Vila Real e Régua. Hoje, se calhar, coma criação da Cim Douro, essa ideia um pouco exclusiva de um eixo vertical, ficou prejudicada. Pensa ele que terá sido isso, mas então se foi isso há que alinhar de novo as coisas, não faz sentido ter-se uma associação, que parece um pouco uma associação fantasma e é por causa disso que ele não quer ser um representante fantasma. É só isso, a função não existe, se a função não existe, o que é que ele representa nessa função. Não representa nada. Disse que nunca se disponibilizaria para esta representação se soubesse que esse era o quadro dessa associação. Pois a partir do momento que tem conhecimento que o quadro da associação a este, é um quadro de inexistência, pelo menos quando se pode notar politicamente, não faz sentido, ele estar mandatado para uma função que não existe. -----

Por isso. disse aos membros da Assembleia que espera que entendam bem a sua decisão, porque crê que a inexistência é a negação de se querer fazer qualquer coisa com responsabilidade. -----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que, sem prejuízo de se fazer essa reflexão numa Assembleia posterior, ainda assim parece-lhe que é um tema, que seria relevante ouvir o Presidente da Câmara sobre a utilidade ou não da nossa integração nesta associação Douro Alliance. -----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, para dizer que o retrato que o membro Paulo Barradas aqui faz, é um retrato rigoroso da situação atual da Douro Alliance.----

Disse que a Douro Alliance foi criada no âmbito das políticas urbanas que vigoraram no QREN, teve um pacote financeiro na ordem dos doze milhões de euros, que foi distribuído em investimentos nos três municípios: Vila Real, Régua e Lamego em programas comuns, projetos que tivessem a iniciativa turística, cultural de apoio às actividades económicas. Teve parcerias na sociedade civil, nomeadamente a as associações de empresários e de empresas que existiam à data e que infelizmente, hoje, no Concelho de Lamego, também não estão activas. E com o advento do Portugal 2020 deixou de haver financiamento para essas políticas urbanas, e os três municípios decidiram manter a associação em stand by, ou seja, ela continua a existir formalmente, mas sem atividades, na expectativa de poder abrir a possibilidade de utilização deste instrumento, como reforço desse eixo de coesão territorial, que podia também agregar Santa Marta de Penaguião, eventualmente, como outros municípios, como Mesão Frio e Armamar, que sendo laterais ao eixo da A24, são importantes nesta malha urbana mais densa e com relações mais quotidianas.-----

Ainda se aguarda que o Portugal 2030 seja essa oportunidade. Até lá, efetivamente, o que é que faz a Douro Alliance? Representa os três municípios no Eixo Atlântico e mantém algumas atividades que não envolvem esforço financeiro, diga-se assim, mas

de facto, não são significativas nem visíveis. É muito pena, se calhar não se lembram, no início do projeto, as coisas que se fizeram em termos turísticos, foi o Mapa Virtual, com a realidade aumentada. Em que, quem estivesse na Rotunda do Soldado Desconhecido, alguém lhe pediu para dizer a Rotunda do Chico do Pinto, mas quem estivesse no Chico do Pinto e passasse o telemóvel em torno da cidade, iam-lhe aparecer identificados todos os monumentos, da cidade, pois poderia visitá-los fisicamente ou virtualmente, entrando em cada um deles. Foi-se, por ventura, muito inovadores nessa altura, e depois esse esforço esmoreceu à medida que o dinheiro foi falhando. Em todo o caso, disse que este é um projeto do eixo de cidades Vila Real, Régua, Lamego, que tem mais de três décadas, seguramente, do tempo do Professor Valente de Oliveira. E é uma ideia que os municípios não querem deixar cair, não obstante de todos saberem, disse-o várias vezes nesta Assembleia, que o facto de robustecer esta estrutura, onde estão as maiores cidades, onde estão as únicas instituições do ensino superior que a região tem, onde estão um conjunto de empresas de parceiros importantes. Não pode também prejudicar aquilo que se quer que seja, um desenvolvimento longitudinal, de toda a região do Douro, até à fronteira espanhola, onde estão os nossos parceiros de Torre de Moncorvo e de Freixo de Espada à Cinta. Uma coisa não pode prejudicar a outra e não prejudica, seguramente, agora, há que ter condições para, financeiramente, apoiar os projetos de uma e outra entidade. ----- A Cim Douro tem, efetivamente, porque tem uma contratualização direta com a CCDR, mais facilidade em obter esse financiamento do que a Douro Alliance, aguarda por essa oportunidade no próximo quadro comunitário. -----

2.3. **ASSUNTO;** APRESENTAÇÃO DA VERSÃO PRELIMINAR DO SITE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que, como os membros da Assembleia sabem, foi uma pretensão da Mesa, partilhada com a Assembleia, de criar um site autónomo da Assembleia Municipal, que pudesse servir, como, sobretudo um repositório da informação daquilo que se passa nas reuniões, com as atas, com as deliberações, com as moções. Mas também, que servisse de arquivo digital, com a própria gravação das sessões e para a informação e outras informações que a Assembleia entenda que deva comunicar. -----

Nessa medida, tem-se uma versão preliminar do site, que cria aqui muito sucintamente apresentar, ele ainda está em acesso fechado, a ideia é depois partilhar o acesso com os representantes dos grupos municipais, recolher durante as duas, três semanas alguns contributos e depois lançar-se o site. -----

O site também tem associado uma intranete específica, que permite a cada membro da Assembleia ter o seu e-mail institucional, que até agora nós não tínhamos e-mail institucional, enquanto deputados municipais. E o acesso à documentação da Assembleia Municipal de abril, já vai estar na intranete da Assembleia Municipal e não na do Executivo, como estava até agora.-----

Queria deixar esta nota, informou que vão ser distribuídas as respetivas senhas de acesso, com o e-mail de cada um, com login, para que todos possam ter acesso ao e-mail institucional, para que possam ter acesso à informação para a Assembleia de abri. E neste momento, vai apresentar, muito rapidamente só a estrutura do site, sendo que há ainda umas coisas a corrigir, há umas fotografias importantes que têm que ser aumentadas, outras menos importantes, têm que ser diminuídas, há outras pequenas correcções que se está a sinalizar, a ideia é de se melhorar até ao seu lançamento público.-----

Explicou que o site terá fotografias que terão que ser aumentadas, já sabem quais são, outras têm que ser mais diminuídas. Disse que este site tem de relevante, tem as atas, a composição, as competências, galeria das fotografias das sessões descentralizadas, e de outras iniciativas da Assembleia, as gravações e transmissões, que a ideia que não seja só facebook, a ideia a que se tenha um canal You Tube, todas as sessões ficam lá e possam ser partilhadas por quem entender, independentemente em redes sociais. -----

Depois terá um espaço de legislação, regimento e os representantes da Assembleia e os órgãos. E depois os documentos, os editais de convocatória e as deliberações, as moções e os votos que são aqui aprovados, os contactos. E depois na área reservada, cada membro poderá ter acesso ao Web mail e há documentação das sessões. -----

Há inda uma parte das notícias da Assembleia e a parte da gravação das transmissões que ainda estamos a trabalhar, colocar aqui todo o histórico das gravações, estamos a contar aqui com a ajuda, se sempre, do Nuno Vieira e do Emanuel Peixoto, que foi o técnico que desenvolveu o site, a quem desde já agradece, ele hoje não pode estar aqui presente, mas tem feito um trabalho muito significativo, para que se possa ter o site a trabalhar. O acesso será partilhado pelos representantes municipais, contributos duas ou das próximas três semanas, é ideia que no final do mês de março, tivéssemos o site lançado, e a partir de abril o acesso à documentação já será feito a partir deste site. O Secretariado distribuirá durante esta sessão as cartas com o e-mail institucional de cada um e a senha de acesso. -----

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

3.1.ASSUNTO: APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DA LEI N.º 7572013 E ARTIGOS 3.º, N.º 1, ALÍNEA C) E 17.º DO REGIMENTO E RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO EM 30 DE JUNHO DE 2022-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara**, para dizer que referirá apenas duas ou três situações, que tinha assinalado e que já foram de resto aqui referidas a maior parte delas. -----

O aniversário do Teatro Ribeiro Conceição e a outorga do Prémio de Mérito Cultural à Dra. Manuela Vaquero;-----

Referiu a aplicação Lamego Resolve, os transportes públicos e a redução tarifária, a Gala da Cidade Europeia do Vinho, o Entrudo de Lazarim.-----

As obras do Parque de Lazer da Ponte, o cantar das Janeiras no Cim, mas também em Carrazeda de Anciães, onde esteve o Rancho de Fafel em representação do Município de Lamego, numa iniciativa também já da Cidade Europeia do Vinho.-----

A ligação do abastecimento de água ao novo depósito de Bigorne, é um dos nossos lugares mais pequenos, mas é uma situação caricata que já se arrasta desde a Associação de Municípios do Douro Sul e a construção do aterro sanitário, portanto, era uma necessidade resolver o problema já muito velho.-----

Referiu ainda a tomada de posse do novo Comandante do CTOE, um ilustre lamecense, Coronel Jorge Rodrigues, a quem se deseja as maiores felicidades no exercício das suas funções, e naturalmente, a continuidade da proximidade e a excelente relação do CTOE, com a cidade, com o Concelho e os municípios da região. Referiu também a apresentação do Plano Municipal para a igualdade e não discriminação, dando seguimento a uma obrigação legal, mas, sobretudo a uma obrigação ética moral e social de atenuar as questões de desigualdade e discriminação no funcionamento dos órgãos municipais e do nosso Concelho em geral.-----

Usou da palavra o membro **Paulo Barradas** para dizer ao Presidente da Câmara que se esqueceu de referir as jornadas de água. Pensa que é um assunto que deve preocupar a todos. Afirmou que foi com particular satisfação que viu na sua escola essa iniciativa da Câmara Municipal, que ele tinha reclamado em tempos, à qual, pessoalmente, pauta de maior importância. Nos aílaites que o Presidente da Câmara fez aqui sobre a sua comunicação escrita, pronto, enfim, vem aqui ele fazer esta intervenção, porque acha que foi, realmente, uma intervenção meritória. -----

Também quer felicitar o Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim, pelo enorme sucesso da edição do entrudo deste ano. Percebeu e acompanhou as novidades e também o fruto dessas novidades. Tem para ele como certo, que o Entrudo de Lazarim, nomeadamente as suas máscaras, são o património material mais valioso que Lamego tem, talvez a parte com a romaria da Nossa Senhora dos Remédios, da qual a manifestação mais importante e é Procissão do Triunfo. Mas hoje quer-se centrar aqui nas máscaras de Lazarim, pois elas têm todo o potencial de emblemar essa riqueza material do Concelho de Lamego. Pensa que aquilo que se fez este ano, é mais um motivo, diga-se, de motivação, para que o Entrudo de Lazarim seja cada ano mais e mais, porque está convencido, depois de ter acompanhado todo esse fenómeno de cultural popular durante quatro anos. E também, tem que se dizer aqui, reconhecer que o anterior executivo fez muito pela valorização e divulgação desse património, nomeadamente com as candidaturas que apresentou, e mesmo a inventariação que hoje está prestes a ser feita no PCI Nacional, também se deve à iniciativa do anterior executivo. Portanto, dizer que, confessou à pouco ao Presidente

da Câmara, pensou que as máscaras de Lazarim tinham terminado, afinal não, as máscaras de Lazarim são qualquer coisa se entranha, na maneira das pessoas de Lazarim vivem essa tradição, que, muitas vezes de fora, apenas entendemos os contornos mais ligeiros, mas ele testemunhou o desafio a maneira como a comunidade lazarinense mete toda a sua alma no seu entrudo. Deu os parabéns ao Presidente da Junta de Freguesia de Lazarim, espera que em anos vindouros, o Entrudo de Lazarim ainda seja maior e mais importante. -----

Interveio o membro **Romeu Sequeira** para falar sobre o Heliporto e sobre a hemodiálise, que pensa que poderiam fazer parte da comunicação do Presidente da Câmara, mas claro, fica à decisão do Presidente da Assembleia Municipal de Lamego, podendo ou não intervir neste aspeto.-----

Relativamente ao Heliporto, apenas algo muito simples, já muito se debateu aqui, e todos muito bem. Mas há aqui uma questão muito importante, que tem a ver até com uma reunião que foi proporcionada com os deputados do partido Socialista, pelo círculo de Viseu, que teve oportunidade de acompanhar, com a Administração do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro. Informou que, o que resultou dessa reunião, foi que o processo estaria a seguir os trâmites legais e normais. Ou seja, tudo aquilo que o Presidente da Câmara disse no seu preâmbulo informativo, corresponde aquilo que é a verdade. Agora, há uma questão que é importante ficar bem vincada, que é o facto de os trâmites estarem a ter o fio de seguimento que estava previsto. Ou seja, neste momento, e foi necessário, é bom que se perceba isto, recorrer ao arquitecto que concebeu aquela obra, para se conseguir corresponder àquilo que eram as exigências da ANAC. Disse que, com isto, de facto, se perdeu muito tempo. Isto é um problema burocrático, infelizmente acontece, é uma pena, o Heliporto já poderia estar em funcionamento há muito tempo, mas é bom que se perceba isto. Ou seja, o que acontece neste momento, é que no início de fevereiro começaram as tão esperadas obras, de acordo com o que está no relatório da ANAC, esperamos todos, vamos acompanhar todos, independentemente das nossas posições e ideologias políticas, não é isso que interessa, o que interessa é por aquilo a trabalhar, adequadamente. Espera que o mais depressa possível esteja a funcionar. -----

No que concerne à hemodiálise, disse que há aqui um aspeto importante, que tem a ver com todo o enquadramento, daquilo que são as unidades privadas, e com aquilo que é a unidade pública. Disse que o partido Socialista também concorda com uma obra de investimento no nosso Município, ninguém tem dúvidas, independentemente da ideologia política, todos nós concordamos. Afirmou que em novembro de 2022 foi anunciado a criação do serviço de hemodiálise no Hospital de Lamego, que começará a funcionar em junho, sem pôr em causas as outras unidades privadas. Agora, as outras unidades não podem é limitar a sua abertura, esperando aquilo que é uma convenção que não lhes foi prometida. Quando nós começamos um projeto, temos que pensar o que é que ele vai nos dar. Por isso, aquilo que é bom, é que todos

possam abrir, conforme está previsto, mas também tendo no Hospital esse serviço tão precioso, que é para os nossos doentes. -----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que tinha, de facto, um ponto relativo à hemodiálise, que era a visita a uma das clínicas privadas de hemodiálise, DaVita, onde foi no dia 6 de fevereiro, aliás foi uma visita aberta à população, onde esteve muita gente, e esteve a Associação do Doentes Renais presente, e ouviram as enormes preocupações, com que se debatem os doentes hemodialisados, e as dificuldades que têm em fazer os seus tratamentos, sem perderem o tempo todo útil dos seus dias em deslocações.-----

E a abertura do Centro de Respostas Integrados de Lamego (CRI) é decidida no Centro Hospitalar, quando já se sabia que havia duas unidades de saúde privadas a instalar-se em Lamego. Uma delas que já tem as convenções, porque está aberta e a funcionar no Régua e apenas muda de instalações. E a outra porque se sabe, perfeitamente, que não há doentes privados de hemodiálise em Portugal. Todos os doentes de hemodiálise fazem tratamentos em instalações privadas ou públicas e o Estado paga o mesmo por esses tratamentos. Portanto, o CRI não vai fazer mais nada, se não com médicos que vão ser contratados especificamente para essas funções, concorrer com as unidades privadas que já estão prontas a abrir.-----

Mas sobre isso já se disse que abram as três e os doentes que possam escolher o sítio onde querem ser tratados. -----

Deliberação A Assembleia apreciou a informação escrita do senhor Presidente da Câmara e o relatório de acompanhamento em 30 de junho de 2022.-----

3.2 **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DO PROGRAMA “JOVEM AUTARCA” -----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Mesa da Assembleia, para que, em conformidade com o estabelecido no artigo 99.º do Código do Procedimento Administrativo, e efectuada uma ponderação dos custos e benefícios das medidas projectadas, verifica-se que os benefícios decorrentes da implementação do projeto “Jovem Autarca”, ainda que não sendo quantificáveis do ponto de vista estritamente financeiro, se afigurem consideravelmente superiores aos custos que lhe estão associados.-----

Face ao exposto, em conformidade com as disposições conjugadas dos artigos 112.º n.º 7 e 241.º da Constituição da República Portuguesa, do artigo 23.º n.º 2 alínea d) e do artigo 33.º n.º 1 alínea k) do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, na sua redacção actual, e em observância do disposto no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, elabora-se o projeto de Regulamento Municipal “Jovem Autarca” do Município de Lamego, o qual será posteriormente submetido a aprovação da Assembleia Municipal de Lamego, nos termos e ao abrigo do previsto no artigo 25.º n.º 1 alínea g) do Anexo I, à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, na sua redacção actual.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que, como os membros sabem, na Assembleia Municipal de dezembro de 2021, este tema tinha sido trazido, mas depois transitou para esta sessão, a seu pedido. Porque havia melhorias a introduzir no Regulamento, com base em contributos, que entretanto foram feitos, essas melhorias foram introduzidas, ainda assim o regulamento tem uma gralha, na edição que foi distribuída, no artigo 13.º n.º 2, o texto a considerar na proposta da Mesa, será o texto que está abaixo do n.º 2.-----

Uma explicação, novamente, muito sucinta, apesar daquilo que foi dito em dezembro sobre o projeto. -----

Assim disse que é um projeto que é uma ideia original e será uma ideia original a desenvolver na Assembleia Municipal de Lamego, em parceria com a empresa SCIENCE 4 you, provavelmente a maior referência nacional na construção de jogos didáticos. Visa ser desenvolvido nas escolas, nos agrupamentos do Município. Tem como destinatário as crianças e jovens até aos dezassete anos, poderão concorrer em equipas de três. A inscrição será através do site da Assembleia, caso o regulamento venha a ser aprovado. E tem, sobretudo, um duplo objetivo, em primeiro lugar contribuir para a formação cívica das nossas crianças e dos nossos jovens, inculcando-lhes alguns conhecimentos de poder local, democracia, constituição e de sistema político, etc. Mas também, depois, um segunda missão, um segundo objetivo de obrigá-los a refletir, sobre as políticas locais, o impacto dessas políticas locais. -----

Por isso terá um conjunto de desafios, em que os jovens serão, no fundo convidados, a pensar sobre que medidas a que tomariam no seu bairro, no âmbito do emprego, no âmbito da juventude. A ideia é que se faça isso através de um jogo de tabuleiro, que depois terá uma fase de apuramento nas escolas, uma fase final em local a determinar, mas à partida no Salão Nobre do Município, e com um prémio que passará por uma visita ao Parlamento Europeu para as equipas vencedoras, em cada um dos escalões, está-se a falar uma equipa por escalão e respetivo docente acompanhante.

Cada equipa tem que ter um professor, que acompanhe e é indicado no momento da inscrição. Esta visita, este ano, este primeiro ano tem-se o compromisso de uma eurodeputada que gostaria de se associar a este projeto, que é a eurodeputada Ilidia Pereira, sem prejuízo de aprovando aqui o regulamento, em anos subsequentes associar-nos a outros eurodeputados de outras cores partidárias que também queiram financiar esta visita. Portanto a visita não terá qualquer custo para o município. O custo do projeto são os cinco mil euros que estavam, devidamente, orçamentados, aquando da aprovação do orçamento e que se destinam única e exclusivamente, à aquisição dos quites, que tem um custo unitário de quatro ou cinco euros, de acordo com a documentação que foi distribuída pelos membros da Assembleia, e que se destina a ser distribuída pelas crianças. E os que sobraem ficarem como ofertas, que o Município tenha para crianças e jovens noutras atividades.-----

A partir daqui, a ideia, pelo menos há essa expectativa, do projeto ser lançado em Lamego e depois daí, se houver interesse escalar a nível nacional para outras autarquias.-----

Interveio o membro **Marta Luísa**, começando por cumprimentar todos os presentes na sala, um cumprimento especial ao Presidente da Junta de Freguesia de Penude, por ter recebido esta Assembleia na sua freguesia, cumprimenta todo o público que acompanham esta sessão através das redes sociais.-----

Afirmou que, em primeiro lugar e como Jovem Autarca, não poderia deixar de intervir neste ponto. Gostaria de congratular o Município, por ter colocado na ordem do dia a concretização deste programa e jogo jovem autarca.-----

Em seguida e na sequência desta matéria, não poderia deixar uma pequena nota, acrescentar que, depois de ouvir a Sara Rodrigues, quando esta se dirigiu aos jovens presentes nesta Assembleia, sentiu que como jovem e membro desta Assembleia, teria de referir que, compreende e agradece a sua preocupação, em trazido um tema tão pertinente, a esta Assembleia, como a constituição do Conselho Municipal da Juventude, uma preocupação também sua, que folga em saber que será implementada. -----

Em relação a esta matéria, gostaria de dizer que, como jovem, pilar fundamental de desenvolvimento e do futuro e com certeza, como quem saberá mais dos desafios que progressivamente nos são colocados e vão sendo mais complexos e diversificados, compreende a importância de enriquecer o relacionamento, entre os jovens e a autarquia. Podendo criar-se oportunidades de crescimento, aprendizagem e ajuda mútua. -----

Com a participação direta e integrada dos jovens, participação essa que lhe parece crucial, nas medidas a quem eles se referem, envolvendo os jovens na esfera pública. Permitindo-lhes despertar a nossa consciência política, e capacitar-lhes para a vida democrática. É importante que as políticas municipais da juventude, se revelem eficazes. Importa então operar as expectativas dos jovens, culminando em estratégias de intervenção mais adequadas e para atingir este objetivo. -----

Em jeito de conclusão, gostaria de reforçar um apelo à Dra. Catarina Ribeiro, vereadora do pelouro da juventude, ao restante executivo, e a todos os membros da Assembleia, que se possa trabalhar em conjunto, para apelar uma participação mais ativa dos jovens na política e na democracia, que possam haver mais programas virados neste âmbito. Pois nem sempre no passado foi demonstrada a importância dos jovens neste tipo de matérias, como a política. Tem gosto em saber que a mesma agora é uma preocupação e que se possa concretizar no presente e que seja para que haja melhorias no futuro. É urgente o conhecimento e valorização dos jovens. Que podendo afirmar que será, com certeza, uma mais-valia para nós todos.-----

Interveio o Presidente da Assembleia para fazer uma esclarecimento, dizendo que este projeto é uma iniciativa da Assembleia e que vem, no fundo, na linha que já vinha sido

seguida no passado, com as assembleias do futuro. Uma assembleia reconfigurado num modelo que nos parece, que poderá ser igualmente atractiva. -----

Usou da palavra o membro José Manuel Correia para dizer que não é tão jovem, mas não é por isso, que primeiro deixar de cumprimentar muito democraticamente a intervenção do membro Marta Luísa, parabéns pela sua intervenção, fica contente, congratula-se com estas intervenções de deputados mais jovens e preocuparem-se com estas questões. -----

Mas não sendo ele tão jovem, como o membro Marta Luísa, esta é uma questão pertinente para nós todos, e este regulamento e este projeto Jovem Autarca, é, claramente um instrumento de participação, neste caso vindo dos jovens, menos jovens nalguns casos. Por isso, compete-lhe e com todo o gosto e nome da Coligação “Somos Lamego”, de alguma forma, congratular-se com este projeto, com esta iniciativa desta Assembleia Municipal, pensa que é um projeto interessante, exatamente por traduzir num jogo, que é sempre um instrumento apelativo, traduzir num jogo, uma dinâmica de participação cidadã, de cultura geral, de estudo da política, da intervenção política, de decisão política, de propostas políticas, faz sentido, é um bom instrumento, é um bom caminho, para isso subscrevem este projeto Jovem Autarca, este regulamento, e que, certamente poderão contar com a coligação para que ele tenha o maior sucesso possível, por isso os parabéns ao Presidente da Assembleia Municipal, que teve esta iniciativa, mas no fundo, é uma iniciativa de toda a Assembleia e que a pode subscrever.-----

Interveio o membro **Viriato Lemos** para dizer que vai votar contra, porque não se observa qualquer interesse de utilidade neste programa, é a sua opinião.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam presentes na sala trinta e oito membros.-----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com trinta e oito votos a favor e um voto contra.

3.3. **ASSUNTO:** APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE LAMEGO – CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----

Presente à sessão da Assembleia Municipal para apreciação o Relatório de Actividades Anual do Ano de 2022 da Comissão Proteção de Crianças e Jovens de Lamego, nos termos da alínea j) do n.º 2 do artigo 18.º, da redação atual da Lei 147/99, de 1 de setembro. -----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dar, sobre este ponto, duas notas à Assembleia. Em primeiro lugar, no ano passado, foi um comentário generalizado à Assembleia que o relatório era difícil de sintetizar, de forma fidedigna, a informação que estava tratada naquelas grelhas do relatório do ano passado. E portanto, nesse sentido, logo nessa altura, já tinha decidido quando chegasse a esta nova Assembleia, que se iria pedir aqui um esclarecimento adicional, por parte da CPCJ, para nos ajudar a apreciar, de uma forma mais rigorosa o relatório. Nesta medida, o relatório deste ano

já inclui um resumo de três páginas, páginas 37 a 41, salvo o erro, a um resumo da atividade da CPCJ, crê que define em grandes número, aquilo que foi a sua atividade no último ano. E uma vez que se tem a oportunidade de ter connosco, por ser membro municipal, que não intervirá nessa qualidade, vamos ter connosco a senhora Presidente da CPCJ, convidaria se querendo, a fazer uma apresentação muito resumida do relatório, para que nós o possamos apreciar a seguir.-----

Interveio o membro **Milene Geada**, na qualidade de Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Lamego (CPCJ), começando por cumprimentar todos os presentes na sala. Agradece este convite, apesar de não ser um procedimento habitual, é relevante, dado que a própria sociedade, por vezes, não tem conhecimento da realidade do trabalho efectuado pela CPCJ. É um trabalho exigente de persistência, contudo reservado. Uma vez que se está a lidar com pessoas e principalmente com crianças, que merecem a reserva da sua vida privada mais que tudo. São processos, que por vezes, muito complexos, mas que merecem toda a nossa atenção e cuidado. Trata-se não só da vida das crianças, que se pretende proteger, mas modelar comportamentos desadequados, que por vezes, já perduram há gerações.-----

Dizer que a CPCJ é um local onde as pessoas são convocadas, diferente da acção social, onde as pessoas, muitas vezes, se dirigem de boa vontade, e por isso, por vezes, não é visto com os melhores olhos. Mas procuramos, sempre, fazer melhor, com consciência, na defesa do superior interesse da criança. -----

No Relatório, aprovado no ano de 2022, introduziu-se um resumo final, para que fosse perceptível a atividade da CPCJ para os órgãos a quem a Lei prevê remete-lo. -----

Uma vez que sendo extraídos de uma aplicação informática, é bastante técnico. Relativamente ao número de processos de 2021 transitaram vinte e seis processos. Em 2022 foram instaurados cinquenta e três, dois foram reabertos, quatro transferidos de outras CPCJ, totalizando mais cinquenta e nove processos. Sendo este número, um dos mais baixos dos últimos anos, espera-se que este indicador seja o reflexo de um trabalho de base efectuado na prevenção e intervenção precoce e não fruto de omissão, de situações de crianças e jovens em perigo.-----

A título de exemplo, dizer que situações sinalizadas precocemente, têm um índice de sucesso mais elevado, evitando danos maiores. -----

Verificou-se que as problemáticas mais assinaladas, foram em primeiro lugar aos nivelados comportamentos desviantes, seguido da negligência e da violência doméstica. -----

Informou que, no ano de 2022, a CPCJ foi auditada duas vezes, pelo Ministério Público, tendo sido reportado ter sido efectuado um trabalho profícuo e bem organizado. Seguindo todos os procedimentos legais, ao nível processual e temporal. Recebeu também a equipa regional de acompanhamento, onde após algumas orientações a CPCJ colmatou-as os aspetos que lhe competia resolver.-----

Ao nível das atividades desenvolvidas, ressaltam-se as do mês de abril, nomeadamente a caminhada, e o Laço Azul e as do mês de novembro, dando ênfase à actividade proposta pela CPCJ as famílias, com crianças no pré-escolar e 1.º ciclo, que teve bastante adesão. -----

Por fim dizer que a CPCJ reuniu com os Presidentes de Junta, com as escolas, e outras entidades de primeira linha, que marcou e têm contacto permanente, com crianças e jovens, tendo como intuito trabalhar a prevenção e detetação atempada de qualquer situação de perigo. -----

Afirmou que ainda há um longo caminho a percorrer, e por isso, toda a comunidade deve estar atenta e cooperação, pois afinal o futuro é das crianças e cabe a nós protegê-las.-----

Usou da palavra o membro **Ana Branca Carvalho** para começar por cumprimentar todos os presentes na sala, e público em geral.-----

Disse que não era para vir aqui usar da palavra neste assunto, mas neste momento, achou, por uma questão de razoabilidade, vir tecer alguns comentários que acha que são profícuos, tendo em conta aquilo que é a formação destes activos, principalmente, no que concerne às crianças e jovens em risco. -----

Disse que, por várias informações obtidas, de várias pessoas, sobre várias questões, que foram levadas a cabo pela intervenção da CPCJ, não só de Lamego, a quem reitera, os cumprimentos e parabeniza o sentido daquilo que tem sido o seu trabalho. De qualquer forma é preciso, cada vez mais, fazer formação de quadros, ou seja, das pessoas que trabalham nestas equipas. Não é admissível, de forma nenhuma, que se entre na privacidade da casa de algumas famílias, avocando pertencer a equipas desta natureza, e pedir para abrir frigoríficos, guarda-vestidos, tecer comentários à cerca da humidade das casas, tecer comentários relativamente áquilo que é o normal posicionamento de uma família. Não é admissível que se digas que uma casa não está aquecida, quando se sabe que as pessoas trabalham com ordenados mínimos, e muitas das vezes não têm condições, porque não tem forma de obter essas condições para viverem na razoabilidade. E se isto é um risco para uma criança, também é um risco para um agregado familiar jovem que precisa de apoio. É inadmissível que se abra um guarda-vestidos e se comente com uma mãe que tem que ensinar o filho a arrumar. Disse que ela própria tem de arrumar a sua casa. Será o normal comportamento, já que não possível que uma pessoa, com um ordenado mínimo tenha, uma empregada para o fazer. -----

Diz querer chamar a atenção para aquilo que é a formação especial e especializada destes ativos.-----

Se para a saúde, é importante ter-se gente altamente qualificada e que tenha talentos para exercer a sua profissão, exatamente como na justiça, exatamente como na educação, nesta área social ainda mais já que o melindre ainda é maior. Isto porque estão envolvidas necessidades, fragilidades, que muitas vezes o Ministério Público

não compreende e remete para a CPCJ, por causa da intervenção na acção social, que deverá estar em todas estas temáticas. Pediu por favor, para não violarem o direito de terceiros, só porque está em causa uma expressão que é um mero chavão, se não for bem utilizado, que é o supremo interesse da criança. -----

As crianças, neste momento, têm que ser apoiadas pelas famílias, e as famílias têm que ser respeitadas. -----

Por isso parabeniza a acção da CPCJ, mas pede a atenção da mesma, para as informações que lhe têm sido relatadas na primeira pessoa, por várias famílias. -----

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia** para dizer que vem aqui, essencialmente, porque tem um dever de compromissos em relação à sua intervenção do ano passado, mas a propósito disso, também para aproveitar a oportunidade da apresentação deste relatório, para relembrar a necessidade de que esta Assembleia, de que os decisores políticos, se consciencializem da importância que esta problemática tem, o papel que nós podemos ter, também na sua concretização. -----

Disse que, como é claro para todos, o trabalho que a CPCJ faz, é um trabalho difícil, todos conhecem, certamente, muitas situações problemáticas. Disse que a sua mulher é professora, ela conta-lhe histórias que o deixam a pensar muito, mas é um trabalho que tem que ser feito. Pensa que a alternativa de não haver CPCJ, eventualmente alguns podem pensar defender, é pior a ementa que o soneto. Portanto a CPCJ faz sentido. Certamente que as pessoas que integram a CPCJ fazem-no com a melhor competência que têm, certamente, que a formação é sempre um pilar muito importante na intervenção de qualquer profissional. -----

Disse discordar um bocadinho da intervenção do membro Ana Branca Carvalho, porque pensa que se põem situações pessoas, privadas, devem ser tratadas assim mesmo, caso a caso, eventualmente não generalizar, não fazer da árvore a floresta, pensa que a árvores trata-se no contexto da árvore e não do contexto da floresta. Mas que isso foi dito com intuito pedagógico e sentido de alerta. Mas caso a caso, certamente que, até porque caso a caso há contextos, há pessoas que são diferentes, deve ser aí que devem ser as coisas tratadas. Mas o que é facto, pela informação que se tem, que decorre do relatório, a CPCJ consegue dar resposta às necessidades de uma forma geral e responde bem. Há-de haver exceções como tudo na vida. Mas de uma forma geral, os resultados dizem isso.-----

Disse que esta é, claramente, uma oportunidade também de sensibilização da Assembleia Municipal, destes decisores políticos, para esta realidade das crianças, sujeitas a trato inaceitável, nesta sociedade moderna do século XXI. Problemas de segurança, de saúde, de educação e de desenvolvimento, muitas delas se cruzam com a família com a escola, nomeadamente. Não uma responsabilidade só da família, não é uma responsabilidade só da escola, é de nós todos. -----

Em relação ao relatório, este ano, pensa que ele está um bocadinho mais explícito e a parte final do relatório, onde tem um resumo, é uma boa ajuda para que o quiser ler, faz uma abordagem aos factos e aos números, que nos pode ser mais útil.-----
Acabando como começou, queria regressar, um bocadinho às condições de trabalho, de uma forma geral, sabe-se que também a CPCJ tem agora uma técnica superior a tempo inteiro, que é a sua Presidente. Mas sabe-se, o Presidente da Câmara já falou nisso, já se falou disso, sabe-se que de uma forma geral, falou-se nisso, na última Assembleia. Disse-o nessa Assembleia, de uma forma geral, ainda há colaboradores da nossa Câmara Municipal, que trabalham em condições com algumas fragilidades, sabe-se disso. -----

Mas porque se está a falar de crianças, em especial fragilidade, fazia um pedido para que se consiga um esforço, no sentido de se poder melhorar ainda um bocadinho mais as condições que estas crianças são recebidas, são acolhidas na CPCJ.-----
Porque, eventualmente, pode-se olhar naquele contexto mais humano. As condições gerais são as que são, não será fácil enquanto não houver outra solução mais estruturante. Mas se se conseguir melhorar um bocadinho aquele ambiente, em termos de humanização, para estas crianças, não se está a falar de adultos, não está a falar de idosos, está a falar de crianças de especial situação de fragilidade, se se conseguir melhorar um bocadinho, já valeu apenas representar este relatório.-----

Tomou a palavra a **Presidente da CPCJ** para responder e relativamente à formação, os técnicos fazem formação anualmente, de acordo com as directrizes da Comissão Nacional, não uma mas várias vezes, não se está a falar de leigos, mas de técnicos que sabem, efetivamente, o que estão a fazer.-----

Quanto às visitas domiciliárias, é suposto ver todas as condições de habitabilidade e salubridade que todas as famílias vivem, se achar que é necessário ver o frigorífico, vê-se o frigorífico, quer-se se saber se têm alimentos, querem saber se há limpeza, e naturalmente, os técnicos em cada visita farão o que acharem por bem, não estão a fazer nenhum mal, pelo contrário, verificam se as condições estão asseguradas para todas as famílias. -----

Usou da palavra o **Presidente da Assembleia** para dizer que não se pode entrar aqui numa discussão, quais são ou deixam de ser as competências da CPCJ. O que se pode e isso sim, é competência desta Assembleia apreciar o relatório de atividades da CPCJ que nos foi enviado, eventualmente, aproveitar a possibilidade de se ter aqui a Presidente da CPCJ para esclarecer algumas questões.-----

Portanto as questões das competências e dos limites das competências da CPCJ, que é uma questão relevante, não está na nossa esfera e acção diga-se assim. Nesta medida, apesar de registada a intervenção do membro Ana Branca Carvalho, como relevante, naturalmente acha que não ganhamos nem é nossa definição, neste momento, promover-se esse debate. Fica registada a posição, fica registada também

perante a Presidente da CPCJ, a posição do membro Ana Branca Carvalho. Está tomado o conhecimento da Assembleia, está a apreciação feita. -----

Deliberação A Assembleia apreciou o Relatório Anual do Ano de 2021 da Comissão Proteção de Crianças e Jovens de Lamego.-----

3.4 – **ASSUNTO:** COMUNICAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA SOCIAL-ALTERAÇÃO AO D.L.55/2020-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal do seguinte teor:-----

“Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social. Este diploma legal estabelece que cabe aos órgãos dos municípios a competência para a elaboração e divulgação das cartas sociais municipais, para a emissão de parecer sobre a criação de serviços e equipamentos sociais com apoios públicos, para a coordenação da execução dos programas dos contratos locais de desenvolvimento social, para o desenvolvimento de programas de promoção de conforto habitacional para pessoas idosas, para assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social, para a elaboração dos relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento e a atribuição de prestações pecuniárias de caráter eventual em situações de carência económica e de risco social, para a celebração e acompanhamento dos contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção, bem como para a implementação da componente de apoio à família para crianças que frequentam o ensino pré-escolar da rede pública. -----

O Decreto-Lei n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro alterou o Decreto-Lei nº 23/2022, de 14 de fevereiro, estabelecendo que o prazo para a transferência de competências para as autarquias locais pode ser prorrogado até 3 de abril de 2023, pelos municípios que entendam não reunir as condições necessárias para o exercício das competências, após prévia deliberação do órgão deliberativo. Face ao exposto, em virtude do Município de Lamego não reunir as condições necessárias para o exercício das competências”.-----

Assim propõe à Câmara Municipal que delibere prorrogar o prazo de transferência das competências no domínio da ação social até 3 de abril de 2023, devendo a deliberação ser submetida a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos legais----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que a transferência de competências na área da ação social deveria ter sido realizada até final do ano, porque muitos municípios entenderam bem como a Associação Nacional de Municípios, que não estavam reunidas as condições para o fazer, foi definido um adiamento, até ao dia 3 de abril próximo. Esse adiamento está já a decorrer, independentemente de necessitar da validação desta Assembleia Municipal, o que expressamente pede.-----

Disse que, mais o importante que o momento em que se vai assumir essas competências, interessa saber como se vai fazê-lo. E portanto, das duas equipas do RSI e do SAAS, dependem atualmente as Misericórdias de Lamego e Tarouca, e que fazem a cobertura das 18 freguesias do Concelho de Lamego, vai-se constituir uma equipa única, que irá trabalhar a partir do dia 3 de abril, mediante protocolo estabelecido entre o Município e as duas Santas casas de Misericórdias Lamego e Tarouca, e vai-se, em simultâneo lançar um concurso para abertura de vagas para o recrutamento de técnicos, que irão reforçar o serviço de ação social do Município, e a partir daí, passar a desenvolver, espera que até ao final do ano, estas competências, com recursos próprios do Município. -----

Vai-se integrar um conjunto de quadros que vêm das Misericórdias e subordina-los, naturalmente a uma coordenação do Município. o que será também objeto de criação de abertura de um concurso, mediante a vaga já criada no Mapa de Pessoal, que foi aprovado nesta Assembleia Municipal em dezembro. -----

Neste momento, apenas se pede à Assembleia que autorize o exercício deste direito de prorrogação de prazo até ao dia 3 de abril, dia a partir do qual os técnicos da Santa Casa de Misericórdia irão fazer equipa, com os da Câmara Municipal e manter as atividades muito importantes, de acompanhamento e verificação do RSI e do SAAP no Concelho de Lamego.-----

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para dizer que tem um conjunto de questões Para colocar o Presidente da Câmara, mas antes tem uma outra consideração, que gostaria de fazer.-----

De facto o Presidente da Câmara falou que isto foi concertado juntamente com os municípios, com a associação Nacional de Municípios, que o assumir e a assunção das questões sociais, não estava a ser feita por nenhum município. Não é verdade. Não está a ser feita por aqueles municípios que não se prepararam devidamente, como é o caso de Lamego, não se preparou devidamente. E portanto entrou dentro do conjunto de alguns municípios que, de facto, estão a pedir, esta prorrogação. -----

Há aqui outra coisa que também tem que o dizer, quando o prazo se extinguiu no fim do ano e o pedido de prorrogação aparece, quase três meses depois, para depois dar apenas espaço a um único mês, achaque devia haver aqui um pouco mais de rigor e até respeito por esta Assembleia municipal. Acha que era devido. Mas há aqui um coisa que também não foi dita. Assim aproveita e estas são as questões que dirige ao Presidente da Câmara, disse que gostaria de saber qual é o programa que está previsto para o apoio da área social do Município de Lamego, ouviu-se aqui, de facto, apenas um conjunto de indicações, como vai-se ter recrutamentos, vai-se ter as pessoas que estão afectas à Santa Casa de Misericórdia de Lamego e que estão a desenvolver já algum papel, vêm as pessoas da Santa Casa de Misericórdia, quer a de Lamego, quer as duas técnicas, se não está em erro de Tarouca. Mas quer saber um pouco mais porque se está apenas a um mês de assumir esta função, gostaria de

saber um pouco mais, qual é o papel e o programa, para além daquilo que é feito e que foram as responsabilidades do Governo, haverá, certamente, não tem dúvidas nenhuma. Neste momento já deve estar perfeitamente claro e definido, qual é a linha orientadora, do apoio social, por parte do Município de Lamego. Neste momento não existe nenhuma informação sobre isso. -----

Tomou a palavra o membro **Samuel Martins** para dizer que a CDU tem-se mostrado contra esta transferência de competências, já não é de agora, já vem de sessões passadas, considera que se empurra, sem preparação, para as autarquias as competências da área social, e por conseguinte, acha que o Município deve aproveitar estas e qualquer outra prorrogação do prazo.-----

Disse que serve esta intervenção como declaração de voto.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para responder ao membro Pedro Torres, apenas por respeito democrático, porque ele não sabe do que se está a falar. Não que competência se está a falar. As únicas competências que são transferidas, é o acompanhamento do RSI, do SAAS, a Presidência do Núcleo Local de Inserção e apoio de emergência, que são doze mil euros, por ano, pasme-se, para se cair uma casa e alguém ficar desalojado, poder ficar alojado em algum sitio. É isso, não há nenhum programa de apoio social associado a estas transferências de competências. Isso continua a ser uma responsabilidade do Governo, do Governo do membro Pedro Torres e da Administração Central. O Município vai fazer apenas e só aquilo que nos é transferido, legalmente, como acontece em todos os municípios do país. E o facto de o Município de Lamego não se preparar, não é verdade, preparou-se, preparou-se e negociou bem, e a justificação disso é que se vai receber mais setenta mil euros, por ano, para o SAAS e RSI, porque não se ter aceite as competências em dezembro, por exigir-se uma revisão das condições em que estava a ser feita essa transferência. Portanto, fique-se claro, as competências que o Município vai assumir, são de acompanhamento de RSI, de SAAS, Núcleo Local de Inserção e apoio de emergência e nada mais do que isso. Tudo o resto, é responsabilidade da Administração Central e não nos está a ser transferido. -----

Usou da palavra o membro **Romeu Sequeira**, para dizer que, relativamente a esta questão, e sabendo, e assim como o Presidente da Câmara falou, esta transferência de competências na área social, é importante para a Câmara Municipal de Lamego, vai fazer com que sejam agregados novos funcionários, nomeadamente sete, cinco oriundos da Santa Casa de Misericórdia de Lamego e dois da Santa Casa de Misericórdia de Tarouca. Há aqui uma primeira questão, que queria ver respondida pelo Presidente da Câmara, se foi consultada a rede social, ele próprio é dirigente de uma instituição social, acha que é importante isso acontecer, gostaria de saber se foi feito. Saber se foram auscultadas as instituições do nosso Concelho, no sentido de saber se há ou não uma resposta dentro de portas para isso acontecer, é importante aferir-se isso. E, depois ,em termos desta transferência que vai existir, e sabendo que

a unidade de acção social do Município, já dispõe, neste momento, de cinco ou seis funcionários, não consegue perceber muito bem, a forma, mas até, como é que ainda não foi seleccionada, de certa maneira, uma chefia para esta unidade. E diz isso, porque, neste momento, esta área está a cargo da Chefe de Divisão Administrativa e Coordenação (DAC), pensa que seja assim, está a fazer aqui um enquadramento, que acumula duas chefias, gostaria de saber se há alguma intenção, por parte do Município, de alterar esta situação, perante esta nova introdução, de funcionários da Acção Social.-----

Pensa que é necessário refletir sobre isso, ou seja, perceber melhor qual é a forma mais acertada para que isso possa acontecer, até porque há aqui um conjunto de especificidades e até um aumento de volume de competências no que diz respeito à acção social do Município. E neste seguimento, há ainda uma situação que gostaria de aproveitar, também, para tecer alguns comentários. Ou seja, neste caso, e dada as responsabilidades que se tem por parte da unidade de Acção Social, ainda mais com esta transferência de competências que vai existir, não seria até mais sensato, digase, atribuir uma chefia de divisão a esta Acção Social, até porque, por exemplo, nós temos, inclusivamente, uma outra chefia de divisão e está a falar neste caso, naquilo que diz respeito aos fundos estruturais, que apenas tem duas funcionárias a cargo. Mas era importante perceber-se um pouco essa orgânica e perceber o que é que vai ser realizado nesse âmbito. Concluindo, seria, realmente a seu ver, importante, atribuir aqui uma chefia de divisão a esta vertente de acção social, para que possa, realmente existir um trabalho mais eficiente. Mas gostaria também de ouvir a explicação por parte do Presidente da Câmara. -----

Interveio o **Presidente da Câmara** para afirmar que, relativamente à primeira questão, a aceitação ou não das competências é uma competência do executivo municipal e desta Assembleia, em todo o caso o assunto foi discutido no Conselho Local de Acção Social (CLAS). Sabe-se qual é a opinião, que também não é unanime, das instituições relativamente a esta transferência. E mais importante do que isso, esta transferência de competências afeta, essencialmente, as instituições que tinham protocolo com o Estado, e que vão deixar de ter, que vão ficar com colaboradores a seu cargo, estavam não a trabalharem em prol da instituição, mas de competências que estavam delegadas pelo Estado. Disse que isso já aconteceu no passado, quer a Santa Casa de Lamego, quer a de Tarouca, tiveram programas RLIS, tinham funcionários afetos, e o programa desapareceu, e as instituições tiveram que ficar com um encargo, diria, um sobrecusto por terem que absorver nos seus quadros esses funcionários. É certo que, ter recursos qualificados é sempre benéfico para uma instituição. Mas é preciso ter as receitas, ter os recursos financeiros para lhe pagar. -----

Efetivamente, disse que o que se está a verificar nas transferências de competências, seja na área da educação, da acção social ou da saúde, é que os recursos financeiros

que o Estado quer transferir, não são os suficientes para o exercício das competências que são transferidas.-----

E se, já o disse nesta Assembleia, vai repeti-lo, e se na área da educação, porque é uma área, em que os municípios têm intervenção desde os anos 80, em que estão, particularmente à vontade, em que já se tem uma estrutura quer técnica quer operacional, que se ocupa disto, nós podemos suportar algum sobrecusto e fazer uma gestão mais articulada da rede de estabelecimentos de ensino, nas novas competências, nomeadamente na acção social e na saúde, que não temos qualquer intervenção hoje. Ai os recursos que são transferidos têm que ser suficientes para pagar os custos em que o Município vai incorrer. E ai entra também esse sobrecusto, que o membro Romeu Sequeira estava a dizer. Que é o facto de se necessitar de robustecer a nossa estrutura interna, nomeadamente, já se criou uma unidade de acção social na última reestruturação orgânica, que não existia. E tem que atribuir uma coordenação. Porque não se fez até hoje? Porque o trabalho que está hoje afeto à unidade de acção social, é avocada por técnicos de forma muito autónoma e independente. Cada um tem a sua tarefa e não há propriamente, uma necessidade de coordenação, que não seja de carater técnico-administrativo em relação ao funcionamento da unidade.-----

É evidente que no futuro, com estas novas competências, essa situação altera-se parcialmente. Mas também são competências muito estritas, ou seja, as pessoas que vão ser transferidas agora, têm como função gerir aquelas atividades RSI e os SAAS, que envolve um número de famílias acompanhadas, de processos, e portanto, é também uma caixa, diga-se assim ou duas caixas RSI e SAAS, que se vão manter no futuro. No futuro definir-se-á se a unidade de acção social pode funcionar nestes moldes, acha que pode, ou se precisa de ser robustecida em termos de coordenação, com uma chefia de divisão. -----

Quanto à outra componente, de se ter uma chefia de divisão para uma divisão de estratégia e fundos estruturais, disse ao membro Romeu Sequeira que a deixa-se estar, que está muito bem, pois já fixou o objetivo, chegar-se ao final do quadro comunitário, com trinta e cinco a quarenta milhões de euros, de candidaturas aprovadas para o Município de Lamego e essa é a responsabilidade desta pequena estrutura, que apesar de ser uma pequena estrutura, é uma estrutura que trabalha transversalmente com todos os serviços, naturalmente mais com a divisão de obras e urbanismo, mas depois com todas as divisões, nomeadamente a área da cultura e do turismo, que tem projetos mais imateriais. E fazem uma interface muito boa com a Comunidade Intermunicipal e com a CCDR, onde se gerem os fundos comunitários, bem como com outras linhas de fundos comunitários. De resto já foram aqui referidas durante a manhã. Ou seja o papel destas pessoas são poucas, deveria ser pago a peso de ouro, ele é muitíssimo relevante para o funcionamento do Município e para o financiamento dos nossos projetos, das nossas ideias e das nossas ambições. -----

Afirmou que o equilíbrio entre divisões, poderá ser feito a todo o tempo, daqui a pouco vai-se aprovar uma alteração ao Mapa de Pessoal, e provavelmente em abril, vai-se aprovar uma alteração orgânica, cada vez mais as orgânicas não podem ser fixas e ficar eternamente congeladas, têm que ser dinâmicas, ser ajustadas ao momento que se vive, e aos objetivos que cada momento o executivo, legitimamente, com a aprovação da Assembleia quer propor aos lamecenses. -----

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam presentes na sala tinta e nove membros.-----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com trinta e oito votos a favor e uma abstenção.

3.5. **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DA MINUTA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA A CELEBRAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DE VILA NOVA DE SOUTO DÉL REI -----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, propondo à Assembleia Municipal que seja aprovado o protocolo de cooperação técnica e financeira a celebrar com a Junta de Freguesia de Vila Nova Souto D'El-Rei para a realização das obras de beneficiação do edifício sede da Junta de Freguesia (espaço exterior), considerando o interesse municipal e a oportunidade da Junta de Freguesia colaborar com meios próprios na sua execução.-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que o Município tem vindo a celebrar protocolos de cooperação técnica e financeira com as freguesias do Concelho. De acordo com a vontade, a necessidade e o ritmo definido por cada Junta de Freguesia. Por sua vontade, é um desafio que deixa aos Presidentes de Junta, já teria feito a ronda a todas as freguesias, ou seja, já se teria estabelecido dezoito protocolos e estar-se-ia a iniciar a segunda ronda, não parece ser essa a vontade das Juntas de freguesia, porque estão a ponderar os projetos que querem apresentar, para estabelecer, eventualmente, protocolos de maior envergadura, e com uma duração até final do mandato autárquico. Se for essa a situação, já se fez com a Junta de Ferreiros, que será bem acolhida. Se a necessidade for uma emergência para uma obra de grande importância, está-se também disponível para celebrar protocolos de colaboração técnica e financeira de execução imediata, e repeti-los até final do ano ou no próximo ano. -----

Quer salientar que já se estabeleceu neste apoio complementar, para aquilo que é a transferência de competências para as Juntas de Freguesia, protocolos de valor muito superior a tudo aquilo que foi feito no mandato anterior. Isso não significa que se está satisfeito, portanto, parar-se por aqui, significa que o modelo de colaboração entre Junta de Freguesia e Câmara Municipal, é profícuo, dá resultados. Disse que no fim desta sessão tem combinado com o Presidente da Junta de Freguesia de Penude, visitar as obras que está a fazer, no âmbito do protocolo que foi assinado, e por isso, o seu pedido, o seu apelo é que as Juntas de Freguesia, algumas têm já os processos adiantados de negociação, Magueija, por exemplo, outras estão um pouco mais

atrasadas, se possa fechar a primeira ronda de protocolos, dezoito protocolos, um para cada freguesia, para depois se poder avançar para uma segunda ronda. Eventualmente de cariz diferente, os projetos têm sido iminentemente, infra-estruturais: muros, estradas, ampliação de cemitérios. Há outras necessidades, há outras ideias que as Juntas de Freguesia têm, nomeadamente projetos mais imateriais, elaboração de projetos para candidaturas a fundos comunitários. Há muitas coisas que podem ser assumidas diretamente pelas Juntas com a população local, num diálogo mais próximo de quem defende essas necessidades, e a vontade de fazer essas obras, pequenas ou grandes, e o Município continua muito empenhado em fazê-las. -----

Neste caso concreto, traz este protocolo com a Junta de Freguesia de Vila Nova de Souto D'El Rei, que propõe que seja aprovado.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam presentes na sala tinta e nove membros.-----

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.-----

3.6-ASSUNTO: DECLARAÇÃO RELATIVA A PAGAMENTOS E RECEBIMENTOS EM ATRASO À DATA DE 31/12/2022 – CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal, uma declaração relativa a pagamentos e recebimentos em atraso à data de 31.12.2022, do seguinte teor: -----

“1. PAGAMENTOS:-----

“Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 15º da LCPA, declara-se que o Município de Lamego não tem pagamentos em atraso, com mais de 90 dias da data de vencimento, existentes a 31 de dezembro de 2022.-----

2. RECEBIMENTOS-----

Nos termos da mesma alínea do n.º 1 do artigo 15º da LCPA, conjugado com o artigo 17º do DL 127/2012, de 21/06, identifica-se por natureza na listagem anexa, que se dá por integralmente reproduzida, os recebimentos em atraso, com mais de 90 dias da data de vencimento, existentes a 31 de dezembro de 2022, totalizando o montante de 1.448.874,29 €, extraído do sistema contabilístico SNC-AP.-----

A presente declaração destina-se a ser remetida à Câmara Municipal de Lamego e Assembleia municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 15º da supracitada Lei.”-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que é uma mera declaração informativa, mas com informações que são uteis, que sobre as quais se deve refletir. Relativamente a pagamentos, isto é, dívidas do Município, não se tem pagamentos em atraso, a mais de noventa dias, está-se a pagar atempadamente, aos fornecedores e empreiteiros deste Município. Relativamente a recebimentos, têm-se dívidas no valor de um milhão e quatrocentos e quarenta mil euros que se referem, maioritariamente, a dívidas de água, a rendas de habitação social e algumas taxas e licenças de terrados da feira, e outros. É uma dívida acumulada desde há muito tempo, não são

dividas recentes, são casos críticos, que não tem sido possível resolver e que se mantêm aqui de forma mais ou menos estabilizada. É evidente que os serviços têm de fazer, sempre, um esforço, para melhorar a cobrança destes valores. Mas tem-se também a consciência que é cada vez mais difícil para alguns cidadãos e famílias cumprir, pontualmente, com todas as suas obrigações. Portanto, tem-se feita esta gestão, de forma mais equilibrada possível, procurando não deixar de cumprir aquilo que é a nossa obrigação, de cobrar as receitas do Município, mas também gerindo aquilo que são as dificuldades dos cidadãos, quando tal é legalmente admissível. -----

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para afirmar que, numa primeira análise, aquilo que é a questão dos pagamentos a noventa dias, ele é obrigado, porque tantas e tantas vezes, tanto de mal se dizia do anterior executivo, finalmente algo de bom veio do anterior executivo. É que, de facto, isto é apenas a linha de continuidade de algo que vinha há um ano e pouco atras, quando, em bom rigor, aquilo que recebeu em 2017, de todo cumpria os ditos pagamentos a noventa dias.-----

Mas há aqui uma questão, que fruto daquilo que são algumas das dívidas e dos atrasos, tem que colocar aqui uma questão diretamente ao Presidente da Câmara. isto é quase um resposta de sim ou não. Gostaria de saber o seguinte, no decorrer das cobranças de terrados, concretamente, das festas em Honra de Nossa Senhora dos Remédios, realizadas no último ano, gostaria de saber se houve ou não, ou se houve a totalidade da cobrança daquilo que eram os valores dos terrados que estavam afetos ao período dessa mesma festividade. E se houve ou não, não pagamentos ou se vencem este espaço aos quais não houve obrigatoriedade de pagamentos para algumas dessas pessoas que estiveram presentes durante este processo. E está a perguntar isso, porque quer acreditar que tudo isso ficou registado, que todas essas pessoas pagaram e é bom que assim seja, porque se não haveria aqui uma situação de desigualdade e dualidade de critério, que não só seria ilegal, como também seria, perfeitamente inconcebível.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para contrariar o membro Pedro Torres, em outubro de 2017, quando deixou a Câmara de Lamego, a Câmara de Lamego não tinha pagamentos em atraso a mais de noventa dias. -----

Outra questão, cobrança de terrados da feira, disse que todos os valores que havia a cobrar foram liquidados, se foram, efetivamente pagos não lhe pode confirmar, os serviços de Divisão de Finanças e Património poderão fazê-lo.-----

Usou da palavra o membro **Pedro Torres**, para pedir ao Presidente da Assembleia, aproveitando este momento, para requerer oralmente, que seja requerido à Câmara a estratificação de todos os pagamentos que foram efectuados durante as festividades por ele enunciadas. -----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que fica, desde já, o requerimento endereçado à Câmara Municipal, para fazer chegar á Mesa essa listagem, dos pagamentos efectuados dos terrados, que, naturalmente quando recebermos, faremos

chegar aos membros municipais e não apenas ao membro Pedro Torres, mas crê que é uma matéria que tem interesse generalizado.-----

Deliberação: A Assembleia tomou conhecimento.-----

3.7. ASSUNTO: APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA I ALTERAÇÃO MODIFICATIVA (SNP-AP - NCP 26 — CONTABILIDADE E RELATO ORÇAMENTAL E APROVAÇÃO DO MAPA DE DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal do seguinte teor:-----

“Considerando que: -----

- a) Consta da informação da Gestão Financeira n.º 1051/2023 (NIPG 2647/23), os fundamentos para a alteração modificativa ao orçamento e GOP’S 2023; -----
- b) Compete à Câmara Municipal, aprovação do mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental (Fluxos de Caixa), nos termos da alínea i), do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----
- c) Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proceder à aprovação da alteração modificativa. -----

A alteração modificativa engloba a integração do saldo de gerência. -----

Considerando que: -----

- De acordo com o mapa de Demonstração de Desempenho Orçamental, em anexo, o saldo para a gerência seguinte de operações orçamentais de 2022 para a gerência de 2023, de 2.337.968,73€, encontra-se na posse do serviço. -----

A presente modificação ao Orçamento assenta, num reforço da Receita em 2023, no valor de 2.330.000,00€, e num aumento da Despesa de igual valor”. -----

Nesta conformidade, submete à consideração superior: -----

- 1 - Aprovação do Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental pela Câmara Municipal nos termos da alínea i), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com saldo de gerência do ano 2022 de 2.337.968,73€, de acordo com o mapa anexo;-----
- 2 – Apreciação, votação e submissão pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da alteração modificativa orçamental, no montante de 2.330. 000,00€; -----
- 3 - Apreciação e votação pela Assembleia Municipal da alteração modificativa, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de acordo com os mapas em anexo.-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que o executivo apresenta a primeira alteração modificativa ao orçamento que pretende incorporar o saldo de gerência de dois milhões, trezentos e trinta e sete mil euros, no orçamento de 2023 do Município. Será assim feito, o aumento da despesa, sendo reforçadas verbas, como despesas com o pessoal e construções, essencialmente, outras construções no

âmbito da habitação social, e de outros investimentos materiais que irão ser desenvolvidos pelo Município. Pensa que, sendo uma alteração orçamental que é regular, é feita todos os anos por via da incorporação do saldo orçamental.-----

E sendo uma opção do Município, o reforço das rúbricas onde se pretende colocar este dinheiro, possa ser aprovado por esta Assembleia Municipal-----

Usou da palavra o membro **Pedro Torres** para dizer o seguinte e serve, desde já, como declaração de voto.-----

“Os eleitos pelo partido Socialista ir-se-ão abster, em relação a esta rúbrica, não por uma qualquer questão técnica, que é perfeitamente regular. O Presidente da Câmara acabou por afirmar aqui, mas meramente, por consonância daquilo que foi o nosso posicionamento em relação a este mesmo orçamento, que não tendo votado contra, mas tendo-nos absterido, mantemos, logicamente a mesma postura, agora nesta questão de alteração orçamental, porque, claramente não é o nosso orçamento. Mas, no entanto, a questão técnica, nem sequer se coloca a questão da validação”.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam presentes na sala trinta e oito membros.-----

Deliberação: Aprovada, por maioria, com vinte e sete votos a favor e onze abstenções. -----

3.8. **ASSUNTO:** APRECIAÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE DESAFETAÇÃO AO DOMINIO PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA PARECELA COM A AREA DE 40.00M2, SITA NO LUGAR DOS BARREIROS – FREGUESIA DE SANDE
Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal do seguinte teor:-----

“Presente a informação n.º 1075/2023, nos termos da deliberação da Câmara Municipal de Lamego realizada em 2022/12/20, foi publicado o edital referente à publicitação do início do processo de desafetação da parcela de terreno com a área de 40,00 m2, na página Web do Município de Lamego, no Jornal “Voz de Lamego”, na sede da Junta de freguesia de Sande, nos Paços do Concelho e no local da parcela.

Área: 40,00m2;-----

Confrontações:-----

Norte: Arruamento público;-----

Poente: Lote 6-----

Sul: Moisés Medeiros e Manuel Pereira de Sousa;-----

Nascente: Moisés Medeiros;-----

Localização: Lugar dos Barreiros, freguesia de Sande.-----

Como já decorreram trinta dias após a publicação, e não houve reclamações, deve o processo prosseguir os trâmites legais, nomeadamente ser submetido à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do art. 53º n.º 4 alínea b) da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que se trata de um processo de

desafetação de uma pequena parcela de 40m², na Urbanização do Barreiro, que tinha sido inicialmente destinada a zona verde, mas que, por motivos desconhecidos, veio a ser integrada num dos lotes da urbanização. -----

Nesse sentido, só há duas soluções para este problema, ou desanexar a parcela do lote ou regularizar a situação, promovendo a sua desafetação do domínio publico e a integração no domínio privado do Município e depois a venda em hasta pública desta parcela, que a solução que se está a propor. E que pede que seja aprovada. -----

Tomou a palavra o membro **Pedro Torres** para dizer que ouviu aqui, de forma muito telegráfica, por parte do Presidente da Câmara. Dito daquela forma, por foi demasiadamente resumida, até parecia que não havia aqui propriamente nenhum problema. Mas há.-----

Disse que, certamente que os membros da Assembleia leram com atenção os documentos afetos a esta situação, e de certeza que todos leram aqui, inclusivé o parecer do senhor deputado, mas aqui com a função de advogado, do Dr. Hugo Maravilha. viram, inclusivé, o seu parecer jurídico em relação a este assunto. Assim e sendo sintético, perguntou qual é o grande problema que se coloca aqui? É que de facto, existe há vários anos uma obra ilegal, que está em domínio público. E aquilo que aprece aqui no documento, leu-o de forma exaustiva, de fio a pavio, e de facto, o parecer está correto. Só que em altura alguma no parecer é dito que existe ali uma obra, está ali uma obra ilegal. É tratado o domínio público, partindo do pressuposto, que está perfeitamente desocupado. O parecer, logicamente, corresponde a tudo aquilo que provem da legislação, vai de encontro com aquilo que é o próprio regimento interno. Mas neste assinto coloca-se o grande problema. O que esta Assembleia está a preparar para fazer, e é isso que os membros desta Assembleia tivessem a noção, é utilizar-se aqui um expediente, para legalizar uma obra que é ilegal. Isto seria tudo bem, estaria tudo bem, não haveria, absolutamente, problema nenhum, se nada houvesse naqueles ditos 40m². Mas o que os membros estão a preparar-se para fazer, é uma ilegalidade na sua modéstia opinião. Disse que não jurista, mas está informado e sabe o suficiente, para poder dizer isto.-----

E o problema coloca-se aqui, é que nos é dito a todos nós aqui, para se tomar uma decisão. E todos sabem, porque inclusivé, há histórico deste tipo de situações, que se for tomada uma decisão destas, se se for por este caminho, qualquer de nós que votar a favor ou se abster, poderá estar em incorrer também ele numa ilegalidade. Disse quer deixar esta alerta, o parecer é claro, mas não refere em altura alguma, que existe uma obra ilegal. E pode garantir uma coisa, se esta situação vier a ser aprovada, ele irá ser consequente por aquilo que está aqui a dizer. Irá fazer participação ao Ministério Público, desta mesma situação, por de facto, nós não podemos pactuar com situações destas. Não podemos pactuar com situações destas. -----

Aquilo que pede, é que se repense este ponto, pede encarecidamente, que seja mais discutido, que não seja tratado desta forma, que não seja tratado desta forma

telegráfica, e que o parecer que nos possa vir, que relate que existe ali uma obra ilegal, que está certo não virá, exatamente, com os mesmos desígnios final. Tem a certeza absoluta. -----

Afirmou que, com todas as diferenças políticas que pode ter, em relação ao deputado Hugo Maravilha, há uma coisa que tem a certeza, é que naquilo que é a sua função, ele trata as coisas com o cuidado devido. Ele escreveu, logicamente, com base em algo que não se está a discutir aqui. Deixa apenas esta ressalva.-----

Informou que os eleitos do grupo municipal do partido Socialista irão, logicamente, votar contra, pediu que este assunto não fosse tratado assim. Que não expusesse todos os membros da Assembleia, muitos deles com falta de conhecimento jurídico sobre estas questões e os irá colocar em situações e aperto futuras. -----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que a situação aqui, não lhe parece que seja relevante, se a parcela está ocupada sem ter qualquer construção ou tendo uma construção. Se a situação é tão grave como se diz, porque razão no mandato anterior, durante quatro anos, nada foi feito contra a ilegalidade da construção. Já era, já era, então da nossa parte esta é a sua solução.-----

Disse que a informação também refere qual é o procedimento, para reformular os lotes, mas sobre isso não dá lições ao interior executivo, por têm situações diversas de fusão de lotes e de observação atenta das disposições legais do Plano de Urbanização e do Plano Diretor Municipal, que podem ser apreciadas e comparadas, com a situação em apreço. -----

Em todo o caso os membros da Assembleia Municipal é que irão decidir, a proposta da Câmara está feita e vai-se manter. -----

Usou da pala o membro **Samuel Martins** para dizer que sobre esta matéria a CDU não considera que seja útil para a cidade, de maneira alguma, esta desafetação do domínio pública, ainda para mais, se era previsto uma zona verde desse espaço, tantas zonas verdes fazem falta neste Município, portanto irá votar contra. -----

Tomou a palavra o membro **Constantino Vaz**, começando por cumprimentar todos os presentes na sala, e cumprimentar de forma especial o Presidente da Junta de Freguesia de Penude, na pessoa dele, cumprimentar também toda esta boa gente de Penude, de quem ele quer salientar, particularmente, do Professor Gonçalves da Costa, um homem de Penude, um homem da Ciência, da História, que marcou muito, em Lamego.-----

Disse que o que o traz aqui, é muito simples, pois o membro Pedro Torres levantou aqui uma situação, da qual vai dizer o seguinte: Não é com as ameaças do PS, que o grupo municipal da coligação "Somos Lamego" toma atitudes, que tomam a sua função de voto. Foi assim há anos, levaram o seu caminho. E hoje vão levá-lo, também com o mesmo princípio, isto é, o que é claro é claro, o que é alguma dúvida tem dúvida. Não é como o PS, que é tudo com dúvidas. Estas ameaças do Ministério Público, ouviu-a dezenas de vezes e sabe que foram para o Ministério Público. E isso,

não fez com que o voto da coligação fosse alterado. Portanto a posição da coligação neste voto, vai ser da abstenção. Não pela intervenção do membro Pedro Torres, mas sim, porque também a coligação “Somos Lamego” quer acautelar algumas dúvidas que tem. Portanto é o princípio PS, ameaça, ameaça, ameaça. A Coligação “Somos Lamego” está tranquila, quando se for a decidir, irá decidir de acordo com aquilo que for o mais correto e dentro da legalidade.-----

Afirmou ainda que o grupo municipal da coligação “Somos Lamego” irá abster-se neste ponto.-----

Interveio o membro **Pedro Torres** para esclarecer os membros da Assembleia e esclarecer, concretamente, o membro Constantino Vaz. Afirmou que não veio aqui fazer nenhum tipo de ameaças, de todo. A única coisa que disse é aquilo que irá fazer, que é seria consequente. Apenas que ele veio aqui dizer, foi aquilo que relatou, não se vai repetir. -----

O Presidente da Câmara acabou por dar aqui uma resposta, que também é obrigado a confessar, uma resposta de honestidade. Não deu a certeza absoluta se isto era ou não procedimento legal. Na sua interpretação, que é idêntica à sua, enquanto engenheiro, mas na sua interpretação acha que este seria o caminho mais adequado. A única coisa que ele fez, aqui, foi trazer uma perspetiva, deferente da do Presidente da Câmara, apenas, se calhar foi mais acutilante. -----

Disse que teve o cuidado, antes de vir para esta sessão, porque já sabia que este tema vinha a esta sessão. Teve o cuidado com que sabe da “poda”, com outros juristas. E a opinião, por parte de dois que consultou, é unanime, os pareceres valem o que valem, dá de barato, mas foi unanime. E é verdade que o parecer que nós temos aqui, é integro parecer, só que não aborda esta questão da construção ilegal. Portanto, parte-se de um pressuposto, que não havia uma construção ilegal. A sua única solução e missão foi trazer apenas este elemento. -----

Reforçou que teve o cuidado de o ler de forma cuidada, mas não é jurista, para depois fazer a interpretação mais cuidada. Mas teve esse cuidado. E até pode dizer, de dois quadrantes, para que não aqui dúvidas, de dois quadrantes político/partidários, perfeitamente distintos. -----

Reforça que a única coisa que pede, é calma, serenidade, todos querem resolver os vários problemas que existem nas várias freguesias, que estão espalhados pelo Concelho. Acha que é uma missão conjunta, independentemente do caminho que a gente possa trilhar. Mas calma e serenidade. Por que não lhe parece, sinceramente, que se esteja a discutir aqui uma coisa que esteja, 100% legal. Muito pelo contrário. Ele trouxe apenas um aviso. E como foi alertado, previamente, logicamente, se houver uma decisão favorável, ele terá que cumprir uma função de cidadania. Não é nenhuma ameaça, não está aqui ameaçar nada nem ninguém. Está apenas a alertar. -----

Disse que ouviu o membro Constantino Vaz, e no fundo, tomou uma atitude sensata, foi aqui em representação de uma atitude sensata, abster-se-ão. Porque ainda têm dúvidas e querem ver essas dúvidas dissipadas. Aplauda essa situação. ---- Tomou a palavra o **Presidente da Câmara**, para dizer que, pelos vistos, o membro Pedro Torres, ex-secretário do vereador do urbanismo, no ultimo mandato, era a única pessoa que sabia que havia lá uma construção e que munuiu de três pareceres jurídicos, um da Câmara e mais dois que pediu, e portanto, está bastante mais informado sobre este processo que ele. -----

Disse que está muito tranquilo com a opção de abstenção do grupo municipal da coligação que o apoia.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam presentes na sala trinta e oito membros.-----

Deliberação: A proposta foi rejeitada, por maioria, com um voto a favor, dezassete votos contra e vinte abstenções.-----

3.9. ASSUNTO: APRECIACÃO E DELIBERACÃO DA PROPOSTA DA 1.^a ALTERACÃO AO MAPA DE PESSOAL – CRIACÃO DE 10 POSTOS DE TRABALHO PARA PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CONSTITUIÇÃO DE RESERVA DE RECRUTAMENTO, EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO A TERMO INCERTO – ASSISTENTE OPERACIONAL-----

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, do seguinte teor:-----

“1. No âmbito da transferência de competências na área da Educação, por força do DL n.º 21/2019, de 30 de Janeiro, sob a égide “Competências dos órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação”, compete ao Município **proceder ao recrutamento e seleção do pessoal não docente para exercer funções nos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da rede escolar pública do Ministério da Educação, localizados nos respetivos territórios, nos termos previstos na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.** -----

2. Tendo-se constatado a ausência de vários trabalhadores ao serviço, na área da Educação, por baixa médica, cujo desempenho de funções são necessárias para a prossecução dos objectivos e da estratégia do município, para o desenvolvimento de projectos prioritários que se pretendem implementar, com vista ao seu alcance, resulta evidente a necessidade de procedermos ao recrutamento de trabalhadores, pelo período que durar essa ausência, que permita não só colmatar as carências existentes, mas também garantir a concretização e o sucesso dos mesmos. -----

3. Com a criação destes postos de trabalho, pretende-se a constituição de uma Bolsa de Recrutamento, para uma relação jurídica de emprego público a termo resolutivo incerto, com o conteúdo funcional genérico para a carreira e categoria de Assistente Operacional, previsto no Anexo I da Lei do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, em articulação com as funções previstas para a

unidade orgânica identificada no Regulamento e Organização dos Serviços Municipais, com vista a colmatar aquelas ausências”; -----

Propondo, para os efeitos previstos no nº 1 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, que a Câmara Municipal delibere:-----

1) Autorizar a 1ª alteração ao Mapa de Pessoal aprovado por deliberação de Câmara, datada de 30.11.2022 e por deliberação da Assembleia Municipal, datada de 19.12.2022, com a criação de 10 postos de trabalho no Mapa de Pessoal para 2023, para abertura de procedimentos concursais a termo resolutivo incerto mencionados no ponto 2 da presente proposta, para substituição de trabalhadores ausentes, ou que por qualquer razão se encontrem temporariamente impedidos de prestar serviço. -----

Considerando que, nos termos do disposto na alínea o), do n.º 1, do artigo 25º, conjugada com a alínea c), do n.º 1, do artigo 33º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e da alínea a), do n.º 2, do artigo 3º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal aprovar, manter ou alterar o Mapa de Pessoal do Município.-----

Mais propondo a aprovação desta proposta e posterior envio à Assembleia Municipal de Lamego, para deliberação, para criação destes postos de trabalho no mapa de pessoal para 2023”.-----

Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que a explicação que faz tem uma resposta muito simples, com a transferência de competências na área da educação, o Município gere hoje um conjunto de assistentes operacionais que prestam serviço nas escolas, superior a duzentas e cinquenta pessoas. O que significa que se tem um número muito elevado de baixas de curta, média e longa duração. Em média entre nove a dez pessoas estão a faltar em permanência, o que obriga a uma redistribuição de serviço, que prejudica quer o funcionamento dos serviços, a qualidade do serviço prestado e a disponibilidade dos colaboradores da autarquia, para algumas atividades que decorrem fora de horas, nomeadamente aos fins-de-semana no apoio a atividades diversas do pelouro da educação, juventude e desporto. Neste sentido torna-se necessário criar uma bolsa com um conjunto de pessoas, dez lugares, que possam ser mobilizados para as substituições temporárias decorrentes de baixas de funcionários ao serviço.-----

Esta mobilização pode ser pelo período mínimo de trinta dias, e durante vários meses, consoante durar a baixa que vai ser substituída. Assim propõe à semelhança que os agrupamentos de escolas já tinham, é a criação de uma bolsa de recrutamento, para a celebração de contrato a termo resolutivo incerto, ou seja, a um contrato a prazo, só que não tem prazo, acaba quando acabar o motivo que justificou a sua celebração, que é a da substituição de funcionários em regime de baixa. Por isso, propõe que seja aprovado, pois é uma necessidade do serviço e perfeitamente legal e pacífico.----

Tomou a palavra o membro **Romeu Sequeira** para dizer que em dezembro teve-se, naquela sessão, a aprovação do Mapa de pessoal e independentemente daquilo que

foi apresentado pelo Presidente da Câmara relativamente às necessidades, o que é certo é que nós, nessa aprovação, e até a propósito do que foi discutido na altura sobre o Regulamento de organização dos Serviços Municipais, chamou a atenção, para que existisse um melhor planeamento de pessoal. Disse que isto foi discutido de uma forma bastante incidente, ou seja, o que resultou na realidade foi um aumento de número de funcionários, foi reflectido depois no Mapa de Pessoal aprovado, inclusivamente, houve algumas chamadas de atenção, que são normais acontecer daquilo que possa ser uma melhor gestão dos recursos humanos. -----

E não só a propósito desta alteração, aquilo que o Presidente da Câmara falou anteriormente, é que em abril vai existir novamente, uma nova alteração. Gostava que o Presidente da Câmara explicasse melhor isso, até porque deve haver esse planeamento, sendo possível, ou seja, talvez não seja possível neste momento. Por isso em abril tem que se ter, novamente, uma alteração, mas gostaria de perceber melhor isso, porque tem que haver um planeamento prévio. A não ser que não seja mesmo possível. Mas o Presidente da Câmara pode esclarecer relativamente a isso, até porque, aquilo que se dá conta, é uma contratação contínua de mais funcionários, desde que eles, sejam, realmente necessários, mas gostava de realmente perceber bem todo esse enquadramento, perceber se esse aumento se justifica, se tem a haver com esse planeamento em termos de centralização de competências, falou da área da educação.-----

Tomou a palavra o membro **Alita Carvalho** para dizer que em relação a este assunto, gostaria apenas de saudar o executivo pela iniciativa e pela sua flexibilidade. Tendo em conta que todos sabem que a 30 de novembro de 2022 foi aprovado pela Câmara Municipal e depois por esta Assembleia Municipal em 19 de dezembro, supostamente uma posição que considera que é flexível ou que não será flexível. Acha que o executivo ao tomar esta atitude, tendo em conta a transferência de competências, a necessidade de mais recursos humanos, e não lhe parece que o membro Romeu Sequeira não tem razão, quando diz que não houve uma planificação. Será no sentido de que sugeriu uma melhor planificação. -----

Considera que esta flexibilidade, esta capacidade de perceber, esta gestão flexível, coerente, e principalmente, ajustada às necessidades destes recursos, que uma gestão salutar, e uma capacidade de resolução dos problemas que vão ocorrendo e não ficando, supostamente verifica-se alguma dificuldade, fica-se estante e não se ajusta. Pensa que é salutar essa iniciativa. -----

Tomou a palavra o membro **Samuel Martins** para dizer que, como foi dito pelo membro desta Assembleia Alexandre Hoffmann, não mete confusão nenhuma que o Mapa de Pessoal seja da responsabilidade do executivo e por conseguinte o Presidente da Câmara, portanto, a CDU votará a favor.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que em dezembro do ano passado, o membro Romeu Sequeira não colocou qualquer objecção á alteração da orgânica,

portanto ratificou que os serviços de acção social do Município pudessem ser coordenados por uma unidade e não por uma chefia de divisão. -----

Hoje já aqui exprimiu que tem uma opinião diferente, devia ser uma chefia de divisão, o membro Romeu Sequeira pode mudar opinião, o mesmo, o Presidente da Câmara também pode, e portanto proporá as alterações orgânicas que entender. E a que vai propor, para ser presente à Assembleia Municipal de abril, será, oportunamente, do conhecimento desta Assembleia. -----

Quanto às chefias de divisão em funções e àquelas que o deixaram de o ser, não se tratou nem de falta de competência, são pessoas muito competentes, nem falta de confiança, tinham a confiança do Presidente da Câmara, simplesmente, o exercício de funções e cargos de chefia, exige esforço, sacrifício, abnegação, que por motivos pessoais, familiares ou outros nem toda a gente está disponível para fazer. -----

Disse que foram razões de natureza pessoal que estiveram, no fundo, na razão de renúncia das pessoas que referiu aos cargos de chefia da divisão de Juventude, Educação e Desporto e não qualquer outro motivo, continuando a ser, já uma delas foi aqui referida, pessoas supercompetentes e disponíveis, a trabalhar diariamente, em prol do Município e de todos os lamecenses. -----

Usou da palavra o membro **Romeu Sequeira** para dizer que, gostaria apenas de deixar bem claro, ao Presidente da Câmara, afirmando que não está incoerente com a sua posição. Aliás, quando foi em dezembro, e bem, discutiu-se a orgânica municipal, apesar dos comentários que teceu, concordou com ela, mas ele depois, no que toca à unidade de acção social, hoje explicou bem. Mas, vai voltar a explicar, aquilo que disse foi que, perante os cinco ou seis funcionários que já existem na unidade social, mais os sete que vão ser incorporados, não haverá, agora, necessidade de existir uma chefia de divisão, em relação a esta unidade? Acha que foi bastante claro em relação a isso, não foi incoerente, ou seja, foi uma dinâmica, teceu esta observação, e foi exatamente a isso que se incidiu. Para ficar claro.-----

Tomou a palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que a orgânica da Câmara não pode ser feita em função do número de colaboradores, que cada unidade orgânica detém, mas sim, em função de um conjunto de necessidades e de objetivos que se pretendem atingir, da complexidade técnica das funções. Se fosse por numero de funcionários, a Divisão de Juventude, Educação e Desporto teria que ter uns cinquenta chefes de divisão, para corresponder aos duzentos e cinquenta funcionários que tem.

Não se está a falar da mesma coisa, claramente, por isso, não vale a pena complicar aquilo que é simples, a acção social nunca teve uma unidade orgânica específica, esteve sempre anexa a outros serviços, hoje tem essa unidade. Não tem neste momento uma chefia designada, é um cargo avocado pela Chefe de Divisão de Administração e Coordenação, tê-la-á no futuro, provavelmente, quando já estiver estabilizada, em cooperação com competências que serão agora transferidas pelo Estado.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam presentes na sala trinta e oito membros.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por maioria, com trinta votos a favor e oito votos contra.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para lamentar o voto contra dos membros do Partido Socialista ao anterior ponto, pensa que, terá sido a primeira vez, que membros municipais, votam contra a criação de lugares para postos de trabalho que são muito necessários. As senhoras que ali na cozinha serviram o almoço às 14.30 horas e que estarão a trabalhar até ao fim do dia, e vão trabalhar amanhã, não merecem, não merecem isso. Fica registado aqui o seu lamento. -----

Sobre o ponto 3.10, disse que se trata de despesas de representação, que são devidas aos Chefes de Divisão, e que carecem da aprovação desta Assembleia, propõe que sejam aprovadas. -----

Interveio o membro **Pedro Torres** para fazer um ponto de ordem à mesa e no fundo uma manifestação de repúdio, por golpe baixo, mesquinho e perfeitamente populista por parte do Presidente da Câmara. -----

Disse que nunca esteve da parte da bancada do partido Socialista, o que quer que seja, com a contratação de pessoas, tem a ver com método e com a forma, foi aqui bem dito e bem explícito. Tem a ver com o método e com a forma. Aliás método e forma, também fruto do populismo do Presidente da Câmara andou, constantemente, a propagandear e a papaguear posturas, em que o Partido Socialista é que era o lugar onde se arregimentava as pessoas, e colocava as pessoas nos lugares. Está visto, está mais do que visto, esta tem sido a postura do Presidente da Câmara. E diz uma coisa, começar a tomar como atitude, fazer comentários póstumos a votações, diz bem da postura e do caráter. -----

3.10 – **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO AOS TITULARES DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 2.º GRAU E EQUIPARADOS

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal do seguinte teor:-----

Considerando que: -----

- Em reunião ordinária de 17/12/2012 a Assembleia Municipal de Lamego, aprovou, por unanimidade, a proposta de deliberação da Câmara Municipal datada de 30/10/2012, referente à manutenção do abono de despesas de representação, aos chefes de divisão, nos termos do n.º 2 da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto; -----

- A deliberação assentava no facto de a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto ter atribuído à assembleia municipal, por proposta da câmara municipal, a competência para a atribuição de despesas de representação ao pessoal dirigente das câmaras municipais; -----

- As despesas de representação têm como finalidade “(...) *compensar o acréscimo de despesas exigidas no desempenho de determinados cargos ou funções de relevo, atenta a necessidade de garantir a sua dignidade e prestígio, devendo ser abonadas a todas as pessoas que suportem as mesmas particularidades específicas na prestação do trabalho, independentemente dos cargos de origem ou dos exercícios a título principal*”, sendo igualmente definidas como “*um vencimento acessório destinado a compensar os encargos sociais extraordinários que resultem normal e correntemente do exercício do cargo – desde gastos de cortesia individual, passando por exigências de vestuário, os gastos, enfim, que a pessoa investida no cargo tem necessariamente de fazer por causa do seu desempenho – e que se não fosse isso poderia dispensar-se de efetuar, tendo por isso o carácter de um abono indemnizatório que, como tal, deve reverter a favor de quem, estando legalmente investido no desempenho do cargo, ficou sujeito às despesas de determinadas pelo exercício da função para ocorrer às quais a lei o atribui*” (v., entre outros, o Parecer da Procuradoria-Geral da República n.º 80/2003, publicado no D.R., 2.ª série, de 27/03/2004);-----
- A citada Lei n.º 49/2012, de 29/08 alterou substancialmente o estatuto do pessoal dirigente da administração local, estabelecendo, nomeadamente, novos limites ao provimento de cargos dirigentes conforme regras e critérios ali previstos e conseqüente adequação das estruturas orgânicas dos municípios, tendo-se, por isso, entendido como legítima a interpretação de que o novo regime de atribuição de despesas de representação de aplicasse apenas aos titulares dos cargos que resultassem da adequação das estruturas orgânicas dos municípios à nova lei, mantendo-se, para os já nomeados, o regime aplicável à data da nomeação; -----
- O artigo 24.º da lei n.º 49/2012, de 29/08, na sua atual redação determina que “*Aos titulares de cargos de direção superior de 1.º grau e de direção intermédia de 1.º e 2.º graus podem ser abonadas despesas de representação no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, através do despacho conjunto a que se refere o n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004 (...)*” (cfr. n.º 1), e que “*A atribuição de despesas de representação nos termos do número anterior é da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal*” (cfr. n.º 2); -----
- Com este novo regime, o direito dos dirigentes à perceção de despesas de representação deixou de resultar automaticamente da lei, tendo a sua atribuição passado a depender de uma deliberação da assembleia municipal nesse sentido, sob proposta da câmara municipal; -----
- Por consequência, os dirigentes municipais deixaram, à partida e apenas pelo facto de o serem, de ter o direito a despesas de representação, só adquirindo tal direito a partir do momento em que a assembleia municipal delibere a sua atribuição;-----
- Em 27 de janeiro de 2023, foi publicado na 2.ª Série do Diário da República n.º 20, através do Despacho 1396/2023, a 1.ª alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (ROSM), que entrou em vigor no dia 28 de janeiro de 2023; -----

- É da mais elementar justiça o abono das despesas de representação aos titulares dos cargos dirigentes da Câmara Municipal de Lamego, nos termos da lei, em igualdade de circunstâncias ao pessoal dirigente da administração central, não se alcançando mesmo, a diferenciação de tratamento legal para a respetiva autorização;

- Importa garantir o abono de despesas de representação aos titulares dos cargos dirigentes intermédios de 2.º grau e aos titulares de cargos equiparados para efeitos de remuneração a dirigente intermédio de 2.º grau, deliberando ao abrigo da competência prevista no n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto;-----

As verbas necessárias para o abono de despesas de representação aos titulares dos cargos dirigentes da Câmara Municipal de Lamego, estão devidamente acauteladas em termos orçamentais”. -----

Assim propõe à Câmara Municipal que aprove e submeta à Assembleia Municipal de Lamego, ao abrigo das competências previstas na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e do n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29/08, a proposta de atribuição de despesas de representação aos titulares dos cargos de direção intermédia de 2.º grau e equiparados, da Câmara Municipal de Lamego, previstos na estrutura orgânica do Município de Lamego, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 20, de 27 de janeiro de 2023 – Aviso n.º 1396/2023, no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, através do despacho conjunto a que se refere o n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15/01, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22/01, sendo-lhes igualmente aplicáveis as correspondentes atualizações anuais, nos termos do n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.-----

Interveio o **Presidente da Câmara** para lamentar o voto contra dos membros do Partido Socialista ao anterior ponto, pensa que, terá sido a primeira vez, que membros municipais, votam contra a criação de lugares para postos de trabalho que são muito necessários. As senhoras que ali na cozinha serviram o almoço às 14.30 horas e que estarão a trabalhar até ao fim do dia, e vão trabalhar amanhã, não merecem, não merecem isso. Fica registado aqui o seu lamento. -----

Sobre o ponto 3.10, disse que se trata de despesas de representação, que são devidas aos Chefes de Divisão, e que carecem da aprovação desta Assembleia, propõe que sejam aprovadas. -----

Interveio o membro **Pedro Torres** para fazer um ponto de ordem à mesa e no fundo uma manifestação de repúdio, por golpe baixo, mesquinho e perfeitamente populista por parte do Presidente da Câmara. -----

Disse que nunca esteve da parte da bancada do partido Socialista, o que quer que seja, com a contratação de pessoas, tem a ver com método e com a forma, foi aqui bem dito e bem explícito. tem a ver com o método e com a forma. Aliás método e forma, também fruto do populismo do Presidente da Câmara andou, constantemente, a propagandear e a papaguear posturas, em que o Partido Socialista é que era o lugar

onde se arregimentava as pessoas, e colocava as pessoas nos lugares. Está visto, está mais do que visto, esta tem sido a postura do Presidente da Câmara. E diz uma coisa, começar a tomar como atitude, fazer comentários póstumos a votações, diz bem da postura e do caráter. -----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que acha que os comentários foram de parte a parte, encerra-se aqui o ponto 3.9, que era o ponto anterior, e vai-se centrar no ponto 3.10.. Ficaram registadas as posições de ambas as partes, ainda que já no ponto seguinte.-----

Relativamente às despesas de representação dos titulares de cargos de direção intermédia, 2.º grau e equiparados, disse que a proposta já foi aqui apresentada, perguntou se há algum pedido de intervenção sobre esta matéria -----

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam presentes na sala trinta e sete membros.-----

Deliberação: A proposta foi aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.-----

3.11 – **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DO JURI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIO DE 2.º GRAU, DE CHEFE DE DIVISÃO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara Municipal, do seguinte teor: -----

“Considerando que: -----

“1. Na sequência das deliberações da Câmara Municipal, datadas de 25 de maio de 2020 e 3 de maio de 2021, e da deliberação da Assembleia Municipal de 13 de maio de 2021, foi aprovada a abertura de procedimento de recrutamento para o cargo de Chefe da Divisão de Finanças e Património, cargo dirigente de direção intermédia de 2.º grau; -----

2. O procedimento concursal foi publicitado na Bolsa de Emprego Pública em 27 de agosto de 2021, com o Código OE202108/0591 e no Diário da República n.º 167/2021, 2.ª série, de 27 de agosto de 2021; -----

3. O Júri do procedimento concursal foi enviado para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que, em sessão ordinária de 29 de junho de 2021, aprovou a seguinte composição do júri do procedimento concursal: -----

Presidente: Luís Carlos Pereira da Silva, nos termos do n.º 2, artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação; Vogais Efetivos: Paulo Alexandre Matos Figueiredo, Chefe da Divisão Económica e Financeira da Câmara Municipal de Moimenta da Beira e Blandina Almeida Estevão Meneses, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Castro Daire. Vogal Suplente: Manuel Campos Marques, Chefe da Divisão de Obras e Urbanismo da Câmara Municipal de Lamego.-----

4. Este júri ainda procedeu à realização da ata n.º 1, onde definiu os critérios de apreciação e ponderação da Avaliação Curricular (AC), os critérios de apreciação e ponderação da Entrevista Pública (EP), bem como a fórmula de classificação final, com a respetiva ponderação a atribuir a cada uma das classificações (avaliação curricular e entrevista pública);-----

5. Pretendendo este executivo dar seguimento a este procedimento concursal verificou-se que o Presidente do Júri, Luís Carlos Pereira da Silva, já não tem nenhuma ligação com o Município de Lamego;-----

6. Também se verificou que o vogal efetivo Paulo Alexandre Matos Figueiredo, já não desempenha as funções de Chefe da Divisão Económica e Financeira da Câmara Municipal de Moimenta da Beira mas sim de Presidente da Câmara; -----

7. A Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procedeu à aplicação e adaptação à Administração Local Autárquica do Estatuto do Pessoal Dirigente (constante da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro), determina no artigo 13.º, n.º 1, sob a epígrafe “*Composição do júri de recrutamento dos cargos dirigentes*”, que “...o júri de recrutamento dos cargos dirigentes é designado por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, e é composta por um presidente e dois vogais”;-----

8. Dispõe, ainda, os nºs. 2 e 3 do mesmo artigo e diploma legal, que o presidente e os vogais são designados de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, sendo que, no caso da designação dos vogais, estes tenham exercido ou exerçam atividade, preferencialmente, na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica”. -----

Neste contexto, propõe: -----

A alteração do júri do procedimento concursal para recrutamento do cargo de direção intermédia de 2.º grau, de Chefe da Divisão de Finanças e Património, que passará a ter a seguinte constituição: -----

Presidente: Manuel Campos Marques, Chefe da Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal de Lamego; -----

Vogais Efetivos: Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Tarouca e Blandina Almeida Estevão Meneses, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Castro Daire. -----

Vogal Suplente: Vítor Jorge Mota de Carvalho, Chefe da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo da Câmara Municipal de Peso da Régua.-----

Mais propõe, a aprovação em minuta da parte da ata referente a esta proposta de deliberação da Câmara Municipal, para a subsequente submissão à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, para os efeitos de cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto. -----

Interveio o **Presidente da Câmara** para dizer que se trata da alteração do Júri dos concursos que estão a decorrer, por força de alterações na sua composição, decorrentes da reforma do Dr. Luís Carlos Pereira da Silva. Nesse sentido é reconfigurado o júri, mantendo um elemento da Câmara Municipal, e recorrendo a chefes de divisão das Câmaras Municipais vizinhas de Castro Daire, Tarouca e Peso da Régua, como é habitual nestes júris.-----

Disse que, se o Presidente da Assembleia o permitir, fica já a justificação apresentada para o ponto que está a seguir. -----

Quer ainda dizer ao membro Pedro Torres que ele não dá lições de caráter a ninguém, muito menos a ele. -----

Interveio o membro **Pedro Torres** para perguntar ao Presidente da Assembleia como se iria processar a votação deste e do outro ponto a seguir. Pois pensava que seria por voto secreto e nominal.-----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para dizer que supõe que no passado houve esse entendimento, por da mesa que, composições de júris, que a votação era uma votação por voto secreto, na medida em que se estaria a votar o nome das pessoas. -- Mas ele tem um entendimento diferente, que passa a explicar qual é: o entendimento que ele tem é aquilo que nós estamos a propor, aquilo que nos estamos a votar, é uma composição do júri, uma composição colectiva do júri. E portanto, pode-se aprovar ou rejeitar aquela proposta de composição. Não se vai votar, em concreto, o nome de cada uma daquelas pessoas. Se cada uma daquelas pessoas pode integrar o júri. Nós estamos a votar a proposta de composição dos júris , é este o entendimento que faz, no entanto, a Assembleia é soberana. Se a Assembleia entender que deve ser votação secreta, segue-se o modelo da votação secreta, se a Assembleia entender, aprovando por maioria ou a maioria que for, que aquilo que se está a votar, é uma votação, aliás, inclusivamente e de acordo com o registo da própria ata, que lhe chegou pelos serviços da Câmara, na própria reunião de Câmara a votação não foi secreta. Aquilo que nos estamos a votar é uma composição colectiva de um júri. O entendimento que faz ou rejeita-se ou aceita-se aquela proposta. Não se vai votar o nome daquelas pessoas um a um. E se aceitamos que um ou dois ou os três, integrem aquele júri ou não. Nessa medida aquilo que se vai votar é a proposta de composição do júri e entende que não há lugar aqui a votação secreta. -----

Portanto, repete, se houver um requerimento à Mesa, naturalmente, colocará ao sufrágio do plenário, e se o plenário assim o entender faz-se uma votação secreta. É apenas e só, por em primeiro lugar economia processual e em segundo lugar, para marcar, claramente a distinção entre o que é uma votação de pessoas, e que se tem que votar o nome daquelas pessoas em concreto ou de uma composição coletivo de um júri, é o entendimento que faz desta proposta que veio da Câmara.-----

Interveio o membro **Pedro Torres** para dizer ao Presidente da Assembleia que, com todo o apreço pessoal que tem por ele, e, logicamente, encontrando-se numa posição,

claramente, mais privilegiada, mas discorda do Presidente da Assembleia. Discorda por uma posição muito simples e muito basilar. Não tem a ver apenas com aquilo que foi a doutrina adotada por esta Câmara, tem a ver com aquilo que é a doutrina usada, sempre que há votação de nomes de pessoas.-----

E portanto, sempre foi, sempre será, há muito, com o respeito porque ainda o possa fazer entre portas, há muito que se deixou a história do braço no ar, quando se abordava pessoas. -----

Disse que até vai fazer mais, fará mais, faz até uma declaração de voto, de forma antecipada, que não se opõe, muito pelo contrário, pessoalmente, estaria em posição de viabilizar. Mas o seu princípio de consciência, é apenas dele, está apenas a falar por ele, não está aqui, neste momento a representar nada nem ninguém, se não for feita a votação pelos moldes secretos, pura e simplesmente, será obrigado a abandonar o processo de votação e não irá estar presente nesta votação. Esta declaração diz-lhe, meramente, respeito a ele.-----

Percebe o ponto de vista do Presidente da Assembleia, pede imensa desculpa, discorda, não concorda, está-se a falar de pessoas, se assim fosse, em tudo quanto era listas, em tudo quanto era integração de listas por pessoas, fazia-se votação de braço no ar. Há muito que se deixou este tipo de pressupostos, há muito que deixamos de o fazer. Portanto, o seu entendimento é que se está a falar de pessoas, sim em listas integradas, mas se for essa a posição da Mesa, que ele respeita, não irá estar presente na mesma votação. -----

Tomou a palavra o membro **José Manuel Correia**, para dizer que, em relação a este assunto, pensa que é um assunto sensível e pode ter uma interpretação diferente, neste caso, concordância, discordância. Percebe os argumentos no sentido de uma certa tradição na forma de escrutínio sobre estas questões, nomeadamente júris de concurso, mas também percebe, pensando bem, não se está a fazer uma votação uninominal de uma pessoa para uma coisa qualquer. Está-se a concordar ou a discordar de votar, neste caso, um grupo de pessoas, que tem mais que um grupo. É um júri, não há dois júris, para escolher entre um e outro, há só um júri, são três pessoas. Portanto estas duas posições serão válidas. Na sua opinião, concordando com o membro Pedro Torres, há aqui uma questão pessoal, de competência pessoal, de interpretação pessoal. Mas atendendo que se está a falar de um grupo, de uma composição colectiva, está-se a falar de um júri, que é único e não tem concorrente. Está-se a falar de uma forma diferente de atingir o mesmo resultado. Pensa que salvaguardando casos de consciência pessoal, é perfeitamente aceitável, a proposta que o Presidente da Assembleia faz, no sentido que a votação possa ser uma votação manifestada em público, até porque como ele referiu e bem, na reunião do executivo também aconteceu a mesma coisa. É uma leitura que faz sentido, salvaguarda-se aqui as questões de interesse pessoal, no sentido da sua consciência, mas pensa que é

uma posição que possa, perfeitamente, atendível, pela coligação “Somos Lamego” e aceitar a votação, neste caso a votação sem ser em urna. -----

Interveio o **Presidente da Assembleia** para deixar aqui clara uma posição, ninguém é dono da verdade, portanto a interpretação que faz, é a interpretação que partilha com a Assembleia. Disse que, também já o conhecem, sabem que cumpre o regimento, que cumpre a lei. Portanto, neste caso, cumprirá o código de procedimento administrativo, que diz que, havendo dúvidas e sendo as dúvidas fundadas, adota-se o escrutínio secreto, como forma de votação. Tem a latitude suficiente para acolher as críticas, ainda que discordando, nós viemos preparados para essa forma de votação, caso não fosse consensual outro entendimento. Disto isto aplica-se o código de procedimento administrativo, nomeadamente o artigo 31.º e vai-se proceder à votação, chamando individualmente os membros da Assembleia, cada um terá dois boletins de voto, e por economia de tempo, vota-se o ponto 3.11 e 3.12, ao mesmo tempo. Informou que os boletins têm o número e o nome do ponto, com a descrição, colocam sim ou não ou escreverem o que entenderem, que será considerado nulo, se escreverem outra coisa que não sim ou não. -----

Dito isto vai-se proceder então à votação, nominal, por escrutínio secreto.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam presentes na sala trinta e sete membros.-----

Deliberação: Foi submetida a proposta a sufrágio por voto secreto e nominativo. Tendo a proposta sido aprovada, por maioria, com trinta votos favoráveis, cinco votos desfavoráveis, um voto branco e um voto nulo.-----

3.12 – **ASSUNTO:** APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DO JURI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RECRUTAMENTO DO CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIO DE 2.º GRAU, DE CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE COORDENAÇÃO

Presente à sessão da Assembleia Municipal a proposta de deliberação da Câmara, do seguinte teor: -----

Considerando que: -----

- “1. Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, datada de 28 de junho de 2021 e da deliberação da Assembleia Municipal de 29 de junho de 2021, foi aprovada a abertura de procedimento de recrutamento para o cargo de Chefe da Divisão Administrativa e de Coordenação, cargo dirigente de direção intermédia de 2.º grau; ---
2. O procedimento concursal foi publicitado na Bolsa de Emprego Pública em 27 de agosto de 2021, com o Código OE202108/0590 e no Diário da Republica n.º 167/2021, 2.ª série, de 27 de agosto de 2021; -----
3. O Júri do procedimento concursal foi enviado para aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que, em sessão ordinária de 29 de junho de 2021, aprovou a seguinte composição do júri do procedimento concursal: -----

Presidente: Luís Carlos Pereira da Silva, nos termos do n.º 2, artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua atual redação; Vogais Efetivos: Paulo Alexandre Matos Figueiredo, Chefe da Divisão Económica e Financeira da Câmara Municipal de Moimenta da Beira e Manuel Campos Marques, Chefe da Divisão de Obras e Urbanismo da Câmara Municipal de Lamego; Vogal Suplente: Blandina Almeida Estevão Meneses, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Castro Daire.-----

4. Este júri ainda procedeu à realização da ata n.º 1, onde definiu os critérios de apreciação e ponderação da Avaliação Curricular (AC), os critérios de apreciação e ponderação da Entrevista Pública (EP), bem como a fórmula de classificação final, com a respetiva ponderação a atribuir a cada uma das classificações (avaliação curricular e entrevista pública);-----

5. Pretendendo este executivo dar seguimento a este procedimento concursal verificou-se que o Presidente do Júri, Luís Carlos Pereira da Silva, já não tem nenhuma ligação com o Município de Lamego; -----

6. Também se verificou que o vogal efetivo Paulo Alexandre Matos Figueiredo, já não desempenha as funções de Chefe da Divisão Económica e Financeira da Câmara Municipal de Moimenta da Beira mas sim de Presidente da Câmara de Moimenta da Beira; -----

7. A Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que procedeu à aplicação e adaptação à Administração Local Autárquica do Estatuto do Pessoal Dirigente (constante da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro), determina no artigo 13.º, n.º 1, sob a epígrafe "*Composição do júri de recrutamento dos cargos dirigentes*", que "*...o júri de recrutamento dos cargos dirigentes é designado por deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, e é composta por um presidente e dois vogais*"; -----

8. Dispõe, ainda, os n.ºs. 2 e 3 do mesmo artigo e diploma legal, que o presidente e os vogais são designados de entre personalidades de reconhecidos mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, sendo que, no caso da designação dos vogais, estes tenham exercido ou exerçam atividade, preferencialmente, na área dos recursos humanos ou da administração local autárquica".-----

Neste contexto, propõe:-----

A alteração do júri do procedimento concursal para recrutamento do cargo de direção intermédia de 2.º grau, de Chefe da Divisão Administrativa e de Coordenação, que passará a ter a seguinte constituição:-----

Presidente: Manuel Campos Marques, Chefe da Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal de Lamego; -----

Vogais Efetivos: Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Tarouca e Blandina Almeida

Estevão Meneses, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Castro Daire. -----

Vogal Suplente: Vítor Jorge Mota de Carvalho, Chefe da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo da Câmara Municipal de Peso da Régua. -----

Mais propõe, a aprovação em minuta da parte da ata referente a esta proposta de deliberação da Câmara Municipal, para a subsequente submissão à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, para os efeitos de cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto.-----

O **Presidente da Assembleia** informou que estavam presentes na sala trinta e sete membros.-----

Deliberação: Foi submetida a proposta a sufrágio por voto secreto e nominativo. Tendo a proposta sido aprovada, por maioria, com trinta votos favoráveis, cinco votos desfavoráveis, um voto branco e um voto nulo-----.

2.º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Dirigindo-se ao público presente, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, perguntou se alguém pretendia usar da palavra, nos termos e para os desideratos legais, não se tendo inscrito ninguém.-----

Interveio o Presidente da Assembleia para agradecer uma vez mais o Presidente da Junta de Freguesia de Penude, à Paróquia da na figura do Padre Adriano, que acompanhou esta sessão de início ao fim, muito obrigado.

3.13- ASSUNTO: MINUTA-----

Proposta do senhor Presidente da Assembleia para aprovação, em minuta, dos assuntos deliberados na presente sessão.-----

Deliberação: Aprovada por unanimidade.-----

3.14- ASSUNTO: TERMO-----

O senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão às dezasseis horas e trinta minuto da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pelo Assistente Técnico, Joaquim dos Santos Mateus, que a redigiu.-----

O Presidente da Assembleia Municipal

O Assistente Técnico